

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Beatriz Gomes de Souza

As Escolas Reunidas Pestalozzi na cidade de Juiz de Fora entre os anos de 1955 a 1979

Juiz de Fora

2023

Beatriz Gomes de Souza

As Escolas Reunidas Pestalozzi na cidade de Juiz de Fora entre os anos de 1955 a 1979

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre/a em Educação. Área de concentração: Educação brasileira: gestão e práticas pedagógicas.

Orientador: Dr. Neil Franco

Juiz de Fora

2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Souza , Beatriz Gomes de .

As Escolas Reunidas Pestalozzi na cidade de Juiz de Fora entre os anos de 1955 a 1979 / Beatriz Gomes de Souza . -- 2023.
126 p. : il.

Orientador: Neil Franco

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2023.

1. Pessoas com deficiência. 2. Educação Especial. 3. Pestalozzi. 4. Juiz de Fora. I. Franco, Neil , orient. II. Título.

Beatriz Gomes de Souza**As Escolas Reunidas Pestalozzi na cidade de Juiz de Fora entre os anos de 1955 e 1979**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Educação. Área de concentração: Educação brasileira: gestão e práticas pedagógicas.

Aprovada em 4 de outubro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Neil Franco Pereira de Almeida - Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora

Dra. Sandrelena da Silva Monteiro

Universidade Federal de Juiz de Fora

Dra. Nilce Vieira Campos Ferreira

Universidade Federal de Mato Grosso

Juiz de Fora, 09/10/2023.



Documento assinado eletronicamente por **Nilce Vieira Campos Ferreira, Usuário Externo**, em 09/10/2023, às 18:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Neil Franco Pereira de Almeida, Chefe de Departamento**, em 09/10/2023, às 18:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandrelena da Silva Monteiro, Professor(a)**, em 10/10/2023, às 07:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1519922** e o código CRC **D1E6BAF2**.

10/10/2023 08:33

SEI/UFJF - 1519922 - PROPP 01.5: Termo de Aprovação



AGRADECIMENTOS

Agradeço ao universo por conspirar positivamente a meu favor, permitindo a conclusão bem-sucedida deste trabalho.

Expresso minha gratidão a Deus por me iluminar e guiar diariamente, proporcionando tranquilidade nos momentos de desespero e força nos momentos de cansaço.

Quero manifestar um agradecimento especial à minha família, aos meus amigos e amigas, à minha psicóloga e ao acaso, por me protegerem nos dias em que estive distraída.

Meus agradecimentos se estendem a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para que eu encontrasse minhas fontes, construísse minhas conexões e pontes, permitindo-me contar essa história.

Agradeço também à E.E. Maria das Dores de Souza, aos alunos e às alunas e a toda a comunidade escolar, que proporcionaram minha primeira experiência como professora. Foram fontes de dúvidas, inquietações e também de inspiração e aprendizado.

Não posso deixar de expressar minha gratidão à minha banca, que ofereceu orientações precisas, permitindo-me escapar do labirinto no qual me encontrava perdida.

Por fim, e não menos importante, expresso meu profundo agradecimento ao meu orientador, Neil Franco, por não ter desistido, por confiar em mim e por caminhar ao meu lado nesta surpreendente jornada científica.

Obrigado a todos (as)

RESUMO

Este estudo investigou as origens da Escola Estadual Maria das Dores de Souza (EEMDS), anterior Escolas Reunidas Pestalozzi (ERP) de Juiz de Fora (JF), Minas Gerais (MG), no intuito de compreender como se deram as articulações entre políticas de escolarização de Pessoas com Deficiência (PcD) e o processo de criação, organização e desenvolvimento da ERP de JF/MG, entre os anos de 1955 a 1979. A metodologia se baseou na correlação de fontes bibliográficas, documentais e iconográficas, que se dividiu em 6 momentos, entre visitas à instituição escolar e observação de arquivos e acervos históricos no intuito de localizar fontes que dessem respostas aos nossos questionamentos. Dentre as fontes documentais sustentamo-nos na Lei nº 7.790-A de 1927, no Regimento Escolar (2014), no Projeto Político Pedagógico (2017, 2019), no Livro de Termo de Exercício (1956 a 1990), no Livro de Termos de Posse (1955 a 2003), no Livro de Resultado Final dos (as) alunos (as) (1957 a 1989) e no Livro de Ocorrências (1961 a 1979). Além desses documentos, também foram—investigados o histórico da Sociedade Pestalozzi de Juiz de Fora, as fontes iconográficas, as notas de jornal, as fontes do Acervo da Helena Antipoff e a Revista Pestalozzi (1957). Para um melhor entendimento sobre o processo de organização da escola, salienta-se ainda que o livro de Resultado Final (1957 a 1989) se tornou fonte de grande relevância para a pesquisa, pois nos possibilitou apresentar como a ERP de JF/MG se organizou e como funcionou o processo de seriação da instituição, por meio de análise das classes que realizaram testes parciais e finais. Teoricamente a pesquisa foi sustentada em Stuart Hall (2003), Maurice Halbwachs (1990), Maria Hilsdorf (2006), Marc Bloch (2001) para contextualização histórica, social e cultural; sobre o processo de escolarização de PcD, Giberta Jannuzzi (2012) e Romeu Sasaki (1997) foram as fontes mais evidenciadas; e González Rey (2005), Pinsky (2008) e Paolo Nosella e Ester Buffa (2009) nos auxiliaram na organização metodológica da investigação. Após análises, como primeira evidência, identificamos que a EEMDS, que foi assim denominada no ano de 1980, originou-se da ERP inaugurada em JF em 1955, sendo a primeira instituição de Educação Especial (EE) na cidade de JF/MG, criada por intermédio de reivindicações de um grupo de mães de crianças com deficiências, inspirada na Sociedade Pestalozzi de MG (SPMG). Aliado a isso, políticas públicas que se articularam entre o poder público e a filantropia, em um contexto histórico e social, tornaram-se favoráveis em relação à EE, em um cenário local escasso em relação ao acesso de PcD ao assistencialismo e à educação institucionalizada. Como resultados, tem-se que durante um período de 24 anos (1955 a 1979) as ERP atenderam cerca de 2884 alunos(as) com deficiência em um programa de disciplinas e um processo de seriação flexível, com o objetivo de proporcioná-los(as) formação até 4º série do ensino fundamental. Conclui-se que as ERP de JF/MG se constituíram mediante articulações de políticas escolares, filantrópicas, setores públicos e influência de membros de classes médias e altas, em sua maioria mulheres, em meio a um cenário nacional e estadual favorável à educação. Em contrapartida, exaltava-se em JF/MG uma conjuntura escassa de assistência e escolarização de PcD aliada a atores sociais engajados que almejavam *status* social e que viam na caridade uma possibilidade de salvação. Dentre as diversas articulações, destaca-se que a instituição se desenvolveu sob influência da LDB/1961 e da LDB/1971, sendo a segunda de grande importância, delineando, por exemplo, a obrigatoriedade de educação de crianças em idade de 7 a 14 anos, o que pode ter ocasionado o aumento no número de matriculados(as) no período investigado. A organização serial se adequava às particularidades e às necessidades do alunado e da instituição, ou seja, o programa/currículo apresentado pela legislação não era seguido à risca. Dessa forma, nossos dados nos levam a indicar que as ERP foram a primeira instituição de cunho educacional e assistencialista da cidade de JF/MG que possibilitou acesso à educação de PcD.

Palavras-chave: Pessoas com deficiência, Educação Especial, Pestalozzi, Juiz de Fora.

ABSTRACT

This study investigated the origins of the Escola Estadual Maria das Dores de Souza (EEMDS), previously Escolas Reunidas Pestalozzi (ERP) of Juiz de Fora (JF), Minas Gerais (MG), in order to understand how the articulations between education policies schooling of People with Disabilities (PcD) and the process of creation, organization and development of the JF/MG ERP, between the years 1955 and 1979 occurred. The methodology was based on the correlation of bibliographic, documentary and iconographic sources, which was divided into 6 moments, including visits to school institutions, archives and historical collections in order to locate sources that would provide answers to our questions. Among the documentary sources we rely on Law No. 7,790-A of 1927, the School Regulations (2014), the Pedagogical Political Project (2017, 2019), the Exercise Term Book (1956 to 1990), the Term Book Tenure (1955 to 2003), the students' Final Result Book (1957 to 1989) and the Occurrence Book (1961 to 1979). In addition to these documents, the history of the Pestalozzi Society of Juiz de Fora, iconographic sources, newspaper notes, sources from the Helena Antipoff Collection and the Pestalozzi Magazine (1957) were also investigated. For a better understanding of the school organization process, it should also be noted that the Final Result book (1957 to 1989) became a source of great relevance for research, as it allowed us to present how the JF/MG ERP was organized and how the institution's ranking process worked, through analysis of the classes that took partial and final tests. Theoretically, the research was based on Stuart Hall (2003), Maurice Halbwachs (1990), Maria Hilsdorf (2006), Marc Bloch (2001) for historical, social and cultural contextualization; regarding the schooling process of PcD, Giberta Jannuzzi (2012) and Romeu Sasaki (1997) were the most evident sources; and González Rey (2005), Pinsky (2008) and Paolo Nosella and Ester Buffa (2009) helped us in the methodological organization of the investigation. After analysis, as first evidence we identified that EEMDS, which was so named in 1980, originated from the ERP opened in JF in 1955, being the first Special Education (EE) institution in the city of JF/MG, created through of demands from a group of mothers of children with disabilities, inspired by the Sociedade Pestalozzi de MG (SPMG). Allied to this, public policies that were articulated between public power and philanthropy, in a historical and social context, became favorable in relation to EE, in a local scenario that was scarce in relation to PwD's access to welfare and institutionalized education. As a result, over a period of 24 years (1955 to 1979) the ERPs served around 2884 students with disabilities in a subject program and a flexible ranking process, with the aim of providing them with (as) training up to the 4th grade of elementary school. It is concluded that the JF/MG ERPs were created through articulations of school, philanthropic, public sector policies and the influence of members of the middle and upper classes, mostly women, in the midst of a national and state scenario favorable to education. On the other hand, in JF/MG there was a lack of assistance and schooling for PcD combined with engaged social actors who sought social status and who saw charity as a possibility of salvation. Among the various articulations, it stands out that the institution developed under the influence of LDB/1961 and LDB/1971, the second being of great importance, outlining, for example, the mandatory education of children aged 7 to 14 years, which may have caused an increase in the number of enrollees during the period investigated. The serial organization adapted to the particularities and needs of the students and the institution, that is, the program/curriculum presented by legislation was not followed to the letter. Thus, our data leads us to indicate that ERP was the first educational and welfare institution in the city of JF/MG that enabled access to education for PcD.

Keywords: People with disabilities, Special Education, Pestalozzi, Juiz de Fora.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	– Casarão Henrique Burnier.....	16
Figura 2	– Turma professora E datada de 1958.....	17
Figura 3	– Jornal Gazeta Comercial.....	40
Figura 4	– Crianças Excepcionais – Áurea Nardelli.....	42
Figura 5	– Folha Mineira.....	43
Figura 6	– Decreto 4710.....	44
Figura 7	– Antigo Casarão Burnier.....	48
Figura 8	– Planta baixa: Escolas Reunidas Pestalozzi de JF.....	50
Figura 9	– Lei nº 2473.....	52
Figura 10	– Ata de correção e promoção - Ano de 1958.....	55
Figura 11	– Ata de correção e promoção - Ano de 1961.....	57
Figura 12	– Ata de correção e promoção - Ano de 1974.....	58
Figura 13	– Centro de Assistência Menores Excepcionais (CAME).....	68
Figura 14	– Lei nº 4251.....	68
Figura 15	– Organograma – Percurso serial de João Bosco.....	71
Figura 16	– Lei nº 2099 – Autoriza doação de terreno ao CAME.....	73
Figura 17	– Lei 7767 – Dá Denominação de EMDS à EEMDS	95
Figura 18	– Equipe da professora e Diretora das Escolas Reunidas Pestalozzi... ..	98
Figura 19	– Turma professora Efigênia datada de 1958.....	103
Figura 20	– Trabalhos Manuais – Boletim Pestalozzi.....	106
Figura 21	– Estado de Minas.....	109
Figura 22	– Estado de Minas – Penteados.....	110
Figura 23	– Gazeta Comercial.....	111
Figura 24	– Diário Mercantil.....	112
Figura 25	– Convite.....	112
Figura 26	– Convites.....	113
Figura 27	– Jornal Diário Mercantil 1965.....	113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	–	Percursos e Achados.....	24
Quadro 2	–	Graus do Ensino Primário.....	35
Quadro 3	–	Cronologia das Escolas Reunidas Pestalozzi de JF.....	46
Quadro 4	–	Classe de 1ª série – Prof.ª Léia.....	60
Quadro 5	–	Classe 2ª série – Prof.ª Unistalda.....	60
Quadro 6	–	Classe 2ª série – Prof.ª Elza.....	60
Quadro 7	–	Séries Referentes ao Ano de 1956.....	61
Quadro 8	–	Quadro Geral de Classes das ERP – Ano de 1961.....	63
Quadro 9	–	Quadro Geral de Classes das ERP – Ano de 1962.....	65
Quadro 10	–	Primeira Classe de 4ª série – 1962.....	66
Quadro 11	–	Quadro Geral de Classes das ERP – Ano de 1963.....	67
Quadro 12	–	Classe de 4ª Série -1963.....	69
Quadro 13	–	4ª de DA.....	70
Quadro 14	–	4ª Série outras Deficiências.....	70
Quadro 15	–	Quadro Geral de Classes das ERP – Ano de 1964.....	73
Quadro 16	–	Quadro Geral de Classes das ERP – Ano de 1965.....	75
Quadro 17	–	Quadro Geral de Classes das ERP – Ano de 1966.....	76
Quadro 18	–	Quadro Geral de Classes das ERP – Ano de 1967.....	77
Quadro 19	–	Quadro Geral de Classes das ERP – Ano de 1968.....	78
Quadro 20	–	Quadro Geral de Classes das ERP – Ano de 1969.....	79
Quadro 21	–	Quadro Geral de Classes das ERP – Ano de 1970.....	80
Quadro 22	–	Quadro Geral de Classes das ERP – Ano de 1971.....	82
Quadro 23	–	Quadro Geral de Classes das ERP – Ano de 1972.....	83
Quadro 24	–	Quadro Geral de Classes das ERP – Ano de 1973.....	84
Quadro 25	–	Quadro Geral de Classes das ERP – Ano de 1974.....	85
Quadro 26	–	Nor. Brasil. Min. e Eventos Referentes à EE até 197.....	88
Quadro 27	–	Fases das Escolas Reunidas Pestalozzi.....	95
Quadro 28	–	Corpo Docente das ERP – Ano de 1956.....	100
Quadro 29	–	Posse e Entrada em Exercício das Prof. das ERP (1955-1956.....	100
Quadro 30	–	Classes das Escolas Reunidas Pestalozzi (ERP) –195.....	102
Quadro 31	–	Quantitativo Geral de Alunos por Ano.....	120

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	TRAJETO METODOLÓGICO.....	25
1.1.1	Arquivos.....	28
2	A CRIAÇÃO DA ESCOLAS REUNIDAS PESTALOZZI.....	33
3	O PRÉDIO.....	48
4	A ORGANIZAÇÃO.....	54
5	AS PROFESSORAS PRIMÁRIAS.....	97
6	O ALUNADO.....	102
7	O SABER.....	105
8	EVENTOS - FESTAS E DESFILES.....	109
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
10	REFERÊNCIAS.....	125

1 INTRODUÇÃO

Certamente, um dos objetivos da história pode ser, [...], lançar uma ponte entre o passado e o presente, e restabelecer [uma] continuidade interrompida.

(Maurice Halbwachs, 1990, p. 55)

Corroborando a epígrafe acima, o objetivo desta seção introdutória é estabelecer uma ponte entre o passado e o presente com o intuito de instaurar uma continuidade interrompida, a fim de investigar e relatar uma história, que nos dê pistas sobre as origens da Escola Estadual Maria das Dores de Souza (EEMDS), anterior Escolas Reunidas Pestalozzi (ERP), uma instituição de Educação Especial (EE) na cidade de Juiz de Fora (JF) no Estado de Minas Gerais (MG), entre os anos de 1955 a 1979.

Porém, isso não foi uma tarefa fácil, pois tanto a história quanto a sua conceituação sobre descontinuidades e ressignificações não são conceitos que trazem consigo significados absolutos e fixos. É possível dizer que existem apenas uma história e diferentes memórias sobre um acontecimento, ou, ainda, várias histórias que podem ser distintas, como a história de um determinado país, de um período, região, instituição ou indivíduo (Halbwachs, 1990).

Segundo Maurice Halbwachs (1990), deve-se realizar um trabalho minucioso, organizando pequenos e grandes fatos que se julgava serem perdidos ou até mesmo inéditos, para se contar uma história. Por isso, faz-se necessário que o historiador/pesquisador (a) se afaste dos acontecimentos e apoie-se em “[...] fatos escritos, jornais da época e nas memórias escritas [ou faladas] por aqueles que viveram o acontecimento.” (Motta, 2012, p. 25).

Logo, de acordo com Halbwachs (1990, p. 34), existem memórias individuais e coletivas, entretanto elas se entrelaçam, visto que não existem memórias unicamente individuais sem a influência social, pois “[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios”.

À vista disso, em um primeiro momento, recorro às minhas memórias para ressaltar que a minha relação com a temática deficiência teve início em 2015, quando ainda não atuava como professora de Educação Física (EF) e resolvi fazer o curso a distância de Aperfeiçoamento em Acessibilidade na Atividade Física Escolar, promovido pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com o objetivo de retomar meus estudos.

Ainda com o intuito de retomar meus estudos, em 2017 me inseri no Grupo de Estudos e Pesquisa, Corpo, Culturas e Diferenças (GPCD), coordenado pelo Prof. Dr. Neil Franco, que vem estruturando estudos e pesquisas no âmbito da graduação e da pós-graduação com ênfase no campo das Humanidades, lançando um olhar em relação às disposições sociais que produzem o corpo vulnerabilizado de mulheres, negros e Pessoas com Deficiência (PcD), com implicações relacionadas às questões de gênero, sexualidade, EF, entre outros (Plataforma Lattes, 2023).

Nesse mesmo ano de 2017, iniciei minha primeira experiência como docente da Educação Básica e, mais especificamente, como professora de EF na instituição de Educação Especial¹ (EE), EEMDS de JF/MG. -Portanto, foi nessa instituição que tive minha primeira vivência como professora de EF para PcD. Não somente me identifiquei com o tema, mas também com o trabalho e com as demandas desses sujeitos no dia a dia. Esse período provocou-me diversas inquietações e dúvidas que me instigaram e até hoje me instigam a questionar: “como e quando as EEMDS se originaram?”, “como se deram as articulações entre políticas de escolarização de PcD e o processo de criação, organização e desenvolvimento da EEMDS?”. Essas questões problemáticas se fundamentam a partir de reflexões postas referentes a uma instituição de EE que se encontra em funcionamento até 2024, sendo a única da cidade de JF/MG, mobilizando o interesse de investigar sua história.

Dentre essas inquietações, chegamos à primeira evidência: a EEMDS foi assim denominada no ano de 1980, mas sua gênese se encontra nas Escolas Reunidas Pestalozzi (ERP), inauguradas em JF em 1955.

As ERP têm sua origem nas Associações Pestalozzi, que fazem parte do movimento Pestalozziano iniciado no Brasil em 1926, em Porto Alegre, através da criação do Instituto Pestalozzi de Canoas. Johann Heinrich Pestalozzi, que dá nome ao movimento, é um estudioso suíço, nascido em 1746, em Zurique (Fenapestalozzi, 2022; Adorno, Miguel, 2019).

Pestalozzi era protestante e foi muito influenciado pelas ideias difundidas pelas revoluções inglesas e francesas, como o romantismo e o iluminismo, além disso dedicou muitos anos de seus estudos às crianças pobres, desenvolvendo concepções educacionais relacionadas à aprendizagem e ao papel do educador nesse processo. Valorizava a inspiração, a mística, a experiência e a afetividade, por meio da criação do método intuitivo (Adorno, Miguel, 2019).

¹ Entende-se por educação especial, para os efeitos da Lei nº 9.394/96, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Brasil, 1996).

O método Pestalozziano é um conjunto de ações educativas levada a efeito nas escolas e nos institutos por ele criados. Estas ações educativas envolvem não somente as técnicas de ensino como também recursos didáticos pedagógicos, mas ainda os conteúdos programáticos e, em especial, a relação professor e aluno, baseada no respeito, no diálogo, na liberdade e no que ele chama de Moral (Mesquita, 2016, p. 24).

Entretanto, a grande responsável por difundir os ideais de Pestalozzi no Brasil foi Helena Wladimirna Antipoff, nascida em 1892, na Rússia. Em 1908, mudou-se para a França onde estudou medicina no *Collège de France*, mas não se formou nessa área, pois, em sua passagem pela Inglaterra durante estágio em um educandário para meninos que apresentavam problemas neurológicos, interessou-se pela área da Psicologia. Dessa forma, Antipoff se formou em Psicologia, entre os anos de 1912 e 1914, no *Institut des Sciences de l' Education*, da Universidade de Genebra (Rafante, Lopes, 2013).

Assim sendo, tanto Pestalozzi quanto Antipoff se dedicaram ao estudo da Psicologia, envolveram-se com a área educacional e foram influenciados pelos discursos provenientes dos movimentos de renovação iniciados no século XVIII com a Revolução Francesa e, no processo de ampliação do acesso à escola, questionava-se: “[...] como trabalhar com as diferenças individuais e ainda contribuir para a reprodução da divisão social do trabalho?” (Rafante, Lopes, 2013, p. 337). Todos esses acontecimentos evidenciaram importante influência de Antipoff na EE brasileira, culminando em sua vinda para o Brasil no ano de 1929 (Rafante, Lopes, 2013).

Reflexos desse processo resultaram no objeto de estudo dessa investigação, que se tratou de uma instituição de ensino voltada para PcD, a qual teve início com a criação da Sociedade Pestalozzi por uma iniciativa isolada de um grupo de senhoras da sociedade juizforana que tinham filhos (as) com déficit de aprendizagem. No mês de junho de 1955, esse grupo de mães resolveu visitar os lares de crianças “excepcionais”, a fim de conseguirem assinaturas das mães dessas crianças. Em posse de 100 assinaturas, por intermédio do deputado Estadual senhor Sebastião Patrus de Souza e do auxílio de Dr. Mário Hugo Ladeira, Dr. Último de Carvalho, Dr. Dilermando da Cruz Filho e do Senhor Clodsmith Riani, foi enviada uma mensagem ao Senhor Dr. Juscelino Kubistchek, presidente do Brasil na época (Coleções Textuais, 2008).

Quando da visita do Governador Clovis Salgado à cidade de JF, como também do Secretário da Educação, Dr. Bolivar de Freitas, estes sugeriram que se fundasse a Sociedade Pestalozzi primeiramente, para depois ser criado o Instituto Pestalozzi. Assim, no dia 29 de junho de 1955, foi instalada solenidade à Sociedade Pestalozzi de JF, com presença da

Senhora Helena Antipoff, a criadora da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, além de altas autoridades civis, militares e eclesiásticas da cidade (Minas Gerais, 2014).

Por sua vez, em agosto de 1955, foi inaugurado o Instituto Pestalozzi de JF, tendo como diretora a professora Maria das Dores de Souza, assim como o Conselho Fiscal Permanente e o Conselho Deliberativo constituídos por pessoas da sociedade local. A princípio, foi chamada a educadora Áurea Nardelli para assumir a direção, contudo ela não pode aceitar e indicou a professora Maria das Dores para o cargo (Minas Gerais, 2014).

Ressalta-se que, a princípio, a sede da escola seria em classes cedidas pelo Instituto Granbery, mas, não sendo possível, o Senhor Bispo Diocesano sugeriu que fosse na casa do Padre Vicente Penido Burnier (Minas Gerais, 2014, p. 4), prédio localizado na Avenida Rio Branco, 2644, onde também funcionava a Sociedade Pestalozzi, que já contava com um número de sócios, perfazendo um total de 200 membros (Coleções Textuais, 2008).

Já instalada à Av. Rio Branco, 2644, como pode ser visto na figura 1, o ano letivo teve início em 01 de setembro de 1955, tendo 54 alunos(as), com o objetivo de lhes proporcionar a conclusão até a 4ª série do ensino fundamental (Minas Gerais, 2017; Minas Gerais, 2019).

Figura 1: Casarão Burnier, localizado na Av. Rio Branco, 2644, esquina com a Oscar Vital. (Demolido)



Fonte: Correa (2022)

Além disso, verifica-se que, no ano de 1960, a escola muda de endereço, para “Avenida Rio Branco, 3.534” (Lima, 1963, P. 70), e, em 1º de agosto de 1966, a escola muda-se novamente, para a sua sede definitiva, em terreno doado pelo prefeito Ademar.

Na figura 2, a seguir, observa-se a classe da professora Vitória², referente ao ano de 1958, com 9 alunos uniformizados, segurando um saquinho e pendurado no braço uma espécie de trabalhinho manual, provavelmente produzidos por eles.

Figura 2 - Turma professora E datada de 1958



Fonte: Acervo pessoal professora Neusa Soares 2022

Em posse de tais informações, investigamos as origens da EEMDS, assim nomeada em 1980, para compreender como essa instituição se constituiu e se estabeleceu, o que nos levou a fatos que demarcam sua gênese com a criação das ERP de JF/MG em 1955. Nesse trajeto, o **objetivo geral** da pesquisa foi compreender as articulações entre políticas de escolarização de PcD e o processo de criação, organização e desenvolvimento das ERP na cidade de JF/MG, entre os anos de 1955 e 1979.

Assim sendo, diante das investigações com o intuito de compreender como se deu o processo de constituição das ERP de JF/MG, durante o recorte de estudo, levantou-se a hipótese de que a EEMDS, com sua gênese nas ERP, pode ter sido a primeira instituição voltada para PcD na cidade de JF/MG, sendo idealizada e concebida no município por se tratar de uma cidade de médio porte que apresentou uma demanda de serviços e atores(as) influentes da sociedade, que obtiveram meios junto aos poderes público, privado e filantrópico para a construção de tal instituição, em um contexto histórico que favoreceu a criação de escolas especializadas na época. Esse contexto incluiu a forte influência das mulheres em situações de lutas e movimentos sociais e a influência da igreja nas demandas

² Foram criados nomes fictícios para representar as professoras que, de alguma forma, contribuíram para realização deste trabalho. Como a professora já faleceu, escolhemos o nome Vitória para representá-la no texto.

sociais de cunho educacional e filantrópico aliadas à omissão do governo nas causas referentes às PcD.

O caminho metodológico definido para cumprir o objetivo proposto baseia-se na correlação de fontes bibliográficas, documentais e iconográficas, e a caminhada em busca dessas fontes se tornou, talvez, uma das fases mais difíceis da pesquisa. O percurso se iniciou em 2021 e estendeu-se até 2023, perpassando por arquivos escolares, públicos e particulares, bibliotecas e uma fundação. Dentre esses percursos e achados, construímos muitas histórias.

Nesse processo de investigação de fontes documentais, entre percursos e achados, houve um longo caminho, o que se dividiu em 6 momentos. Tivemos acesso a fontes oriundas de arquivos públicos de âmbito estadual (escolar e a Fundação Helena Antipoff), municipal (arquivo histórico da Prefeitura de Juiz de Fora (PJF) e federal (arquivo central da UFJF) e também provenientes de arquivos particulares.

O acesso às fontes dos arquivos públicos, referentes aos documentos escolares da EEMDS aconteceu de forma razoavelmente tranquila, devido ao fato de que, naquele ano (2021), a pesquisadora trabalhava na instituição. O acesso à escola, aos arquivos e aos acervos foi possibilitado. A escola não possuía um arquivista, portanto realizei a busca aos arquivos sozinha, sem uma orientação técnica específica.

Nesse primeiro momento de averiguação de fontes nos arquivos públicos da escola, tivemos acesso ao Regimento Escolar (RE, 2014), ao Projeto Político Pedagógico (PPP, 2017, 2019), a 4 livros de registros: um sobre o Termo de Exercício datado de 1956 a 1990, Termos de Posse de 1955 a 2003, Resultado Final dos(as) alunos(as) de 1957 a 1989 e o último nomeado de “Livro de ocorrências de 1961 a 1979”.

Destaca-se, por conseguinte, que o Livro de Resultado Final (1957 a 1989), o qual apresentava as atas de realização de testes parciais e finais de algumas classes que frequentaram a instituição entre os anos de 1957 a 1989, tornou-se fonte de relevante importância para a investigação, por possibilitar, em correlação com outras fontes e documentos, uma maior compreensão sobre a organização das ERP de JF/MG, assim como compreender como se deu o seu processo de seriação.

No segundo momento de pesquisa, o percurso foi um pouco mais trabalhoso, visto que, realizando uma busca pelo *Google* por “Escolas Reunidas Pestalozzi”, “Sociedade Pestalozzi” ou “Instituto Pestalozzi” em JF/MG, deparamo-nos com o seguinte resultado, intitulado “SOCIEDADE PESTALOZZI DE JUIZ DE FORA – UFJF”, o qual constava com um arquivo em PDF com a seguinte título: “Coleções textuais – descrição no bradiana em primeiro nível – Sociedade Pestalozzi de Juiz de Fora”.

Na Biblioteca Central, que fica no Campus da UFJF em Juiz de Fora, nada foi encontrado. É importante destacar a diferença entre Arquivo e Biblioteca: “[...] embora tenham semelhanças, as informações fornecidas por essas unidades são tratadas de forma diferenciada, sob enfoque arquivístico para os arquivos ou bibliográfico para as bibliotecas [...]”, sendo, portanto, a diferença essencial frisada pela natureza do seu acervo, ou seja, de bens que integram o seu patrimônio (Anna; Campos; Calmon, 2015, p. 95).

Dessa maneira, fomos direcionados(as) para o arquivo que fica no almoxarifado, que também não havia nada sobre a documentação. Por fim, informaram-nos que havia o Arquivo Central da UFJF localizado na Avenida Rio Branco. Portanto, no dia 25/10/2021, um e-mail foi enviado para o arquivo e, no mesmo dia, informaram que os documentos referentes às ERP de JF/MG estavam lá.

Entramos em contato via e-mail com o Arquivo Central no dia 22/11/2022 para marcar uma data para acessar os documentos e informaram-nos, no dia 23/11/2023, que o acervo ainda se encontrava fechado devido à Pandemia da COVID 19, porém eles já estavam se organizado para a abertura. Aguardamos alguns dias, e, em 29/11/2022, novo contato foi realizado. Conseguimos marcar uma visita presencial ao arquivo para o dia 06/12/2022, às 13 horas.

Conversamos por telefone com uma funcionária do arquivo, que deixou os documentos separados para que pudéssemos ver. Chegando lá, a orientação era o uso de luvas, pois, além de os documentos serem muito antigos e frágeis, estavam muito empoeirados e as fotografias só poderiam ser tiradas sem flash para não os danificar.

Os achados, após visita ao acervo, foram um livro de capa dura nomeado “Histórico da Sociedade Pestalozzi de Juiz de Fora”, no qual continha recortes de jornais, convites para eventos e outros documentos colados em um álbum de recortes, em que alguns documentos foram fixados com fitas de durex nas páginas desse livro (Acervo, UFJF). Olhamos os documentos um a um, e todos foram fotografados. Apesar da dificuldade do primeiro acesso, a responsável pelo acervo informou-nos que os documentos estavam à disposição sempre que houvesse necessidade de acessá-los novamente.

No terceiro momento, a pesquisa utilizou-se também de arquivos privados provenientes de uma ex-professora das ERP. Ela trabalhou na instituição durante o período investigado. Segundo Bacelar (2008, p. 42):

A documentação de caráter privado pode dizer respeito a acervos de pessoas, de famílias, grupos de interesse (militantes políticos, instituições, clubes, etc.) ou empresas. No Brasil não há uma prática corriqueira de preservação documental privada, e as notícias de destruição de importantes conjuntos

documentais infelizmente não são raras. Muito poucos são os casos de iniciativas de organização de tais acervos empreendidos por seus produtores ou detentores, com o objetivo final de franqueá-lo à consulta. Mais usuais são os casos de doação ou venda para arquivos públicos ou centros de documentação onde podem ser abertos à pesquisa.

Como pode se observar na citação anterior, muitas documentações permanecem nas mãos de famílias e empresas, quando não são destruídas por familiares desinteressados(as), cabendo, portanto, ao(à) pesquisador(a) o papel de investigar e buscar contatos no intuito de localizar onde estão preservados, sob a guarda de quem, tentando o acesso aos acervos, públicos ou privados (Bacelar, 2008).

Felizmente, tivemos a oportunidade de acessar recortes de jornais que foram doados para o acervo do Arquivo Central da UFJF referentes ao Instituto Pestalozzi. Portanto, nesse momento, falaremos sobre as fotografias, provenientes de arquivos privados, que foram cedidas pela professora primária Maria Mendes³, que trabalhou na Instituição nos anos de 1970.

Primeiramente, o contato com Maria Mendes se deu a partir da minha relação com a EEMDS, como professora de EF, por meio de funcionários(as) que ainda mantinham relações com antigos(as) docentes da instituição, como a professora Neusa Soares⁴, que é mãe de um dos atuais secretários(as) e professor da escola. Dessa forma, por meio dele, obtive o contato telefônico da professora Neusa Soares e, além de conversarmos algumas vezes via telefone e WhatsApp, tive a oportunidade de visitá-la em sua residência, no dia 24/02/2022, para uma conversa.

Em conversa com a professora Neusa Soares, tivemos acesso a outros nomes de professoras e até ex-alunos(as) que frequentaram a escola no período compreendido entre 1955 e 1979. Dentre os nomes que apareceram, marcamos uma conversa com a professora Maria Mendes, que aconteceu em sua casa, em JF/MG, no dia 12/03/2022.

Nessa jornada, tivemos acesso a algumas imagens cedidas gentilmente pela professora Maria Mendes datadas do ano de 1958 e a outras que não mencionam a data. As fontes iconográficas, de acordo com Márcio Sônego (2010, p. 114), deixaram “[...] de ser mero instrumento ilustrativo da pesquisa para assumir os status de documento, matéria-prima

³ Maria Mendes é nome fictício escolhido por nós para representar a professora primária que nos cedeu as fotografias, no intuito de não a expor. Entramos em contato com a professora com a intenção de pedir a indicação de nome para ser usado no trabalho, porém não obtivemos resposta.

⁴ Neusa Soares é nome fictício escolhido por nós para representar a professora primária com que conversamos e nos direcionou para outras fontes orais. Também entramos em contato com a professora solicitando uma indicação para nomes a serem usados, contudo ela nos autorizou a escolher um nome que mais nos agradasse, e assim foi feito.

fundamental na produção do conhecimento sobre determinados períodos da História, acontecimentos e grupos sociais”.

Por conseguinte, isso foi o que conseguimos reunir de fontes para a organização da escrita até aquele momento. Não foi o suficiente, mas era o que tínhamos para a qualificação do texto, uma vez que os prazos estavam no limite, e eu precisava concluir essa etapa do curso. Dessa forma, marcamos a qualificação para o dia 13/01/2023. Entre as diversas questões que precisavam ser resolvidas no texto, havia também a falta de fontes sobre dados específicos, principalmente sobre a organização da escola.

A banca de qualificação nos deu diversas orientações de âmbitos estruturais, conceituais e técnicos, além de dicas e sugestões para o encaminhamento final do estudo. Dentre as sugestões, destaca-se a procura de novas fontes em arquivos e acervos, ponto fundamental para o término do trabalho.

Entre a busca de fontes, organizamos a escrita e a estrutura do texto de acordo com as sugestões da banca, como a leitura de um referencial teórico mais apropriado, a exemplo de Maria Hilsdorf (2006), que discute sobre o aparecimento da escola moderna no Brasil, de Marc Bloch (2001), que desdobra sobre o ofício do historiador, e de Gilberta Jannuzzi (2012), que já estava sendo usada como aporte teórico e conceitual acerca da educação do deficiente no Brasil, mas precisava ser melhor explorada. Com o texto reorganizado, a partir das sugestões da banca e no dia 01/03/2023, marcamos uma reunião como meu orientador e um dos membros da banca, para conversarmos sobre os desdobramentos finais da escrita. Esse membro da banca, por ser Pedagogo e ter experiência na área de historiografia, atentou-me para a possível existência de uma revista publicada pelas ERP de JF/MG no ano de 1957, referência encontrada por ele no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ). Além disso, ele me orientou na estrutura da escrita e sugeriu que eu visitasse o Acervo Histórico da Prefeitura de JF e da Biblioteca Municipal Murilo Mendes. Desde então, propomo-nos a encontrar as referências e as fontes necessárias para a finalização da investigação.

Assim, no dia 02/03/2023, foi feito contato por e-mail com a BNRJ, e, no mesmo dia, responderam-nos que não tinham o referido periódico em sua base de dados digital, pois nem todos os periódicos – ou algumas de suas edições – do acervo físico estão disponíveis para consulta na BNRJ, por isso sinalizaram sobre a possibilidade de realizar uma visita ao acervo físico.

Na quarta etapa, entramos em contato com a Biblioteca Municipal Murilo Mendes e o Arquivo Histórico da Prefeitura de JF, a priori via WhatsApp, no dia 02/03/2023, com a

arquivista aposentada do estabelecimento, por orientação de um dos membros da banca de qualificação que já havia realizado visita ao espaço e conversando com essa ex-funcionária, que, por vezes, ainda oferecia seus serviços à biblioteca de forma voluntária. Em conversa via mensagem, ela indicou a leitura de alguns livros que acreditava que poderia nos auxiliar na pesquisa. Comparecemos à Biblioteca no dia 06/03/2023 e identificamos um livro que relatou um pouco sobre a história da cidade, com o título “Juiz de Fora Vivendo a História”, e o livro indicado pela arquivista voluntária, chamado “Vinde a mim os pequeninos – Políticas de educação e assistência às infâncias” (OLIVEIRA, 2012).

Sob orientação do membro da minha banca e da arquivista voluntária, demarcando o quinto momento, acessamos o Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora (PJF), também no dia 02/03/202 e, em conversa com a funcionária do local, marcamos uma visita para o dia 06/03/23, às 13 horas, quando a arquivista foi melhor esclarecida sobre a temática do trabalho. Em conversa com ela, identificamos que no acervo não possuía informações sobre as ERP de JF/MG e que havia poucas informações sobre a EE em JF no recorte temporal de que necessitava, de 1955 a 1979, pois, segundo ela, a maioria dos trabalhos e das fontes que o arquivo possuía datam do século XIX. Dessa forma, a melhor opção seria realizar uma pesquisa nos jornais que estavam em circulação na época, com intuito de encontrar informações e ou acontecimentos que ajudassem a responder os questionamentos da investigação.

O trabalho de observação e análise de jornais não foi fácil, são muitos, e torna-se um trabalho cansativo e de pouco rendimento. É necessário ter um olhar atento para cada nota do jornal. Desse modo, iniciamos a consulta aos jornais no Arquivo Histórico da PJF de JF/MG, situado na Avenida Brasil, 2001, centro de JF/MG, no dia 07/03/2023, pelo jornal Diário Mercantil, no ano de 1950, com data de 01/01/1950. Nesse dia, nada foi encontrado de relevante para o trabalho, por isso resolvemos pular para o ano de 1954, uma vez que seria

muito demorado passar por todos os 5 anos antes de chegar ao ano que inicia o recorte da investigação.

Para tentar abarcar um pouco mais das possíveis notícias que poderiam existir sobre as ERP de JF/MG, comecei no ano de 1954, em 04/03/1954, mas também não encontrei nada de relevante. Normalmente eu passava as manhãs no arquivo, de 8 às 11 horas ou de 8 ao 12 horas, dependendo do horário de funcionamento. Retornei para o arquivo no dia 09/03/2023 e inicializei a busca em 16/03/1955, quando finalmente encontrei uma nota escrita por Áurea Nardelli sobre “Criança Excepcional”.

No sexto momento, no dia 26/03/2023, entrei em contato por e-mail com o Acervo Histórico – Fundação Helena Antipoff, que se localiza na cidade de Ibitaré/MG, e, no dia 27/03/2023, recebemos a primeira resposta do acervo, que salientava que iria procurar em seu arquivo documental alguma fonte que pudesse ajudar em nossa pesquisa e, assim que tivesse alguma informação, entraria em contato. Assim foi feito, no dia 13/04/2023, as responsáveis pelo acervo localizaram a planta baixa de construção das ERP de JF/MG. Em posse de tal informação, senti-me mais encorajada a realizar uma visita ao acervo, visto que acreditei que, se o acervo tinha uma planta da instituição investigada, um documento tão importante, poderia ter mais informações que me ajudaria a compreender melhor o processo de organização da instituição.

Já na Fundação Helena Antipoff, na cidade de Ibitaré, entre os achados desse primeiro momento, evidenciam-se documentos que falavam sobre as Sociedades Pestalozzi e sobre a APAES, suas delegações, incluindo JF/MG, classes de ensino emendativo, programas para o ensino normal, em específico o emendativo em MG, entre outros achados que foram todos registrados pelo celular com auxílio de um aplicativo de digitalização, o *CamScanner*. Contudo, as análises mais detalhadas foram realizadas posteriormente, já em JF/MG, uma vez que havia pouco tempo e o importante era registrar o máximo de documentos possíveis.

Por volta de 18 horas, mais ou menos, depois que já havíamos visto e registrado uma boa parte de boletins que estavam entre os anos de 1950 e 1980, o funcionário do estabelecimento e eu resolvemos ir para um outro arquivo para buscarmos mais possíveis informações. Iniciei a busca sem grandes pretensões, por algumas revistas disponibilizadas nesse arquivo, quando de repente vejo: “Pestalozzi – V1 – N. 1 – 1957 – Juiz de Fora”. Em seguida, uma cópia foi tirada com autorização do acervo, e, no dia seguinte, retornamos a JF/MG para dar continuidade ao trabalho.

O quadro 1, abaixo, descreve de forma resumida os percursos e os achados realizados no trajeto investigativo, que teve início em 2021, devido à pandemia, e finalizou em 2023. Os 6 momentos foram necessários, pois a visita a arquivos e acervos depende de marcações de datas, organização de horários e longo tempo de observação. Entre cada momento descrito no quadro, muitos fatos aconteceram, impossibilitando que essa trajetória fosse mais rápida.

Quadro 1 – Percursos e Achados

Momentos	Ano	Percursos	Achados
1º	2021	Arquivo da Escola Estadual Maria das Dores de Souza	RE (2014), PPP (2017, 2019) 4 Livros registros: Termo de Exercício (1956 a 1990), Termo de Posse, Resultado Final (1957 a 1989), Livro de Ocorrências (1961 a 1979)
2º	2021	Arquivo Central da UFJF	Livro de capa dura nomeado “Histórico da Sociedade Pestalozzi de Juiz de Fora”
3º	2022	Arquivo privado: Sônia Esteves	Fontes Iconográficas
4º	2023	Biblioteca Municipal Murilo Mendes	Livros: “Juiz de Fora Vivendo a História” e “Vinde a mim os pequeninos – Políticas de educação e assistência às infâncias”.
5º	2023	Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora (PJF)	Nota de jornal sobre “Criança Excepcional” – escrita por Áurea Nardelli
6º	2023	Fundação Helena Antipoff	Documentos e Revista Pestalozzi Vol. 1, N. 1, 1957 – Juiz de Fora.

Fonte: os(as) autores(as) (2023)

Todos os percursos e achados foram de suma importância para contar um pouco da história das ERP de JF/MG, no entanto a história da instituição, desde a sua criação em 1955 e durante a sua organização e desenvolvimento, coincide com a trajetória histórica do país, do estado e principalmente de JF. Assim sendo, na seção seguinte, traremos o trajeto metodológico que nos possibilitou seguir nessa investigação.

1.1 TRAJETO METODOLÓGICO

No trabalho intelectual sério e crítico não existem “inícios absolutos” e poucas são as continuidades inquebrantadas.

(Stuart Hall, 2003, p. 131)

De acordo com Hall (2003, p. 131), não existem inícios absolutos. “O que importa são as rupturas significativas – em que velhas correntes de pensamento são rompidas, velhas constelações deslocadas, e elementos novos e velhos são reagrupados ao redor de uma nova gama de premissas e temas”

Portanto, é a partir da reflexão em relação às palavras desse estudioso que pensamos o caminho metodológico desta pesquisa, enfatizando a ideia de que as discussões postas sobre uma Escola de EE em JF/MG poderão servir como uma ruptura significativa, ou seja, uma possibilidade de abertura para a problematização e para a reflexão crítica. Logo, é possível romper, deslocar e reagrupar novas e velhas premissas em prol de contribuir para a construção de novos conhecimentos.

Com isso, o lócus investigativo do estudo são as ERP de JF/MG, que, pela Lei nº 4.710 de 25 de agosto de 1955, tornou-se Escola Estadual pela publicação no Diário Oficial – DO/MG, em 09 de junho de 1976, e passou a ser chamada de Escola Estadual Maria das Dores de Souza em 1980, sendo, hoje, uma escola especial da cidade de JF/MG, que atende alunos (as) no apoio e na complementação, seguindo o Guia de Orientação da Educação Especial na rede estadual de ensino de MG (Minas Gerais, 2014).

Em vista disso, recorreremos a Fernando González Rey (2005) ao afirmar que a epistemologia qualitativa propõe uma análise construtiva-interpretativa, que se constitui em dois níveis: construtivista, com o objetivo de construir o que está fora, e interpretativa, que objetiva organizar intrinsecamente um novo conhecimento. Desse modo, a pesquisa propõe-se a explorar as questões que serão postas e interpretá-las em prol de construir esse novo conhecimento no sentido de investigar os significados atribuídos ao processo de criação, organização e desenvolvimento das ERP/JF entre o período de 1955 a 1979.

Dessa maneira, a pesquisa consiste em investigar as origens da EEMDS, buscando compreender como se deram as articulações estabelecidas entre as políticas de escolarização de PcD e o processo de criação, organização e desenvolvimento das ERP na cidade de JF/MG, entre os anos de 1955 e 1979.

Para tanto, sugerimos uma correlação de fontes bibliográficas, documentais e iconográficas. Segundo Carlos Bacellar (2008), ao se propor um tema e iniciar uma pesquisa, exige-se a localização de fontes, verificando quais conjuntos de documentos poderiam ser investigados em busca de referências.

Dessa forma, o estudo se baseou, mais especificamente, na pesquisa documental, já que necessitávamos de informações sobre a instituição investigada para entendermos seu processo de criação, organização e desenvolvimento. De acordo com André Cellard (2008), trata-se de um desafio definir o documento, pois ele constrói a história que é uma das principais ferramentas de todas as ciências sociais. O autor ressalta ainda que o conceito de documento aplicado quase exclusivamente ao texto escrito e particularmente aos arquivos sociais ampliou-se. A noção de documento, com a história social, devido à evolução da disciplina História, passou a ser: “De fato, tudo o que é vestígio do passado, tudo que serve de testemunho, é considerado como documento ou ‘fonte’ como é mais comum dizer atualmente.” (Cellard, 2008, p. 296).

Os testemunhos para a construção dessas informações evidentemente se materializariam em forma de material escrito e iconográfico, considerando que nosso foco se estrutura na busca de um passado não tão próximo. Marc Bloch (2001) chamou de testemunho o que nos permitiu e ainda permite o estudo do passado. O estudioso afirma que os vestígios do passado podem ser testemunhos escritos ou não escritos. Fala também sobre documentos materiais quando cita artefatos antigos, como contas de colar, entre outros. Logo, o conhecimento produzido a partir da observação histórica estrutura-se a partir de vestígios, sinais que levantam indícios de um fenômeno.

Que se trate das ossadas emparedadas nas muralhas da Síria, de uma palavra cuja forma ou emprego revele um costume, de um relato escrito pela testemunha de uma cena antiga [ou recente], o que entendemos efetivamente por documentos senão um “vestígio”, quer dizer a marca, perceptível aos sentidos, deixada por um fenômeno em si mesmo impossível de captar (Bloch, 2001, p. 73).

O trecho acima apresenta uma série de exemplos de vestígios, marcas ou documentos de naturezas diversas, que demonstram a pluralidade de possibilidades investigativas quando se trata de fontes históricas. Desse modo, “documentos” podem ser textos escritos, como também documentos de natureza iconográfica, cinematográfica, qualquer outro tipo de testemunho registrado, relatório de entrevista ou anotações feitas durante observações etc. (Cellard, 2008).

Em consonância com Cellard (2008), Restituto Bravo (1991) salienta que são documentos todas as realizações produzidas pelo homem que se mostram como indícios de sua ação e que podem revelar suas ideias, opiniões, formas de atuar, viver e construir a história

Por conseguinte, para Halbwachs (1990), a pesquisa histórica carece da realização de um trabalho minucioso de busca, análise e organização de fatos que se julgava perdidos ou inéditos, pois se trata da investigação de fontes, que podem relatar parte ou toda história. Corroborando o exposto, Bloch (2012) se esforça em seus escritos em dizer como e por que um historiador(a)/pesquisador(a) pratica seu ofício e que essa prática deve se fundamentar, também, em métodos que exigem minúcia de técnicas, e, como em toda investigação, é comum enfrentarmos questões e problemas cotidianos, que, na qualidade de bons pesquisadores(as), devemos estar preparados(as) para enfrentá-los.

Constata-se, dessa maneira, que a tarefa do(a) pesquisador(a) não é fácil, dado que se exige muito esforço em se contar e escrever a história, em especial a história de uma instituição de ensino especializado e, mais ainda, a história dos homens e das mulheres que construíram essa instituição e da cidade que a sedia, e, se for possível, a história das pessoas que se escolarizam nessa instituição. Esse é o caso deste estudo que se propôs em investigar o processo de criação, organização e desenvolvimento das ERP, da cidade de JF/MG, entre os anos de 1955 e 1979.

É apenas aparentemente que, mesmo assim compreendida e limitada, a tarefa [do historiador] pode passar por simples. Sê-lo-ia, talvez, se nos encontrássemos em presença de uma dessas artes aplicadas sobre as quais já nos detemos o suficiente ao enumerar, umas após as outras, suas manipulações longamente experimentadas. Mas a história não é uma relojoaria ou a marcenaria. É um esforço para o conhecer melhor: por conseguinte, uma coisa em movimento (Bloch, 2001, p. 46).

Conclui-se, desse modo, que a história está em movimento, porque ela conta a narrativa de homens e mulheres no tempo, o qual é contínuo e também está em perpétua mudança. Na pesquisa histórica, valemo-nos do tempo passado, dos períodos, dos recortes, não de forma isolada, mas em contextos com outros segmentos que constituem/constituíram o fenômeno social estudado, devendo o(a) pesquisador(a), através de uma observação crítica das fontes, buscar compreendê-la antes de julgá-la, sem, contudo, ser isento, pois é crucial interpretar os vestígios do passado para entender o presente (Bloch, 2001).

Dando continuidade ao ensejo, a diante falamos um pouco sobre os arquivos, espaços que disponibilizam e protegem os acervos históricos, sobre os quais nos debruçamos nas pesquisas.

1.1.1 Arquivos

Sobre os arquivos, destaca-se a Lei nº 8.159, de janeiro de 1991, regulamentada pelo Decreto nº 4.073 de janeiro de 2002:

Os arquivos públicos são os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos. (Brasil, 1991, p. 1).

Ainda segundo a legislação vigente, existem os arquivos públicos e privados, de modo que aqueles tratam-se “[...] de conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, o Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias [...]” e estes são “[...] conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades.” (Brasil, 1991, p. 2).

As fontes de arquivos públicos, nesta pesquisa, foram as fontes impressas, como cópias de jornais da época, localizados no Arquivo Central da UFJF. De acordo com Tania Luca (2008), o número de trabalhos que utilizavam de fontes impressas, como, por exemplo, jornais e revistas, ainda era relativamente pequeno na década de 1970, pois, mesmo que a introdução e a difusão da imprensa no nosso país, nesse período, já se apresentassem de forma significativa, havia uma resistência por parte de historiadores(as) em realizar a escrita da História por meio dessas fontes.

Não somente no Brasil, como em outros países, a tradição dominante durante um longo período associada ao ideal da busca da verdade dos fatos, que se julgava atingível por meio dos documentos, deveria valer-se de fontes marcadas por objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade e distanciamento do seu próprio tempo. Portanto, nesse contexto, os jornais pareciam não estarem adequados para recuperação do passado.

No final do século XX, segundo Luca (2008), houve uma alteração significativa na prática historiográfica, influenciada pelo movimento historiográfico francês, que forçou os(as) historiadores(as) a refletirem sobre as fronteiras da história, realizando deslocamentos, sem

negar a relevância de questões de ordem estrutural, abrindo-se para novos objetos, problemas e abordagens, apoiando-se em aportes provenientes de outras ciências humanas, como sociologia, psicanálise, antropologia, linguística, semiótica. “Tais mudanças alteraram a própria concepção de documentos e sua crítica” (Luca, 2008, p. 113).

Essa nova forma de conceber a história ficou conhecida como História Nova, marcada por uma renovação profunda do marxismo, pelo abandono da ortodoxia economicista, pelo reconhecimento da importância de elementos culturais, que colocaram em evidência a experiência de grupos e camadas sociais que eram ignorados, anteriormente, permitindo novas abordagens, inclusive a respeito de culturas de resistência (Luca, 2005). Desse modo,

[...] a virada linguística ou desafio semiótico (*linguistic turn, semiotic challenge*), ao mesmo tempo em que evidenciou o caráter narrativo do texto historiográfico e forçou a discussão de sua natureza, geral ácidas polêmicas quanto à (in)existência de referências externas ao próprio discurso. Os debates ultrapassaram as fronteiras dos novos objetos, abordagens e/ou problemas e introduziram outras fissuras no trato documental. Como assinalou o historiador Antoine Prost, alterou-se o modo de inquirir os textos, que “interessará menos pelo que eles dizem do que pela maneira como dizem, pelos termos que utilizam, pelos campos semânticos que traçam” e, poderíamos completar, também pelo interdito, pelas zonas de silêncio que estabelecem (Luca, 2005, p. 114, *itálicos no original*).

Em síntese, essa breve exposição, teve o intuito de contextualizar o processo de mudança sofrido pela disciplina História, que possibilitou novas abordagens na pesquisa, como, por exemplo, a pesquisa em fontes impressas, como os jornais. Esse contexto de mudanças, segundo Paolo Nosella e Ester Buffa (2009), configura, ainda, uma conjuntura em que são privilegiados temas como cultura escolar, disciplinas escolares, currículo, práticas educativas, formação de professores, entre outros temas, incluindo a temática voltada para instituições escolares, como é o caso da nossa pesquisa.

Dessa forma, constata-se que “a nova história, a história cultural, a nova sociologia e a sociologia francesa constituem as matrizes teóricas das pesquisas realizadas dos anos 90 para cá” (Nosella, Buffa, 2009, p. 17). Segundo os mesmos autores, os estudos de instituições escolares atuais representam uma temática de pesquisa significativa, considerando sua materialidade em diversos aspectos, dentre esses a expressão ‘cultura escolar’, que tem sido utilizada de maneira abrangente (Nosella, Buffa, 2009), tendo, então, um significado amplo que se refere às características específicas de cada instituição.

Segundo Julia (2001), a cultura escolar pode ser compreendida como um conjunto de normas e práticas que definem e permitem que o conhecimento histórico possa ser transmitido, as condutas inculcadas e os comportamentos incorporados. A autora defende

ainda que a cultura escolar não pode ser estudada sem a investigação precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém referente a cada período histórico e ao conjunto de culturas que as formam, como a cultura religiosa, a política ou a popular. Assim, deve ser feita também uma análise sobre o corpo docente que compõe e segue as normas determinadas pela cultura de cada escola e tudo o que diz respeito à instituição investigada.

Dessa forma, para dar respostas a indagações e objetivos da investigação, o texto foi dividido em categorias que nos auxiliaram a organizar melhor a escrita e as informações por meio das fontes investigadas. Portanto, a partir do conceito de cultura escolar, proposto por Dominique Julia (2001), e dos apontamentos de Nosella, Buffa (2009, p. 18), tem-se que:

[as] normas e práticas, que variam no espaço e no tempo e que podem até coexistir mantendo suas diferenças, aninham-se na instituição escolar e é possível evidenciá-las com base nos seguintes tópicos que funcionam como categorias de análise: contexto histórico e circunstâncias específicas da criação e da instalação da escola; processo evolutivo: origens, apogeu e situação atual; vida escolar, o edifício: organização do espaço, estilo, acabamento, implantação, reformas e eventuais descaracterizações, alunos: origem social, destino profissional e suas organizações; professores e administradores: origem, formação, atuação e organização, saberes, currículo, disciplinas, livros didáticos, métodos e instrumentos de ensino, normas disciplinares, regimentos, organização do poder, burocracia, prêmios e castigos; eventos: festas, exposições, desfiles.

Em suma, esta seção teve o objetivo de descrever o trajeto metodológico da investigação, ao trazer algumas conceituações nas quais novos e velhos elementos foram achados, reagrupados e pensados para alicerçar a construção e as reflexões de novas premissas e temas, que serão trabalhadas nas seções seguintes (Hall, 2003).

Diversos referenciais teóricos sustentaram nossas descrições, análises e discussões. Stuart Hall (2003), Maurice Halbwachs (1990), Maria Hilsdorf (2006), Marc Bloch (2001), por exemplo, auxiliaram-nos na contextualização histórica e social. Gilberta Jannuzzi (2012) e Romeu Sasaki (1997) nos respaldaram sobre contexto histórico evolutivo da escolarização de PcD. Metodologicamente, embasamo-nos em González Rey (2005), Pinsky (2008) e Paolo Nosella e Ester Buffa (2009), fontes essenciais para a organização das categorias que foram evidenciadas no decorrer do processo investigativo.

Isso posto e partindo da análise específica das fontes, do contexto histórico e da cultura escolar do lócus investigativo da nossa pesquisa, elaboraram-se categorias de análise para a estruturação do texto a partir dos pontos que mais foram destacados no estudo,

ancorados no roteiro guia proposto por Nosella, Buffa (2009): criação e implantação da escola, a evolução da escola e vida na escola.

A partir das categorias propostas por Nosella e Buffa (2009), o texto foi organizado em 03 categorias: **Criação e Implementação, A evolução da escola e a Vida na escola.**

Na categoria **Criação e Implementação**, divididas em duas seções, pontua-se que, na primeira “Criação das Escolas Reunidas Pestalozzi”, situamos de forma breve o contexto histórico do município, do estado e do país, apresentamos de forma resumida como se deu as fases da EE no país, a Lei nº 7.790 de 1927, as fontes que nos auxiliaram na investigação e um sucinto relato sobre a história de JF/MG naquele período para que pudéssemos adentrar na temática central investigada: a criação das ERP de JF/MG.

Conclui-se que, por volta da década de 1950, a escola se constituiu mediante articulações de políticas escolares, parceria entre filantropia, setores públicos e membros de classes médias e altas, em meio a um cenário estadual e nacional propício para tal. Em contrapartida, a cidade de JF/MG apresentava escassez de assistência e escolarização de PcD, ao mesmo tempo em que havia atores sociais que almejavam por isso e *status* social, reverberando em ações que impulsionaram a criação do lócus investigativo.

Ainda na primeira categoria, a segunda seção, “O Prédio”, apresenta a estrutura física da escola, expondo as três fases da instituição referentes à mudança do espaço físico. Ressalta-se que os dois primeiros espaços ocupados pela instituição não ofereciam condições adequadas para o funcionamento, sendo somente o último, construído especialmente para tal, que apresentou as condições apropriadas. Contudo, observou-se que o modelo de escola escolhido para a instituição já poderia significar precarização em comparação ao modelo de grupo escolar.

A segunda categoria, **Evolução da escola**, com apenas uma seção, “A organização da escola”, demonstra como se estabeleceu o processo de seriação da instituição que objetivou a conclusão dos(as) alunos(as) até a 4º série do ensino fundamental. A partir de tais análises, conclui-se que a organização serial das ERP/JF se adequava conforme as particularidades e as necessidades do alunado e da instituição, ou, ainda, por fatores não evidenciados nos documentos de forma concreta relacionados a dificuldades estruturais das turmas, como, por exemplo, questões de ordem pedagógicas, financeiras ou até mesmo relacionadas a dificuldades logísticas ou ligadas a enfermidades dos discentes.

Na terceira categoria, **Vida na escola**, com 4 seções, delineamos na primeira seção “As professoras Primárias”, o perfil de educadores(as) que estiveram presentes na ERP de JF/MG durante o período de estudo, concluído que o quadro docente era exclusivamente

feminino. Na seção posterior, “o Alunado”, o perfilamento desses alunos(as) é evidenciado, constatando-se que o corpo discente era acometido por deficiências diversas, entre elas física, mental e cognitiva.

Na terceira seção, “o Saber”, trouxemos aproximações de quais e como os conteúdos eram trabalhados em sala de aula. Havia uma gama de conteúdos propostos pela legislação da época, contudo, nos documentos analisados, não foi possível identificar com exatidão. Observou-se, por exemplo, pelo relato de professoras primárias da época que “o saber” empregado era baseado no método Pestalozziano, por meio do método intuitivo, prático e ativo utilizando de explicações constantes, histórias dramatizadas, etc., de forma a sugerir que a disciplina ministrada era ligada a leitura e escrita. Verificamos ainda que o uso de trabalhos manuais era uma característica marcante dos Institutos Pestalozzi. Conclui-se que o programa/currículo apresentado pela legislação do período não era seguido à risca, por apresentar flexibilidade e adequações de acordo com a demanda dos discentes.

Por último, exibimos a seção “Eventos – festas e desfiles” com o intuito de mostrar uma cultura escolar festiva, que se utilizava desse artifício não somente para a arrecadação financeira, mas também para dar notoriedade para a instituição e para os membros da Sociedade Pestalozzi, visto que a população via na caridade uma possibilidade de salvação (Pinto, 2008). Dessa forma, infere-se que a criação da Instituição e a realização de seus grandes eventos, desfiles e solenidades permitiam que a sociedade pudesse se exibir, com o bônus de que tudo seria retratado nos jornais de maior relevância do período.

2 A CRIAÇÃO DA ESCOLAS REUNIDAS PESTALOZZI

A partir da análise dos diversos achados encontrados em meio aos percursos que nos propusemos a investigar, evidencia-se que foi possível construir uma ponte e instaurar uma continuidade interrompida. Isso significa que, através da pesquisa foi possível reunir pequenos e grandes fatos que fizeram parte da história passada e ressignificá-los no presente, no intuito de preencher as lacunas existentes (Halbwach, 1990). Portanto, ao instaurarmos essa continuidade, devemos estar cientes que algumas lacunas foram preenchidas e outras não, todavia nos empenhamos em nos aproximar o máximo possível dos acontecimentos da época, no intuito de ampliarmos as discussões, principalmente sobre as origens das ERP/JF, entre os anos de 1955 e 1979.

Situando o contexto histórico, destaca-se que a instituição foi criada em meio a um cenário estadual e nacional em ascensão quando se tratava de políticas públicas e possibilidades para escolarização e atendimento à PcD, demarcado em MG pelo Decreto 7.970-A de 1927, que inaugurou a chegada de PcD nas escolas. Em contrapartida, observou-se uma conjuntura local (JF) escassa referente às oportunidades de escolarização e assistência relacionada ao mesmo público no decorrer dos próximos anos. Isso foi ratificado por um relato da professora Áurea Nardelli em nota de jornal, já nos anos de 1950 (Brasil, 1927).

Bloch (2001) nos estimula a refletir sobre o percurso histórico que influencia ou influenciou o processo de criação/finalização de um determinado fenômeno, como, por exemplo, as circunstâncias em que esse fenômeno está inserido, assim como possíveis transformações e consequências disso para a sociedade.

Atrelado a isso, em uma perspectiva mais ampla, destaca-se que a EE enquanto modalidade educacional também caminhava em prol de se consolidar, principalmente a partir de 1978, em um contexto ainda segregacionista. No entanto, antes de falarmos propriamente em EE, refletia-se sobre as fases que compunham o processo de escolarização de PcD. Dessa forma, Romeu Sasaki (1997) discutiu sobre 4 fases, a saber a fase de exclusão, de segregação institucional, de integração e de inclusão. Neste estudo, interessa-nos especificamente a fase da segregação institucional, por enquadrar o recorte temporal da pesquisa, 1955 a 1978, período este em que vigoravam os discursos do modelo médico da deficiência, designando às PcD um papel desamparado e passivo que as consideravam como “incapazes e inválidos”.

De acordo com o modelo médico da deficiência, as causas da deficiência não eram mais religiosas, mas científicas, relacionadas à saúde e à doença, sendo assim essas pessoas poderiam ser inseridas na sociedade se fossem reajustadas, normalizadas e reabilitadas.

Buscava-se a recuperação de PcD na medida do possível, logo, nesse processo, o acesso a uma educação institucionalizada se tornou uma importante ferramenta para o caminho da recuperação e da reabilitação (Palacios, 2008).

Todavia, o modelo médico da deficiência teve como consequência a fase da segregação institucional, que, segundo Sasaki (1997), caracterizou-se por um período em que as PcD eram excluídas da sociedade e da família e, por esse motivo, geralmente atendidas em instituições religiosas ou filantrópicas, emergindo, em diversos países, possibilidades de escolarização para PcD. Ainda, conforme o autor, nessa mesma época, surgiram escolas especiais, centros de reabilitação, oficinas de trabalho, pois as PcD passaram a ser vistas como produtivas, ou, assim dizendo, como sujeitos que poderiam trabalhar, estudar e exercer uma função social, caso fossem reajustados nesses estabelecimentos criados para a PcD.

Isso posto, constata-se que o discurso médico da deficiência perpassou o ano de 1955, ano em que o lócus investigativo deste estudo foi criado, e seguiu até, aproximadamente, o final da década de 1960, década esta em que nos EUA e na Inglaterra começaram a circular discursos mais problematizadores, transitando de um modelo médico da deficiência para um modelo social, que inverteu a ótica acerca da PcD. Contudo, no Brasil, nesse período, ainda estávamos na fase da segregação institucional, e nas instituições ainda vigoravam os discursos médicos e psicológicos. Tais pontuações têm o intuito de situar como foram desencadeadas as discussões no campo teórico referente ao processo de escolarização de PcD antes de delinearem a história das ERP de JF/MG.

Sendo assim, sabe-se que a criação das ERP de JF/MG não foi um fenômeno isolado no cenário educacional brasileiro. O processo se deu a partir de uma série de eventos históricos que aconteceram nos âmbitos nacional, estadual e municipal, permitindo que essa instituição e também outras pudessem ser criadas.

Dentre os eventos históricos que permitiram a criação das ERP de JF/MG, destacam-se as articulações entre políticas de escolarização de PcD, resultantes da conjuntura histórica do período investigado, 1955 a 1979, possibilitando que as ideias postas por um grupo de senhoras do município de JF/MG fossem ouvidas e implementadas. Dito isso, saliente-se, novamente, a Lei nº 7.790 de 1927, responsável pelo acesso de PcD nas instituições públicas escolares.

Nas linhas a seguir, apresenta-se a Lei nº 7.790 de 1927, a qual embasou a criação da escola. Em sua parte VII, apresenta com mais detalhes os graus de ensino primário, como os jardins de Infância e as “Escolas Maternaes”, e, especificamente, sobre as Escolas primarias tem-se:

Quadro 2 – Graus do Ensino Primário

Art. 254. - As escolas primárias	Duração
“Ruraes”	3 anos
“Distrectaes”	3 anos
Urbanas Singulares	3 anos
Escolas Reunidas	4 anos
Grupos Escolares	4 anos
Escolas para Débeis orgânicos	---
Escolas ou classes especiais para Retardados Pedagógicos	---

Fonte: os(as) autores(as)

De acordo com o quadro 2, as escolas primárias eram divididas em: escolas rurais, distritais, urbanas singulares, escolas reunidas – como se caracterizaram as ERP investigadas neste estudo, que se caracteriza, por um “[...] agrupamento de, pelos menos 6 classes instaladas e um só prédio [...]” –, grupos escolares, escolas para débeis orgânicos, escolas ou classes para especiais para retardados pedagógicos. Portanto, as classes especiais foram as primeiras iniciativas que receberam PcD naquele período, depois é que vieram as escolas Reunidas (Minas Gerais, 1927; Minas Gerais, 1962).

As demais partes do documento falam sobre o Regimento Escolar, dando ênfase a organização e funcionamento da escola referentes a matrícula, frequência, transferência, cancelamento de matrícula, ano letivo, festas, comemorações escolares, programas, conteúdos, trabalhos escolares, tempo de funcionamento das aulas, questões disciplinares referentes a horários, vestimentas, disciplina fora da escola, promoções, exames, elogios, prêmios e caderneta escolar.

O conteúdo de maior interesse para este trabalho foi apresentado na parte XI do decreto, “Das escolas especiais para débeis orgânicos e para retardados pedagógicos”, que, em seu capítulo I, traz “Das classes especiaes para débeis orgânicos”, Art. 366, estipulando que: “O governo creará classes especiaes para débeis orgânicos nas cidades onde a frequência escolar justifique essa medida.” (Brasil, 1927, p. 1241). Já o capítulo II destaca “Das classes para retardados pedagógicos”, Art. 377.

As classes para retardados, que serão organizados de acordo com instrucções especiaes, destinam-se ao ensino e educação das creanças que, por defeito congênito ou adquirido, sejam incapazes de competir com as creanças da mesma idade nas classes ordinárias, quer no que se refere á instrucção propriamente dita, quer no que concerne á conducta no governo de si mesmas e na direção da sua actividade escolar (Brasil, 1927, p. 1244).

Assim, respaldada por tal legislação, as ERP de JF/MG se organizaram a partir do Decreto nº 4.4770, abrangendo escolas e classes especiais para “Débeis orgânicos e Retardados pedagógicos” na cidade de JF. De acordo com a legislação vigente, na época, parte XI, Parágrafo único, cada escola deveria constar de pelo menos 4 classes, sendo destinada a crianças com idade escolar, débeis pela sua condição de enfermidade ou insuficiência de nutrição. Não seriam permitidas crianças que se enquadrassem no que dizia o Art. 101 do mesmo decreto (Brasil, 1927).

Artigo este, que influenciado pelos discursos cientificistas da época, o decreto nº 7.790-A, em sua Parte IV, “Da Hygiene Escolar e da Assistencia Medica e Dentaria”, o Capítulo II, “Inspeção medica dos alunos”, informa que no início do ano escolar seria realizado o exame geral, individual e orgânico em todas as crianças matriculadas pela primeira vez, com o intuito de afastar da escola aquelas acometidas de moléstia contagiosa, repulsiva, cegos, surdos-mudos, idiotas, inabilitados físicos e mentais e distribuir entre as escolas próprias. Tal fato nos mostra que em 1927 uma boa parte de deficiências ainda não eram aceitas em instituições como as ERP, as mudanças foram acontecendo no decorrer do tempo, até que a escola fosse criada e permitisse a escolarização desses alunos. (Minas Gerais, 1927).

Faz-se importante salientar que, no Art. 368 do decreto em questão, é informado que “[...] as classes para débeis orgânicos serão localizadas em edificio próprio, situado em parque ou chácara, afastado, tanto quanto possível, dos centros de população densa.” (Minas Gerais, 1927, p. 1242). Nos primeiros anos de funcionamento das ERP de JF/MG, ela foi instalada no centro da cidade, assim não obedecia especificamente o que dizia a legislação. Sua atual sede, ainda situada no centro da cidade, foi construída de forma afastada da rua, nos fundos da Rua Barão de Cataguases. Infere-se, por conseguinte, que, mesmo que naquele período a escola representasse um passo em prol da escolarização, ainda os pensamentos da época estavam embutidos em um viés excludente, como pode ser observado nesse exemplo e nos termos e nas expressões utilizados para se referir às PcD.

Ainda de acordo com o decreto nº 7.790-A, o ano escolar deveria começar em 15 de março e teria fim 15 novembro, dividido em dois períodos de 4 meses, com funcionamento diário de 9 às 16 horas, sendo fornecidos aos(as) alunos(as) almoço e lanche, e, ao fim de cada período, seria realizado um exame médico, a fim de determinar quais alunos(as) poderiam continuar frequentando a escola ou seriam enviados(as) para as classes ordinárias. As escolas deveriam ser formadas por diretores(as), professores(as), enfermeiros(as),

cozinheiras(as) e serventes. Os programas de ensino seriam os mesmos das escolas ordinárias, contudo o objetivo principal era restaurar a saúde do alunado (Minas Gerais, 1927).

Em relação às classes para “retardados pedagógicos”, em seu capítulo II, Art. 277 do decreto, destaca-se que elas se destinam ao ensino e à educação de crianças que apresentem defeito congênito ou adquirido, incapacitando-as de competir com as crianças da mesma idade das classes ordinárias em relação a instrução, conduta e direção da atividade escolar.

Para o decreto, eram consideradas retardadas crianças com menos de 12 anos, que, durante 3 anos consecutivos, deixassem de ser promovidos(as) por insuficiência de instrução, aqueles(as) com menos de 12 anos e que fossem fisicamente inaptos, marcadamente defeituosos(as), apresentassem defeitos de percepção, debilidade de atenção, instabilidade mental ou emocional etc. Para além disso, seriam realizados testes psicológicos, para determinação de quociente de inteligência, e exame médico, para identificação de defeitos orgânicos tratados com terapia (Minas Gerais, 1927).

Conforme Art. 373, as classes para retardados poderiam funcionar em estabelecimentos escolares ordinários, compondo-se de no máximo de 15 alunos(as), e deveriam ter um programa que permitisse que o(a) aluno(a) retornasse às classes ordinárias depois da realização de um exame, o qual abrangia linguagem escrita e oral, cálculo, desenho, EE, compreendendo trabalhos manuais, jogos, exercícios físicos corretivos e exercícios de ortopedia mental, recomendados por Binet⁵ (Minas Gerais, 1927).

Portanto, na primeira análise, destaca-se que o decreto nº 7.790-A previa a possibilidade de educação para dois tipos de deficiência, “débeis orgânicos e retardados pedagógicos”, no entanto, nas ERP de JF/MG, acredita-se que foram oferecidas vagas ao ensino educacional institucionalizado para uma gama maior de deficiências, como pode ser verificado na Revista Pestalozzi publicada pelas ERP de JF/MG no ano 1957, havendo, dessa maneira, uma reunião das seguintes classes com as respectivas deficiências: “retardo mental leve”, “retardo mental médio”, “retardo mental profundo”, “surdos-mudo”, etc. (Souza, 1947).

E, além do fato das ERP de JF/MG receberem outros tipos de deficiências, como foi o caso dos “surdos-mudo”, que não eram permitidos anteriormente conforme consta no Art. 101 do decreto nº 7.790-A, evidencia-se também uma evolução, ainda que pouca, nos termos

⁵ Alfred Binet é um estudioso francês da área de psicologia, ciências naturais, psicofisiologia e psicologia da criança e, mais especificamente, esteve envolvido também em estudos referentes a análises das diferenças individuais com relação ao patrimônio genético. Focou sua atenção na educação com fins sociais e na pedagogia, criando um famoso teste de inteligência, juntamente com seu colaborador Théodore Simon, muito conhecido na área da psicologia, que foi traduzido em dezenas de línguas (Zazzo, 2010).

utilizados ao se referir às PcD, pois observou-se que ainda se utilizava a palavra “Retardo”, contudo haviam eliminado o termo “pedagógicos”, e a expressão “Débeis orgânicos” não apareceu (Minas Gerais, 1927).

Analisou-se ainda que o decreto nº 7.790-A de 1927 anunciava que os(as) alunos(as) com deficiência iriam frequentar as escolas especiais, mas, à medida que se “normatizassem” ou superassem suas dificuldades, deveriam retornar para as classes ordinárias. Já, nas ERP de JF/MG, o objetivo da reunião de classes era, no primeiro momento, criar um espaço para receber PcD na cidade de JF, por não possuir estabelecimentos para tal, e, no segundo momento, oferecer possibilidade de escolarização até a 4º série do ensino fundamental para este público, pelo menos até concluírem a 4º, pois, nos documentos escolares analisados, não foram encontradas evidências de que os alunos deveriam retornar às escolas ordinárias. Dessa forma, por meio dessas análises, infere-se que, nos 28 anos que separaram o decreto nº 7.790-A de 1927 e a abertura das ERP de JF/MG em 1955, aconteceram mudanças legislativas e teóricas que influenciaram nos critérios de entradas nas EE e nas formas de se referir às PcD (Minas Gerais, 1927).

Para além das questões relacionadas ao nº 7.790-A de 1927, salientam-se agora outras legislações e documentos que nos embasaram e nos auxiliaram a compreender melhor como se deu o processo de criação das ERP de JF/MG. Como exemplo disso, pode-se citar o Livro de Ocorrências, disponibilizado pela EEMDS, datado do ano de 1961 a 1979, que contém dados sobre eliminados e admitidos, em que constam as seguintes informações: no cabeçalho geral, “Grupo Escolar Instituto Pestalozzi”, e, na sequência, apresentam-se as descrições Nº de ordem, Nome dos alunos, um pouco acima, contemplando alguns tópicos, está escrito “Eliminados” e, abaixo, enumeram-se Sexo, Nº de matrícula, Série, Tipo de deficiência, motivo e filiação.

Com a análise do documento supracitado, verificam-se dados que se revelaram importantes para esta parte da pesquisa, uma vez que dizem respeito aos motivos para as respectivas “eliminações dos discentes” das ERP de JF/MG. Ressalta-se, primeiramente, que, em muitos momentos do livro de registro, os motivos para exclusão dos(as) discentes não foram anunciados, mas, em sua maioria, as causas eram relacionadas a mudança, moléstia, falecimento, não comparecimento, problemas de saúde, entre outros. Houve também algumas transferências que podem estar relacionadas ao retorno às classes ordinárias, contudo essa informação mais detalhada não consta no livro de registros (Minas Gerais, 1951; Minas Gerais, 1961).

Outro documento analisado foi o Livro de Resultado Final (1957 a 1989), que apresenta as atas de realização de testes parciais e finais de promoção de alunos(as). Esse documento se tornou uma das principais fontes de análise, orientando-nos na compreensão e no entendimento de como se organizou o processo de seriação das ERP de JF/MG. Nele, observa-se que alguns discentes eram citados em uma turma e depois não apareciam mais nas turmas subsequentes durante o processo de seriação. Sugere-se, então, que os(as) alunos(as) tenham sido transferidos(as) ou desistiram de finalizar o ensino fundamental (Minas Gerais, 1951).

Dito isto, ressalta-se que todas as informações referentes às classes descritas no Livro de Registros (1957 a 1989) foram transcritas para este trabalho em forma de tabelas. Para os dados que estavam em extenso, foram feitas tabelas, e os que já estavam em formato de tabela foram copiados, a fim de que pudéssemos ter uma visão mais ampla de todo o material. Devido à quantidade de classes por ano e por um longo recorte temporal, de 25 anos, não foi apropriado colocar todas as tabelas no corpo do texto, então elas serão disponibilizadas no apêndice do trabalho, e apenas as informações mais pertinentes encontradas serão apresentadas.

Na sequência, as informações investigadas, estruturadas e analisadas sobre o processo de criação, organização e desenvolvimento das ERP de JF/MG serão compartilhadas anualmente, propondo-se a mostrar os eventos que ocorreram durante o recorte temporal da pesquisa, de 1955 a 1979. Pontua-se que o ano de 1980 apenas demarca o fim do recorte temporal, mas não foi investigado por ter sido o ano em que a escola muda de nome.

Em relação ao município que sediou a instituição, por volta de 1950, Juiz de Fora, cidade sede das ERP de JF/MG, passava por um período de intensas modificações. De modo geral, evidenciava-se um desenvolvimento industrial, pautado em uma modernização capitalista, civilizando-se nos moldes dos centros europeus e americanos e fugindo à tradição escravagista. Foi fundado o colégio Grambery, pelos metodistas, espaço que quase foi sede para as ERP de JF/MG. Além disso, a igreja católica também se estabeleceu e influenciou na criação de estabelecimentos de ensino, de forma a ter um papel importante na criação da instituição investigada (Oliveira, 1994).

O município localiza-se ao “[...] Sudeste do Estado de Minas Gerais; Mesorregião Geográfica da Zona da Mata Mineira [...]” (Juiz De Fora, 2023). Em relação ao cenário político de JF nos primeiros anos de 1950, tem-se que:

O mandato do prefeito Dilermando, foi marcado pelo crescimento urbano da cidade, principalmente no que se refere a expansão rodoviária do município, em

janeiro de 1951, deixa o cargo de decorrência de ter sido eleito deputado federal, assumindo o vice, até a posse no mesmo mês de Olavo Costa, que exerce o cargo até 1955 (Jesus, Faria, 2016, p. 5).

Nesse mesmo ano, conforme o jornal Diário da Tarde, em 01 de fevereiro de 1955 (edição n.º 3520, página 04), devido à posse de Ademar Rezende de Andrade, novo prefeito de JF, “[...] a cidade encontrava-se num precipício, com uma delicada situação financeira, sem dinheiro nos cofres públicos, nem crédito. Além disso, havia excesso de pessoal nos cargos administrativos da Prefeitura” (Jornal Diário Da Tarde, 1955, p. 4).

Em 1957, através da Lei nº 947, que autorizou “[...] a concessão de subvenções a instituições de caráter assistencial e educacional e auxílios diversos no exercício de 1957” (Jornal Gazeta Comercial, 1951, p. 1). Ver figura abaixo:

Figura 3 – Jornal Gazeta Comercial

19-2-1957

GAZETA COMERCIAL

GOVERNO DO MUNICIPIO

PREFEITURA MUNICIPAL

LEI N. 947 — de 13 de fevereiro de 1957 (*)
Autoriza a concessão de subvenções a instituições de caráter assistencial e educacional e auxílios diversos no exercício de 1957

A Câmara Municipal de Juiz de Fora decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — Fica a Prefeitura Municipal autorizada a conceder, no exercício de 1957, as seguintes subvenções:

I — DE ASSISTENCIA SOCIAL		Art. 2.º — Fica a Prefeitura autorizada a conceder, no exercício de 1957, os seguintes auxílios diversos:	
Abrigo Santa Helena	25 000,00	Comissão pró-Monumento a Heitor Guimarães	10 000,00
Asilo João Emilio	57 000,00	Ambulatório Leon Denys, do Centro Espirita	22 000,00
Associação das Damas de Caridade	20 000,00	Amor aos Desenhados	25 000,00
Associação das Damas Protetoras da Infância	43 000,00	Centro Espirita F. e Caridade	5 000,00
Associação Social N. S. da Glória	20 000,00	Centro Espirita Santo Antônio de Umbanda	15 000,00
Assistência Social N. S. da Glória	25 000,00	Centro Espirita Ivon Costa	15 000,00
Abrigo Dom Bosco	5 000,00	Centro Espirita de N. S. do Líbano	30 000,00
Associação Pão de Santo Antônio	5 000,00	Congregação de N. S. do Líbano	100 000,00
Associação dos Anjos de Caridade	10 000,00	Campanha da Boa Vontade	250 000,00
Associação de Lar e Amparo Feminino	5 000,00	Escola de Comércio Morais Júnior	5 000,00
Casa Espirita (Para a Caixa de Assistência João de Freitas)	5 000,00	Escola Monteiro Lobato	15 000,00
Casa Espirita (Para o Instituto Eugênia Braga)	20 000,00	Federação das Congregações Marianas	9 000,00
Centro Espirita União, Humildade e Caridade (Para o Albergue dos Pobres)	10 000,00	Legião da Boa Vontade	3 000,00
Centro Espirita Amor ao Próximo (Para o Ambulatório Dr. Nicanor e Assist. Frederico Figner)	10 000,00	Pequenos Cantores da Academia de Comércio	8 000,00
Caixa Beneficente Dr. Muafico Becker	5 000,00	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas	3 000,00
Chácara dos Menores (Granja Escola)	20 000,00	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem	3 000,00
Creche Maternal (Casa Maternal Maria Helena)	37 000,00	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação, Massas Alimentícias e Biscoitos	8 000,00
Casa da Providência	30 000,00	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil	3 000,00
Educandário Carlos Chagas	30 000,00	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes, Derivados e Frios	3 000,00
Fundação João de Freitas	20 000,00	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados	3 000,00
Instituto de Proteção à Infância (B. C. G.)	35 000,00	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Açúcar, Torrefação e Moagem de Café, Cervejas e Bebidas em Geral	3 000,00
Instituto Maria	33 000,00	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Hidro Elétrica	3 000,00
Instituto Jesus	10 000,00	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Curtimento de Couros e Peles	3 000,00
Instituto de Assistência Social	20 000,00	Sindicato dos Mestres e Contra Mestres da Indústria de Fiação e Tecelagem de Juiz de Fora	3 000,00
Maternidade Santa Terezinha	67 000,00	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Juiz de Fora	3 000,00
Organização "Nossa Casa" (Maternidade Santa Terezinha)	15 000,00	Sindicato dos Empregados de Comércio	3 000,00
Patronato São José	10 000,00	Sindicato dos Empregados no Comércio Hotelário e Similares	3 000,00
Serviço de Assistência Social ao Tuberculoso Pobre	15 000,00	Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Telefônicas de Juiz de Fora	3 000,00
Sociedade Beneficente Sopa dos Pobres	43 000,00	Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários	3 000,00
Sociedade São Vicente de Paulo	20 000,00	Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários	3 000,00
Sopa das Caixas Escolares de Juiz de Fora	33 000,00	Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Juiz de Fora	3 000,00
Sociedade Pestalossi de Juiz de Fora	10 000,00	Escola Primária Amanda Cohaner	10 000,00
II — DE CARÁTER INSTRUTIVO, EDUCACIONAL E CULTURAL		Escola Nacional de Evangelização	5 000,00
Associação de Cultura Franco Brasileira	25 000,00	Escola Infantil S. Vicente de Paulo	5 000,00
Associação Atlética Glória	15 000,00	Assistência e Ambulatório Antônio do Carmo (C. E. Paz e Fraternidade)	5 000,00
Associação Escoteira Almorés	3 000,00		
Atlético F. C.	10 000,00		

Fonte: Jornal Gazeta Comercial – Arquivo Central da UFJF

A figura 3 também apresenta diversas outras associações e instituições assistencialistas e educacionais juizforanas que recebiam subvenções do Governo do Município no ano de 1957.

Consta que em 1960 a Câmara Municipal de JF decretou e sancionou a Lei nº 1273, assinada pelo prefeito da época, Olavo Costa (1959-1962), que autorizou a concessão de auxílios diversos para o exercício de 1960, incluindo o valor de CR.\$ 104.000, 00 às ERP de JF/MG e CR.\$ 15.000, 00 à Sociedade Pestalozzi de JF, reafirmando a relação muito presente nessa época entre filantropia e setor público (Juiz de Fora, 1960).

Nessa mesma altura, a cidade era governada por Arlindo Leite, vice-prefeito do mandato anterior, que assumiu a prefeitura de 1962 a 1963, devido à renúncia de Olavo Costa (Prefeitura, 2021). Já no final dos anos 1960, a cidade passava por mais algumas modificações, como crescimento da população, urbanização fora do controle, economia respaldada na prestação de serviços, intenso debate político e aumento das tensões sociais. Para além disso, foi criada a UFJF, no governo de Juscelino Kubitschek, que empregou pessoas, atraiu estudantes e intensificou o consumo de bens e de serviços (Oliveira, 1994). O prefeito da cidade na época foi Ademar Rezende de Andrade (1964-1967) e depois Itamar Augusto Cautiero Franco (1967 a 1970).

No ano seguinte, em 1971, já sob o governo de Agostinho Pestana da Silva Neto (1971-1972), por meio da Lei nº 3927 de 20 de dezembro de 1971, foram autorizadas concessões de auxílios, subvenções entre outras contribuições de caráter assistencial, social e econômico para o exercício de 1972, para o Caixa Escolar das ERP de JF/MG de Cr\$ 40,00 e para o Instituto Pestalozzi de CR\$ 30, 00 (Juiz de Fora, 1971).

Saulo Pinto Moreira esteve na prefeitura entre os anos de 1975 e 1976, e Francisco Antônio de Melo Reis, de 1977 a 1982. Percebe-se, dessa maneira, que eventos históricos não acontecem de forma isolada, estão sempre articulados a outros acontecimentos que constroem a história e as sociedades.

Como dito no primeiro parágrafo, em relação à educação de PcD, em torno de 1955, a professora Áurea Nardelli relata, por meio de uma nota no Jornal Diário Mercantil, no dia 16 de março de 1955, intitulada “Crianças Excepcionais”, que a falta de assistência às crianças excepcionais sempre foi uma preocupação na cidade, que houve tentativas de melhoria desse quadro junto aos poderes públicos, porém nada havia sido feito, impedindo o atendimento dos apelos dos pais, por falta de conhecimentos especializados sobre a temática. A professora cita ainda a Sociedade Pestalozzi criada por Helena Antipoff e que havia um grupo de mães indo a

Belo Horizonte pedir a Juscelino Kubitschek, governador do Estado na época, a instalação de uma instituição especializada em JF.

A reportagem vista na figura 4, abaixo, demonstra a falta de espaços e de recursos para escolarização e cuidado para PcD na cidade de JF na época, o que justifica a criação da Sociedade Pestalozzi e ainda reforça o protagonismo das mulheres, visto que foi um grupo de mães que se encaminharam para Belo Horizonte com o objetivo de conseguir apoio governamental para a criação de uma instituição que pudesse amparar seus filhos e filhas.

Figura 4 - “Crianças Excepcionais – Aurea Nardelli”

CRIANÇAS EXCEPCIONAIS

Aurea NARDELLI

Sempre nos preocupou a falta de assistência às crianças excepcionais em nossa Cidade. Algumas vezes tentamos, junto aos Poderes Públicos, conseguir que tivessem as vistas voltadas para o problema, mas nada de positivo se realizou. Nunca nos foi, também, possível atender a apelos de pais, não apenas da cidade, mas de Municípios vizinhos, no sentido de com eles colaborar na educação de seus meninos excepcionais. Falta-nos especialização; o pouco que conhecemos do assunto, vem de estudos parcelados, de participação em seminários e congressos. É muito insuficiente, porém, para um trabalho sério. Por isso, sempre desejamos a colaboração dos poderes públicos, para dotarem Juiz de Fora de uma série de classes especializadas, que atendessem a retardados, a cegos, a surdos-mudos, e desajustados. Quando Leme Lopes esteve aqui, tivemos esperança de que algo se fizesse. No entanto, continuamos na estaca zero.

Instituições, como a Sociedade Pestalozzi, criada por Hele-

na Antipoff, florescem no Rio, em São Paulo, em Niteroi, em Goiania, em Belo Horizonte, mas jamais encontraram eco em nossa terra.

Agora, porém, ergue-se a voz das mães. É o apelo direto da quem vive intensamente o calvário de ter um filho excepcional.

Contaram-me que vão a Belo Horizonte, pedir ao Sr. governador do Estado a criação e a instalação de uma Escola especializada para seus filhos. Elas se reúnem no mesmo sofrimento para reivindicar, com o mesmo desesperado ardor, o direito de terem assistência para eles.

Chamam-nos, a nós educadores e aos médicos, ao dever de auxiliá-las; chamam o povo em geral, para lhes dar solidariedade e compreensão. Temos de trabalhar num mesmo sentido, todos enviando nossas mensagens ao Sr. governador, pedindo também e reforçando a mensagem das mães.

Temos de ajudá-las. É nosso dever, é nossa Ação de Graças por termos filhos a quem a mo-

léstia poupou.

Fica nosso apelo às colegas de magisterio. Será preciso professoras especializadas para que as classes funcionem. Devem apresentar-se as voluntárias para tais cursos. O Estado permite que o professor regente de classe se especialize, tanto no Instituto Pestalozzi, em Belo Horizonte, como nos cursos da Sociedade Pestalozzi, na qualidade de bolsistas. Os cursos têm duração mais ou menos longa; é preciso começar logo.

Lemos no “O Diário”, dias atrás, que o Ministério da Educação instituiu cem bolsas de estudos para especialização de educação de surdos-mudos. A entrevista, realizada por uma emissária do Ministério, faria veementemente apelo para que se apresentassem candidatas, pois ha milhares de surdos-mudos á espera de auxílio. Juiz de Fora conta com um professorado de elite; aparecerá alguma professora que se apresente e responda ao chamado. O que temos tido é, a nosso ver, falta de um contacto mais directo com esses problemas, o que traz desconhecimento das oportunidades para colaborarmos á solução delês. Colaboraremos ágora. Juiz de Fora não ficará mais á margem de tão relevante aspecto educacional.

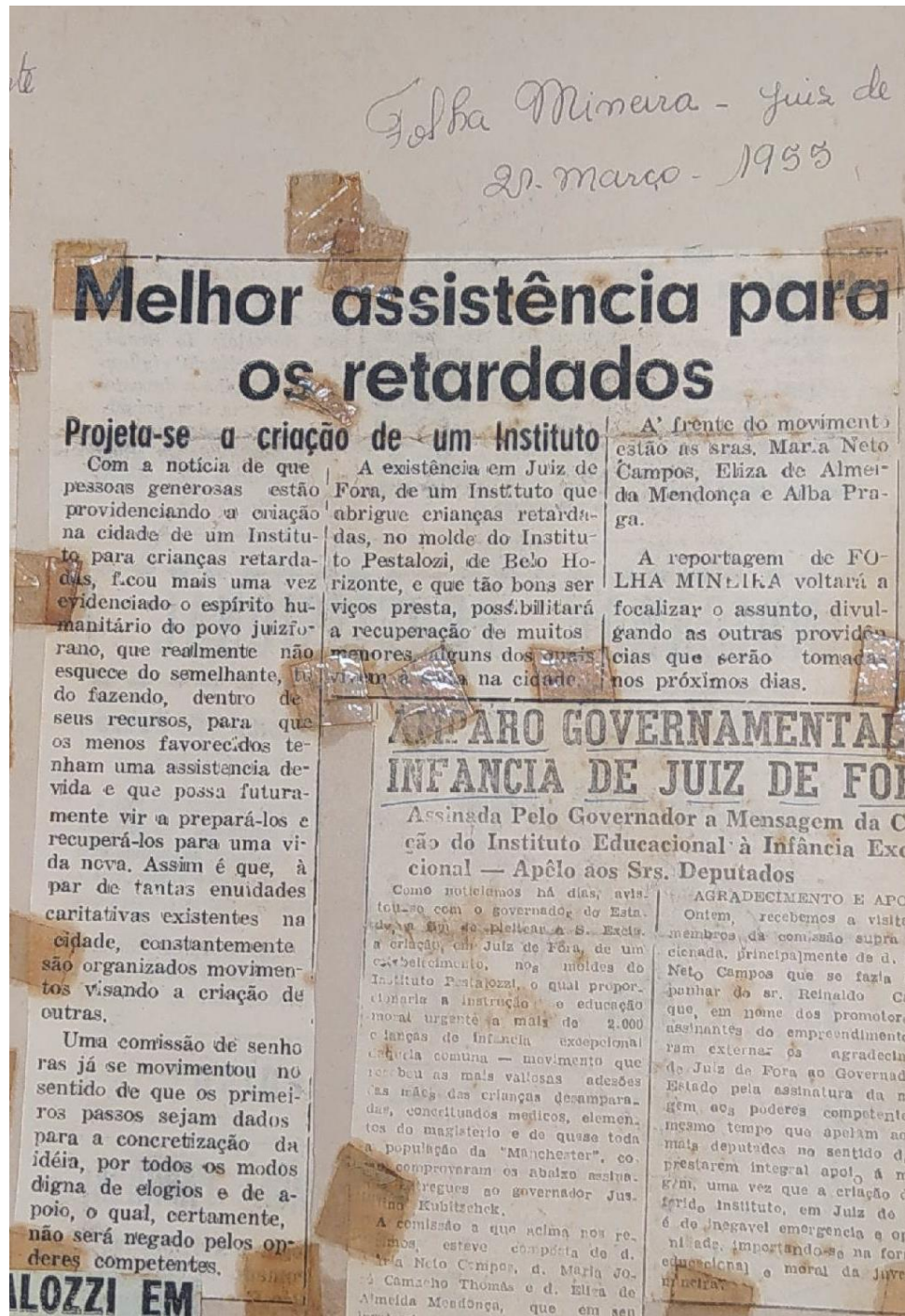
Fonte: Jornal Diário Mercantil, 1955 – Acervo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora

Enfatiza-se, ainda, que o Jornal Diário Mercantil, segundo Musse (2008, p. 1), foi um jornal de grande relevância nas décadas de 1950, 1960 e 1970, que circulou nos lares juizforanos por mais de 70 anos consecutivos e representava “[...] o pensamento das elites políticas, econômicas e intelectuais da cidade de JF/MG. [Sendo um] documento indispensável à compreensão da história daquele centro urbano [...]”. Contata-se, dessa maneira, que pessoas, espaços e grupos que exerciam certa influência na cidade teriam

notoriedade para sair em notas de jornais, como a professora Áurea Nardelli e a Sociedade Pestalozzi.

Contudo, mostrando a relevância e a influência das ERP de JF/MG, outros jornais impressos também emitiram notas sobre a instituição, como a Folha Mineira de Belo Horizonte dia 21 de março de 1955.

Figura 5 – Folha Mineira



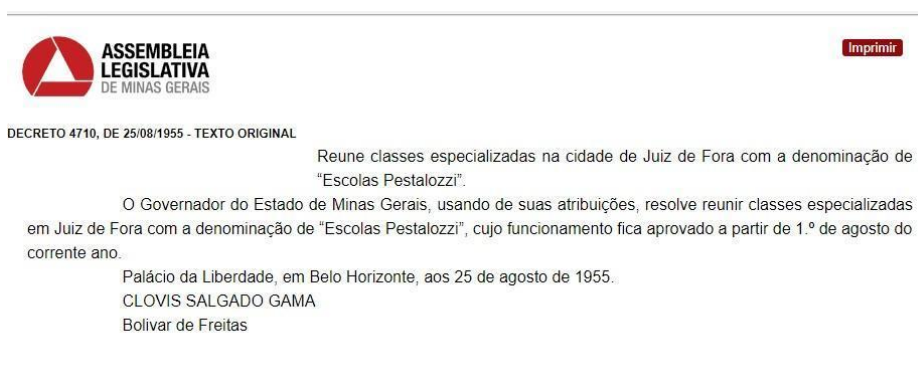
Fonte: Folha Mineira - Acervo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora, 2023

Com o título “Melhor assistência para os retardados”, a notinha noticia que se projetava a criação de um Instituto, por meio de pessoas generosas que estavam providenciando a criação de Instituto para “retardados”, evidenciando o espírito humanitário dos juizforanos. O jornal enfatiza, ainda, “a existência em Juiz de Fora, de um Instituto que abrigue crianças “retardadas”, no molde do Instituto Pestalozzi, de Belo Horizonte, e que tão bons serviços presta, possibilitará a recuperação de muitos menores [...]” (Acervo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora, 2023)

A notícia reforça que a Instituição seguirá os modelos do Instituto Pestalozzi de Belo Horizonte e a ideia de que as PcD precisam ser recuperadas, o que reflete o pensamento médico da deficiência da época.

Diante de tal cenário, criam-se as ERP de JF/MG. Como pode ser observado na Figura 6, abaixo, está o Decreto nº 4710 de 25 de agosto de 1955, que reuniu classes especializadas na cidade de JF com o nome de ERP.

Figura 6 - Decreto 4710



Fonte: Minas Gerais (1955)

O evento demarca uma época em que houve uma grande explosão de criação de instituições voltadas para a educação de PcD, tendo como objetivo proporcionar aos(as) alunos(as) a conclusão da 4ª série do ensino fundamental, como a quase totalidade das escolas públicas (Minas Gerais, 2019). Segundo Mazzotta (2011), antes de 1950, existiam iniciativas oficiais e particulares isoladas, totalizando 54 estabelecimentos de ensino regular e 11 instituições especializadas. Ainda segundo o autor, as iniciativas a nível nacional de atendimento aos “excepcionais” tiveram início com a criação de campanhas, sendo a primeira intitulada Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro (CESB), em 03 de dezembro de 1957, sob o Decreto Federal nº 42.728 (Brasil, 1957).

Segundo relato da professora Maria das Dores, a diretora da escola na época, “No pequeno espaço de um mês, foi preparado um ambiente para receber 54 crianças, inicialmente. A dedicação e boa vontade e o amor ao trabalho, supriram faltas de um material incompleto e de uma preparação pouco amadurecida.” (Souza, 1957, p. 21). A fala da professora pode ser corroborada por notinha de jornal da época, que relatou a luta e a força dos criadores(as) que, em 3 meses, conseguiram colocar de pé um sonho que, apesar das questões financeiras, contou com a ajuda solidária de membros da sociedade e, assim, foi um grande sucesso.

Uma característica marcante das instituições tanto escolares quanto assistencialistas naquele período, em que as ERP de JF/MG existiram, era a estreita relação entre poder público e a filantropia, pois, conforme já foi dito no decorrer trabalho, havia certa omissão dos governos em relação à escolarização das Pcd, facilitando o setor privado e até mesmo investindo nele. Contudo, mesmo com verbas advindas do setor público, ainda eram necessários outros meios de subsistências, como ocorreu nas ERP de JF/MG com a criação do CAME e também com a realização de eventos produzidos pela própria instituição para arrecadação de fundos, como pode ser visto em nota de jornal da época: “Movimento financeiro deficitário da Sociedade Pestalozzi de JF – A finalidade da sociedade – Elementos da atual diretoria – Realizações – O grande sonho – Recursos Financeiros”;

A sociedade Pestalozzi de Juiz de Fora, levando-se em consideração o seu pouco tempo de vida, já conseguiu realizar aquilo que muitas entidades congêneres do País não alcançaram. Em menos de três meses, tornou em realidade o seu ideal, apesar das dificuldades que encontrou, desde a mais importante, que é a financeira, até aquela que não é também ponderável, como a solidariedade do povo. Como vimos desde de três meses, era uma realidade a Sociedade e, em pouco tempo mais criou-se o Instituto, que iniciou em nossa cidade uma obra de redenção da criança, que mais requer carinho – a criança deficitária. Pois bem, não podemos deixar de revelar a luta que tiveram os criadores da Sociedade e o trabalho que tiveram que desempenhar para que a mesma pudesse subsistir e criar o Instituto. Pergunta-se: Como conseguiram isto? A resposta é muito simples: foi organizado festivais artísticos, desfiles de modas, etc. Em bem possível que o leitor ainda se recorde do primeiro grande festival que houve, aquele que foi denominado de “Festival da Solidariedade” realizado em 8 julho de 1955. Logo em seguida, a Campanha Teatral do SESI, cooperando com a sociedade, ofereceu uma apresentação de seus artistas, o palco do extinto Cine Glória. E finalmente lembramos uma festa que alcançou um grande sucesso, dada a sua beleza e originalidade, sendo mesma uma festa inédita, aquela realizada nos salões do Palace Hotel, e cuja a denominação foi “Desfile de Penteados”. E, portanto, realizando estas festividades que a Sociedade procura aumentar os seus recursos financeiros, para que possa melhor ajudar a suprir as necessidades do Instituto, para que possa mais eficientemente empenhar o seu trabalho em prol dos menores a que se dedica. (Diário Mercantil, 1955, n. p.)

A notinha de jornal acima, além de confirmar a fala da professora, traz outros detalhes que nos levaram a refletir sobre a real relevância da criação da instituição na cidade. A sua constituição representou bem mais que um espaço para a escolarização e para a assistência para PcD, mas também a possibilidade de que atores(as) de classe social média e alta da cidade de JF tivessem a oportunidade de serem caridosos(as) e solidários(as) com a causa de redenção da criança desvalida, como consta em nota de jornal, mesmo que isso não fosse de caráter genuíno, mas sim uma forma dessa classe se redimir de suas próprias culpas e remorsos.

Conclui-se, então, que existia uma complexa rede de interesses entre os atores sociais que compunham a direção, a organização e o auxílio das instituições filantrópicas e caritativas da sociedade brasileira entre os anos de 1900.

Ainda assim, mesmo em condições adversas, as ERP de JF/MG se constituíram, organizaram-se e se desenvolveram. O processo de criação das ERP de JF/MG na cidade de JF representou um acontecimento importante para cidade, pois deu-se início a escolarização de PcD, que, até então, não tinham acesso a nenhum tipo de assistência ou educação na cidade. Dessa forma, a seguir, damos continuidade ao trabalho apresentando o processo de organização e desenvolvimento da instituição. O quadro abaixo, nos dá uma noção mais clara da cronologia que se sucedeu no primeiro ano de abertura das ERP de JF/MG.

Quadro 3 - Cronologia das Escolas Reunidas Pestalozzi de JF

Cronologia do 1º ano de funcionamento das Escolas Reunidas Pestalozzi de JF		
Data	Ano	Evento
29/jun	1955	Criação da Sociedade Pestalozzi de JF
01/ago	1955	Funcionamento das Escolas Reunidas Pestalozzi aprovado pela Lei de 25/08/1955
01/ago	1955	Início do período de matrícula
19/ago	1955	Encerramento do período de matrícula
21/ago	1955	Solenidade de abertura do Instituto Pestalozzi de JF
01/set	1955	Início do ano letivo
30/nov	1955	Encerramento do ano letivo

Fonte: Livro de Exercício, 1956 a 1990.

A partir da observação do quadro 3 e ancorado(as) na fala da professora Maria das Dores de Souza, descritas na Revisa Pestalozzi (1957), de 1º de agosto, com permissão de abertura das ERP de JF/MG e início do período de matrícula até o início do ano letivo, 01/09, foi um mês para que a escola pudesse preparar o ambiente para receber os 54 alunos(as) matriculados(as).

A preparação do ambiente constou com materiais e mobiliários escolares, construção de biblioteca, galpão, enfermaria, entre outras adaptações que foram providenciadas pela Sociedade Pestalozzi.

Após análises, acredita-se que, nos 2 primeiros anos de existência, a instituição passou por um período de adaptação. Em relação à organização das classes, a escola seguia as determinações da Secretaria de Educação de MG, acompanhava o programa/currículo da época para as demais deficiências e seguia o programa educacional adotado pelo Instituto Nacional de Surdos Mudos, por isso eram dados conteúdos de leitura, escrita, aritmética, civilidade, religião, trabalhos manuais, etc, aspecto evidenciado no Livro de Resultado Final (1957 a 1989) e na Revista Pestalozzi (1957) (Minas Gerais, 1957; Paprocki, 1957).

Conclui-se, dessa maneira, que o ano letivo das ERP de JF/MG de 1955 e 1956 configurou-se como uma fase de adaptação para toda a comunidade escolar. Com isso, os indícios apontam que a instituição foi criada e se erguia em um ambiente ainda pouco favorável para o oferecimento de aulas, devido às más condições do espaço e a um corpo docente, até então, que se ajustava àquele modelo de instituição e de ensino.

Finaliza-se esta seção, não com o intuito de desmerecer as reais intenções por parte das mulheres e das mães que saíram em busca de assinaturas em prol da criação de uma um espaço que pudesse receber seus(suas) filhos(as) com algum tipo de deficiência, porém, com o objetivo apresentar o processo de origem das ERP de JF/MG e problematizar como a criação dessas instituições não tinha um caráter puramente filantrópico e social, mas também carregava certa vaidade trazida por aqueles(as) que se envolviam nessas ações para se autoafirmarem enquanto pessoas de bem, nas camadas sociais mais altas. e, em muitos casos, servir como cortina de fumaça para omitir as obrigações do Estado.

Ainda no intuito de contar a história de origem da instituição, na seção seguinte, foi apresentado, a próxima categoria, “O Prédio”, que mostra como se constituiu a estrutura física das ERP de JF/MG.

3 O PRÉDIO

Neste percurso investigativo, identificamos que a instituição pesquisada vivenciou três fases referentes a espaço físico: em sua constituição inicial, a instituição permaneceu, por um período de 5 anos, localizada à Av. Rio Branco, 2644; posteriormente mudou-se para a Avenida Rio Branco, 3.534, onde ficou por 6 anos; e depois transferiu-se definitivamente para a Rua Barão de Cataguases, permanecendo até o fim do recorte temporal estabelecido para esta investigação, na sua sede definitiva. No decorrer da seção, serão apresentados mais detalhes sobre os espaços ocupados pelas ERP de JF/MG assim como algumas reflexões que se fizeram pertinentes.

À vista disso, ressalta-se que, a princípio, a sede da escola seria em classes cedidas pelo Instituto Granbery, mas, não sendo possível, o Senhor Bispo Diocesano sugeriu que fosse na casa do Padre Vicente Penido Burnier (Minas Gerais, 2014, p. 4), prédio localizado na Avenida Rio Branco, 2644, onde também funcionava a Sociedade Pestalozzi, que já contava com um número de sócios perfazendo um total de 200 membros (Coleções Textuais, 2008).

Já instalada à Av. Rio Branco, 2644, como pode ser visto na figura 7, o ano letivo teve início em 01 de setembro de 1955, tendo 54 alunos (as), com o objetivo de lhes proporcionar a conclusão até a 4ª série do ensino fundamental (Minas Gerais, 2017; Minas Gerais, 2019).

Figura 7: Casarão Burnier, localizado na Av. Rio Branco, 2644, esquina com a Oscar Vital. (Demolido)



Fonte: Correa (2022)

O ano de 1960, que representa a segunda fase, foi marcado por uma mudança de local.

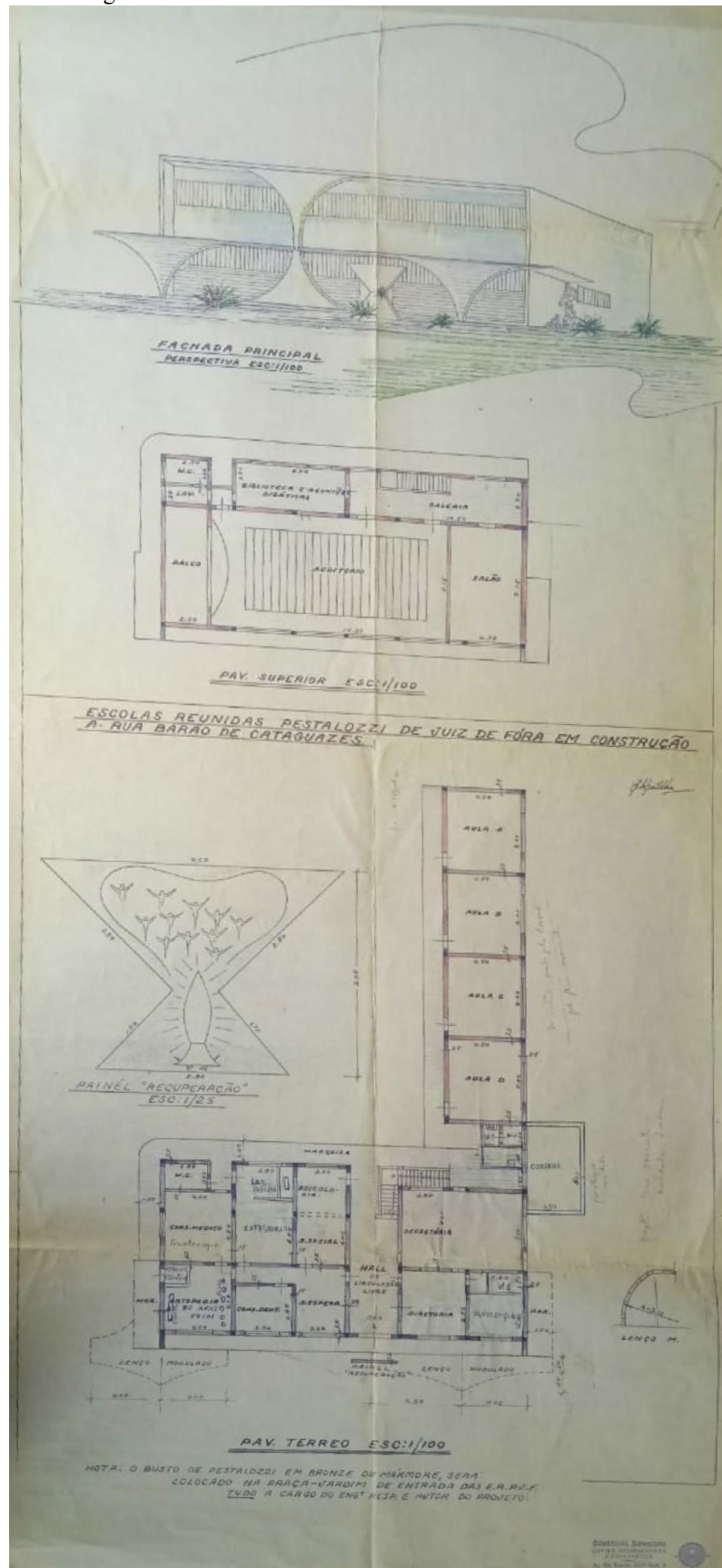
Depois de desentendimentos entre os membros da Sociedade Pestalozzi e das ERP de JF/MG, a instituição muda de endereço, indo para um espaço doado por um órgão não governamental (Minas Gerais, 2019), cujo endereço situava-se na “Avenida Rio Branco, 3.534” (Lima, 1963, p. 70). O novo espaço também não oferecia condições plausíveis para uma educação de qualidade para os(as) alunos(as) (Minas Gerais, 2014). Em conversa com a professora Neusa Soares, foi-nos exposto que o desentendimento ocorreu devido ao fato de que o Padre Vicente queria abrir uma instituição somente para surdos.

Em 1º de agosto de 1966, a escola muda-se novamente, dessa vez para a Rua Barão de Cataguases, nº 444, bairro Santa Helena, porém, agora, para a sua sede definitiva em terreno doado pelo prefeito Ademar, e inicia sua terceira fase, em prédio próprio construído especificamente para atender as demandas da instituição. Isso pode ser observado na planta baixa da escola, fonte conseguida no Acervo de Helena Antipoff na cidade de Ibirité.

A planta inicia-se com um desenho, e logo abaixo aparece escrito “Faixada Principal – Perspectiva ESC: 1/100”. Na sequência, vê-se um outro desenho, nomeado de “Pav. Superior – ESC: 1/100”, que se divide da seguinte forma: banheiro, lavabo, ao lado tem um palco, uma porta de saída, depois um auditório e um salão ao fundo, ao lado tem uma sala de biblioteca e de reuniões didáticas, uma galeria e escadas para a ida na parte debaixo do projeto.

Na segunda parte da planta, intitulada “Escolas Reunidas Pestalozzi de JF/MG em construção A. Rua Barão de Cataguases”, constam 4 salas de aula, nomeadas de “aula A”, “aula B”, “aula C” e “aula D”. Ao lado das salas de aula, destaca-se uma área livre, um desenho nomeado “Painel Recuperação – ESC: 1/25”. Em continuação, temos banheiros, cozinha, secretaria, banheiro, almoxarifado, diretoria, hall de circulação livre, sala de espera, serviço social, psicologia, laboratório de análise, enfermaria, consultório dentário, banheiro, consultório médico, ortopedia.

Figura 8 - Planta baixa: Escolas Reunidas Pestalozzi de JF



Fonte: Acervo Helena Antipoff

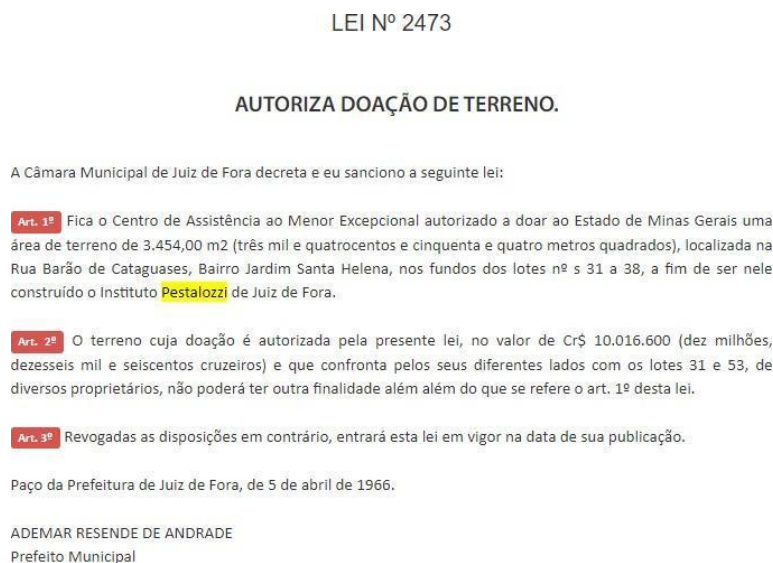
O projeto apresenta também uma nota final, especificando que: “O busto de Pestalozzi em bronze ou mármore, será colocado na praça-jardim de entrada das ERP de JF/MG. Tudo a cargo do engº resp. e autor do projeto”.

Destaca-se, a título de curiosidade, que a escola funciona até hoje, seguindo as normas e os padrões demarcados para a Educação Especial hoje, contudo salienta-se que, sobre o projeto inicial, a escola apresenta algumas modificações e que o busto de Pestalozzi e a faixa principal não foram construídos, conforme consta na planta. Reitera-se que a escola permanece no mesmo endereço até os dias atuais, entretanto, com outro nome.

Correlacionando os dados referentes à planta baixa apresentada anteriormente com o Decreto nº 7.970-A de 1027, que regia a instituição na época, evidencia-se que a legislação, em sua parte V, apresenta também como deveriam ser o “aparelhamento escolar”, isto é, os prédios escolares, o mobiliário e o material escolar, a “escripturação escolar”, as “Dependências e acessórios da escola”, e, na parte VI, o texto fala sobre as Instituições escolares e as Instituições complementares da escola, como, por exemplo, “Club de leitura”, “Auditorium”, “Pequeno escoteirismo”, Associações complementares e auxiliares, a saber, as associações das mães de família, conselhos escolares municipais, caixas escolares e fundo escolar (Minas Gerais, 1927). Dessa forma, observamos que, na sede oficial das ERP de JF/MG, o documento cumpriu algumas especificidades citadas, ao apresentar as dependências conforme sugeria o decreto.

A partir da década de 1970, com a escola já consolidada, desenvolveu-se e ampliou-se, construindo novo prédio, em terreno doado pelo CAME, para receber mais 300 estudantes. Associado a esse fato, ainda houve no Brasil a expansão da EE por meio da criação de órgãos oficiais específicos para esse público alvo, como, por exemplo, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP). Nessa mesma época, o CAME fez um convênio com o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), atual Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e foram construídas salas para Oficinas Ocupacionais, hoje chamadas de Oficinas Pedagógicas (Minas Gerais, 2014).

Figura 9 – Lei nº 2473



Fonte: Juiz de Fora (1966)

A figura 9 traz a Lei nº 2473, que autoriza a doação de terreno ao Estado de Minas Gerais, a saber, que o Centro de Assistência ao Menor Excepcional estava autorizado a doar ao Estado de Minas Gerais uma área de terreno de 3.454, 00 m², localizado na Rua Barão de Cataguases, nos fundos dos lotes nº 31 e 38 e nas laterais com os lotes nº 31 e 53, no valor de 10.016 milhões de cruzeiros (Juiz de Fora, 1966).

Dentre as questões que envolvem a estrutura física das ERP de JF/MG, que perpassaram por condições bastante precárias em suas primeiras acomodações, outro quesito nos chamou a atenção, que influenciou na parte física e diz respeito ao modelo de instituição escolhida, como, por exemplo, Escolas Reunidas. Mas, por que Escolas Reunidas? Naquele período, não se questionava o tipo de instituição que seria criada. Entretanto, de acordo com Gouvêa e Souza (2016, p. 1), “[...] as chamadas escolas isoladas e reunidas, cujas condições de financiamento e manutenção eram precárias [...]”, eram um modelo educacional similar ao Grupo Escolar, no entanto mais barato. Provavelmente, como pode ser visto na fala de Lopes (2006, p.74), constatou-se que a escolha “[...] do modelo escolar reunidas ocorreu, principalmente, em decorrência de seu baixo custo em relação ao grupo escolar, e por apresentar a vantagem de, ao agrupar as escolas isoladas, proporcionar maior controle do trabalho docente e economia com aluguéis, para o Governo”.

Tal fato demonstra que, mesmo que o decreto nº 7.790 de 1927 inaugurasse a chegada de PcD no sistema educacional brasileiro, ainda havia muito a se fazer, visto que:

A diferenciação interna da rede escolar é um problema central para a compreensão das desigualdades educacionais que predominaram na instrução pública do país. Escolas isoladas, grupos escolares, escolas ambulantes, provisórias, rudimentares, promíscuas, reunidas, mistas, noturnas, entre outras denominações, diferenciaram modos de ensino, tempo de duração do curso primário, programas escolares, nível de formação dos professores, condições salariais, localização espacial, etc (Gouvêa, Souza, 2016, p. 1).

Ou seja, levando-se em consideração a citação acima, infere-se que a escolha do modelo escolar pode acarretar más condições de ensino, levando-nos à conclusão de que a criação das ERP de JF/MG foi fruto da omissão do governo em dois pontos: primeiro, por transferir suas responsabilidades ao setor privado e, segundo, por oferecer possibilidades institucionais de baixa qualidade, como pode ser observado no processo de escolha dos primeiros espaços que sediaram a instituição.

Infere-se que a omissão do governo referente às ERP de JF/MG refletiu em sua estrutura física, visto que a instituição passou 11 anos de sua existência em espaços precários que não ofereciam condições adequadas para o seu funcionamento. Isso foi observado também na escolha do modelo escolar, chamado Escolas Reunidas, porque, segundo, Gouvêa e Souza (2026), a especificidade de cada modelo pode gerar desigualdades escolares por implicar questões primordiais para a escola como, por exemplo, o tempo de duração do curso primário, os programas escolares, o nível de formação dos professores, as condições salariais, a localização, entre outros pontos.

Reflete-se que a história envolta ao processo de origem das ERP de JF/MG perpassa por sua criação, espaço físico e corpo docente/discente, eventos, entre outros pontos que fizeram parte do processo de organização e desenvolvimento da instituição, durante o recorte temporal proposto para a pesquisa. Portanto, a seguir apresentaremos a próxima seção, que pretende relatar como se deu a “organização” das ERP de JF/MG.

4 A ORGANIZAÇÃO

As ERP de JF/MG se organizaram estruturalmente a partir de algumas articulações como, por exemplo: estreita relação entre poder público e filantrópico, setores privados, religiosos, algumas legislações e eventos relacionados à área da deficiência e da educação primária. Em vista disso, tais legislações pautaram a criação e a organização da escola em um sistema seriado, com o intuito de oferecer formação até a 4ª série, para alunos(as) com deficiência de ambos os sexos, entre 3 e 12 anos, e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Dessa forma, para compreendermos a organização escolar da instituição, a partir de tais dados, foi necessária a investigação de alguns documentos específicos.

Nesse aspecto, pode-se citar, por exemplo, o livro de “Resultado Final 1957 a 1989”, que contém atas de aplicação e correção de testes parciais, finais e de promoção dos(as) alunos(as) matriculados(as) em cada ano (Minas Gerais, 1927; Minas Gerais, 2014). Destaca-se que esse documento se tornou fonte de relevante importância para a investigação, por possibilitar, em correlação com outras fontes e documentos, uma maior compreensão sobre a organização das ERP de JF/MG, assim como compreender como se deu o seu processo de seriação.

Além disso, alinhado ao decreto nº 7.790 de 1927, em 1946, novo decreto determinava critérios para a educação primária. A saber, o Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946, Lei Orgânica do Ensino Primário, determinou a abrangência do ensino primário em duas categorias: primário fundamental, para crianças de 7 a 12 anos, e primário supletivo, para adolescentes e adultos (as), sendo que o ensino primário elementar seria ministrado em dois cursos sucessivos, o elementar e o complementar (Minas Gerais, 2014; Brasil, 1946).

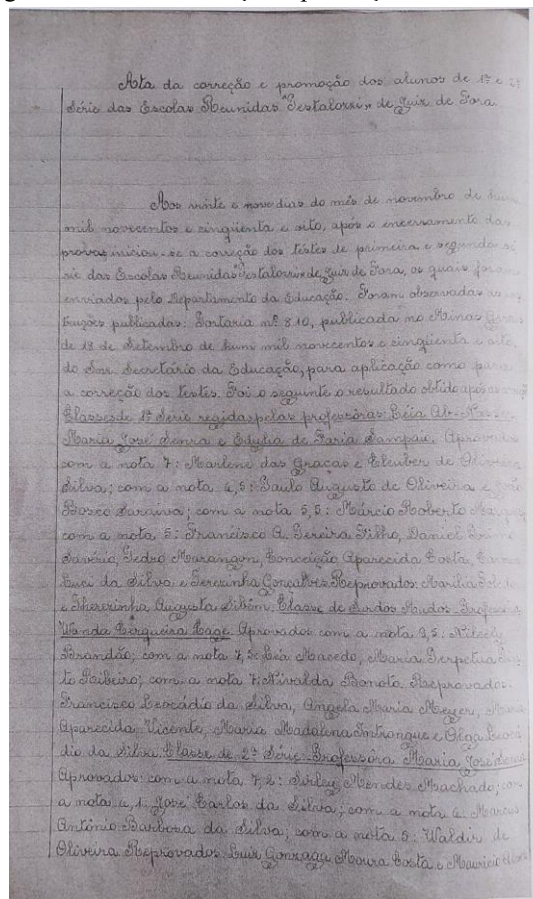
O curso primário elementar, com quatro anos de estudos, compreenderá: I. Leitura e linguagem oral e escrita. II. Iniciação matemática. III. Geografia e história do Brasil. IV. Conhecimentos gerais aplicados à vida social, à educação para a saúde e ao trabalho. V. Desenho e trabalhos manuais. VI. Canto orfeônico. VII. Educação Física (Brasil, 1946, p. 2).

De acordo com os documentos analisados, o Jardim de Infância era reservado para crianças com menos de 5 anos de idade mental e deveria se articular com o curso primário elementar (Souza, 1957; Brasil, 1946). Por conseguinte, constata-se que o pré-primário era reservado para crianças menores de 7 anos de idade, com duração de 3 anos, e o primário com duração de 3 a 4 anos (Minas Gerais, 1927; Brasil, 1946).

Em relação às classes que constituíram as ERP de JF/MG, a partir do ano de 1957, pudemos analisar os dados referentes ao livro de registro intitulado “Resultado Final 1957 a 1989”. Nele continha a descrição dos testes finais a partir do dia 18/11/1957, “[...] de acordo com a portaria do Departamento de Educação, publicada no Diário Oficial de Minas Gerais de 1º de novembro do corrente ano, iniciaram-se os testes de promoção dos alunos de primeira série, matriculados nas Escolas Reunidas Pestalozzi [...]”, e seguindo as instruções da portaria nº 810 de 2 de outubro de 1957.

Nesse mesmo documento, foi citado o nome de 3 professoras e de 3 classes com informações sobre alunos(as) aprovados(as), reprovados(as) e promovidos(as). Vale ressaltar também que esse livro de registros é composto por atas escritas a mão, letra cursiva, logo, em alguns momentos, torna-se difícil a compreensão, como pode ser visto na Figura 10, com a imagem da ata de correção e promoção referente ao ano de 1958 inserida abaixo:

Figura 10 - Ata de correção e promoção - Ano de 1958



Fonte: Livro Registros 1957 a 1989

O documento acima segue o modelo padrão de uma ata, iniciando-se com o título, em seguida consta data, ano, informações principais contendo órgão, decreto regulador e informações de professoras e suas respectivas classes que realizaram testes naquele ano.

Isso posto, verifica-se que, naquele ano, havia 3 classes de 1º série, uma ministrada pela professora Léia Abi-Nasser, com 13 alunos(as), a outra pela professora Edylia, com de 7 alunos(as), e uma nova classe, de 1ª série, composta por 18 alunos(as) com Deficiência Auditiva, regida por 3 professoras: Terezinha Rothier Polisseni, que ainda não havia sido citada e, segundo registros, tomou posse em 03 de novembro de 1958, juntamente com as professoras Wanda e Unistalda. Salienta-se, ao final da ata, que aluno “[...] *Paulo Francisco Pinto da classe da professora Unistalda Maria Barbosa Pinto, foi promovido à 2º série Complementar de acordo com o programa do Instituto Nacional de Ensino aos Surdos” (Minas Gerais, 1957).

Ainda no ano de 1959, houve 2 classes de 2º série, uma regida pela professora Unistalda, com 5 alunos(as), e a outra pela prof.^a Edylia, com 6 alunos(as). Nesse ano, apareceu uma primeira classe de 3º série, porém o que não ficou claro nos registros é se essa turma entrou apenas no ano de 1959 ou se foi passando pelo processo gradual de promoções de séries, pois os nomes dos(as) alunos(as) não coincidem com as turmas de 1ª e 2ª séries anteriores. Relata-se ainda, de acordo com observação no livro de registro, que não houve aprovações na classe de 3ª, provavelmente por que não realizaram os testes, visto como a ata se inicia dizendo que seriam realizadas provas de promoções para as 1ª e 2ª séries.

No mais, além das demandas habituais relacionadas ao processo pedagógico referente a testes e promoções anuais, no ano de 1959, encerra-se uma fase, porque foi o último ano em que a escola permaneceu na Residência do Padre Vicente, onde instalou-se por um período aproximado de 4 anos, de 1955 a 1959.

A década de 1960 prossegue marcada por um período de efervescência política e econômica, com João Goulart chegando ao poder, ao mesmo tempo em que esse período também representou um marco para a EE com ações de esfera governamental em relação às PcD, com forte influência da Sociedade Pestalozzi. Além disso, houve criação de legislações voltadas para a educação, como a LDB. Em MG, o governador Bias Forte criou o departamento Social do Menor e instalou estabelecimentos para a assistência à criança “excepcional/desvalida”, enquanto que em JF o prefeito Olavo Costa, por meio de Decreto-Lei nº 1273, autorizou a concessão de auxílios para as ERP de JF/MG, evidenciando eventos importantes para a EE e para as ERP de JF/MG.

Logo, no ano de 1960, provavelmente refletido por esses investimentos de âmbitos nacionais, estaduais e municipais, houve ampliação do número de matrículas na instituição, sendo realizadas as provas parciais no mês de junho, nas classes de 1ª e 2ª séries, nas classes pré-primárias e na 3ª série de surdos, conforme a portaria nº 810 de 20 de setembro (Minas

Gerais, 1957). E, em novembro, sob a Portaria nº 1003 de 30 de junho de 1960, foram realizados testes elaborados na sede do agrupamento em 6 classes de 1º e 2º séries, perfazendo um montante de 69 discentes (Minas Gerais, 1957).

A partir de 1961, o livro começa a apresentar, além das informações descritivas das classes e alunos(as), também uma tabela com os dados resumidos de forma quantitativa. Observam-se, a partir da Figura 11, abaixo, as séries desse ano indicando um percurso de seriação – 1º série Preliminar, 1º série Básica, 2º série e 3º série –, as professoras responsáveis pelas turmas, o número de matriculados(as) por turmas, aprovados(as) e reprovados(as) e as porcentagens de aproveitamento, referente ao número de aprovações de cada classe. Ao final de cada ata, havia local, data, ano e respectivas assinaturas das professoras responsáveis e diretora. Além disso, quando alguma informação não era passada no decorrer do texto, ao final, era acrescentada uma observação com a informação que faltou. Ver Figura 11, abaixo.

Figura 11 - Ata de correção e promoção - Ano de 1961

Ata de correção e promoção para um aluno apenas.

	Natural	Aprov.	Reprov.	%
1ª série Prel. Lúcia Albi Kasser	13	8	5	61,5%
1ª série Bás. Edylia Faria Sampaio	6	4	2	66,6%
1ª série Bás. Edylia Faria Sampaio	6	6		100%
2ª série Maria José Lima de Castro	7	4	3	57,1%
3ª série Maria José Lima de Castro	5	3	2	60,0%
1ª série Bás. Wanda Cerqueira Lage de Oliveira	2	2		100%
1ª série Prel. Wanda Cerqueira Lage de Oliveira	5	4	1	80%
3ª série Unistalda Maria Barbosa Pinto	7	6	1	85,7%
	51	16	21	14

Juz. de Fora, 30 de novembro de 1961.
 Maria das Graças de Souza - Diretora
 Lúcia Albi Kasser
 Edylia de Faria Sampaio
 Maria José Lima de Castro
 Wanda Cerqueira Lage de Oliveira
 Unistalda Maria Barbosa Pinto

Observação: Houve omissão de dois alunos da classe da professora Unistalda M.ª Barbosa Pinto: Maria da Glória Macêdo aprovada com a nota 8; e Antônia de Paula reprovada.

Fonte: Livro de Registros 1957 a 1989

Adiante, a partir de 1974 a 1979, a forma de escrita muda novamente e são apresentadas somente tabelas separadas com o nome do(as) professor(as), turma, notas de algumas matérias separadamente, média, frequência de alunos(as) e se foram aprovados(as) ou não, o que se aproxima mais de um relatório atual, de forma a trazer as informações de forma mais clara e simplificada e de ampliar a compreensão de um modo geral. Todavia,

ressalta-se que não foram colocadas legendas para a identificação das iniciais apresentadas no cabeçalho da tabela. Ver figura 12, abaixo:

Figura 12 - Ata de correção e promoção - Ano de 1974

Ata de promoção do ano de 1974
 EE Instituto Pestalozzi de Juiz de Fora
 1ª série
 Professora: Maria Helena Bara Lopes

Alunos	PE	IS	Mat.	@	Média	Freq.	Ass.
Antonio Guedes Liguinedo	7	-	8	-	7,5	173	5
Carlos André de Oliveira	9	-	9	-	9	154	5
Francisco José da Silva	8	-	9	-	8,5	169	5
Guilherme do Carmo Dias	5	-	5	-	5	178	5
José Augusto dos Santos	6	-	5	-	5,5	124	5
José Carlos Laurer de Souza	7	-	7	-	8	106	5
Luiz Pedro da Fonseca	5	-	5	-	5	142	5
Manoel de Almeida Rodrigues	5	-	5	-	5	111	5
Mauro José da Silva	7	-	8	-	7,5	93	5
Maria Aparecida da Silva	8	-	9	-	8,5	77	N
Valdemir Bachardo Rodrigues	4	-	4	-	4	3/6	N
Luamilda Aparecida de Souza	4	-	4	-	4		
Professora - Maria Helena Bara Lopes							

Fonte: Livro de Registros 1957 a 1989

Dessa forma, foi a partir desse Livro de Registro (1957 a 1989) que diversas informações quantitativas e até mesmo qualitativas foram retiradas no intuito de compreendermos melhor como se deu o processo de criação, organização e desenvolvimento das ERP de JF/MG. Além desse Livro de Registro, outros foram analisados, entre eles o Livro de Termo de Exercícios (1956 a 1990), que, além dos termos de posse e exercício das professoras, das especialistas e das demais funcionárias da instituição, também fornece informações como termo de abertura e encerramento de matrículas e aulas. Ademais, foi analisado o Livro de Ocorrências, datado de 1961 a 1979.

Desse modo, a partir da análise desses registros e correlacionando-os aos dados publicados em Paprocki (1957), infere-se que, conforme consta no Decreto nº 7.790-A, para as escolas primárias, o ano letivo deveria ter início em 1º de fevereiro e encerrar-se em 30 de novembro. Porém, como informado no quadro 3, o ano letivo das ERP de JF/MG iniciou-se

em 01 de setembro de 1955 e encerrou-se em 30 de novembro, completando apenas um período, pois, de acordo com o Decreto nº 7.790, o ano escolar deveria ser dividido em 2 períodos de 4 meses. Dessa maneira, não temos informações se, no ano de 1955, os(as) alunos(as) realizaram testes de promoção para séries posteriores. Tudo indica que provavelmente não, pois o livro de Registro (1957 a 1989) inicia-se no ano de 1957.

Dessa maneira, no intento de apresentar como se organizou pedagogicamente e estruturalmente as ERP de JF/MG, mostramos, no decorrer do texto, o panorama geral com dados e tabelas, durante 24 anos letivos, que correspondem aos anos de 1955 a 1979, pois em 1980 a escola muda de nome e não entrou em nossas análises, apenas demarcou e encerrou o nosso recorte temporal. A partir das fontes investigadas, o primeiro ano de 1955 constou com 54 alunos(as) matriculados(as), entretanto não foi possível determinar precisamente quantas turmas e classes ou quais alunos(as) faziam parte dessa primeira formação de classes da escola, já que, de acordo com a Souza (1957, p. 22), “[...] com o reinício das aulas em 1956 houve natural aumento de matrículas para 101 alunos [...]”.

Segundo Souza (1957), as classes foram montadas baseadas no programa do Curso Primário do Estado de Minas Gerais: cursos pré-primário, 1º e 2º séries e jardim de infância, com crianças com idade mental inferior a 5 anos de idade. Inferimos, aproximadamente, a partir dos dados apresentados acima, que as classes 1, 2, 3 e 4, com o quantitativo de 57 alunos(as), foram as primeiras turmas do ano de 1955, e as classes 5, 6, 7 e 8, com 44 alunos(as), complementaram as turmas do ano de 1956, com a entrada em sua maioria de alunos(as) com deficiência auditiva e deficiência de linguagem.

Prosseguindo, no ano de 1957, segundo o Livro de Resultado Final (1957 a 1989), 3 classes realizaram os testes de promoção dos(as) alunos(as) de 1º e 2º séries matriculados(as) nas ERP de JF/MG seguindo as instruções determinadas pela portaria nº 810 de 02/10/1957, somando um total de 36 discentes, de ambos os gêneros, que realizaram os testes. Os quadros 8, 9 e 10 foram delimitados de cores diferentes demarcando os(as) alunos(as) aprovados(as) na parte superior e os(as) reprovados(as) na parte inferior, sendo 15 aprovações e 20 reprovações, indicando um quantitativo maior de reprovados naquele ano.

Sobre a 1ª série da professora Léia Abi-Nasser, que continha 15 alunos(as), não foi anunciada a deficiência dos(as) discentes. O documento não deixa claro se essa classe se iniciou no ano de 1957 ou se passou pelo processo de seriação.

Quadro 4 – Classe de 1ª série – Prof.ª Léia

Classe de 1º série de 1957		
Professora Primária	Alunos(as)	
Léia Abi-Nasser	1 Edson Wagner Macêdo	
	2 Carlos Eugênio Cerqueira	
	3 Daniel Primo Savério	
	4 Geraldo Rafael dos Reis	
	5 Márcio Besflbim	
	6 Marcus Lucio V. da Siqueira	
	7 Pedro Marangon	
	8 Kleber José da Silva	
	9 Marlene das Graças	
	10 Antônio Amâncio da Silva	
	11 Amada Alves dos Santos	
	12 Pedro Ramalho	
	13 Janete	
	*14 Carmem L. da Silva	
	*15 Conceição Aparecida da Costa	*Frequentaram a classe da prof.ª Elza depois da fusão de classes.

Fonte: Livro Resultado Final (1957 a 1989)

Classe de 2ª série regida pela professora Unistalda Maria Barbosa Pinto, com 11 alunos:

Quadro 5 – Classe 2ª série – Prof.ª Unistalda

Classe de 2ª série em 1957	
Professora primária	Alunos(as)
Unistalda Maria Barbosa Pinto	1 Claudionor Ferreira de Souza
	2 José Carlos da Silva
	3 Marcus Antônio Barbosa da Silva
	4 Sirley Mendes Machado
	5 Carmelo da Silva Marques
	6 Jair Francisco Chagas
	7 Luís Fernando B. da Silva
	8 Luís Gonzaga Moura Costa
	9 Maurício Alves
	10 Murilo Miranda Humilde
	11 Antônio Nunes de Souza

Fonte: Livro Resultado Final (1957 a 1989)

E a classe de 2º série regida pela professora Elza Alves de Castro, com 9 alunos:

Quadro 6 – Classe 2ª série – Prof.ª Elza

Classe de 2ª série em 1957	
Professora primária	Alunos(as)
Elza Alves de Castro	1 Maria Gaspar
	2 Maria Elizabeth Penido
	3 Ângela Maria Maciel
	4 Lúcia Clarita dos Reis
	5 Maria Pereira da Silva
	6 Marilene Bernardes
	7 Neide Pestana da Silva
	8 Suely Crestovi

Segundo o Programa (Ensino Primário Elementar) do Estado de Minas Gerais de 1957, revisado no governo de Juscelino Kubitschek, o processo de seriação era composto por 4 séries, 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries. Devido a um alto número de repetentes, cogitou-se um aumento para 5 séries, para que se completassem o ensino primário em 5 anos, mas a ideia parecia que não resolveria o problema, pois em sua maioria, os(as) alunos(as) evadiam na 3ª série (Minas Gerais, 1957).

Diante disso, reflete-se sobre o processo de seriação que se apresenta a partir da observação das classes no ano de 1957: apenas 3 classes fizeram os testes de promoção, sendo que, no ano de 1956, havia 8 classes. Das 8 classes existentes, 2 eram de pré-primário, e o próprio livro de resultados finais, até este momento, relatou que as classes de pré-primário não precisavam realizar os testes, e, seguindo uma sequência lógica, as classes de 1ª série de 1956 deveriam avançar para a 2ª e assim sucessivamente, mas não foi possível ratificar tal afirmação.

Quadro 7 – Séries Referentes ao Ano de 1956

Quantidade	Séries
1	1º
1	2º
2	Pré-primário
1	Jardim de Infância
3	Não foi indicada a série

Fonte: autora (2023)

Para situar, as informações sobre as classes que formaram o quadro de alunos(as) do ano de 1956 foram retiradas de Souza (1957) e não do livro de Resultado Final (1957 a 1989), consequentemente, acredita-se que neste ano não foram realizados testes de promoção.

No ano de 1958, as classes que aparecem no Livro intitulado “Resultado Final 1957 a 1989” também seguiram as diretrizes da portaria nº 810 de 18 de setembro de 1958, indo até o ano de 1960. Como no ano anterior, apenas 3 classes, totalizando 28 discentes, realizaram os testes de promoção de alunos(as) de 1ª e 2ª séries matriculados(as) nas ERP de JF/MG.

A classe de 1ª série do ano de 1958, formada por 13 alunos(as), era ministrada por 3 professoras, Léia Abi-Nasser, Maria José Senra e Edylia de Faria Sampaio, mas o documento não detalhou como isso funcionava e também não especificou as deficiências. Em relação às professoras primárias, Léia, segundo registro, tomou posse nesse mesmo ano. Sobre a

professora Maria José, não foi encontrado o termo de posse, e a professora Edylia tomou posse em 05 de outubro de 1961, contudo provavelmente já trabalhava na escola. Havia também uma classe de alunos(as) “Surdos-Mudos”, regida pela professora Wanda Cerqueira, com 9 alunos(as).

No tocante à classe de 2ª série regida pela professora Maria José, composta por 6 alunos(as), o documento não apresentou nenhuma informação específica, mas pode-se refletir sobre duas possibilidades. Primeira, como o nome dos(as) alunos(as) não constam em turmas anteriores, desconfiamos que essa turma tenha se matriculado no ano de 1958 por meio de testes e/ou idade cronológica, já que, segundo Minas Gerais (1927), no início das aulas, eram realizados testes psicológicos para determinação de quociente de inteligência e exame médico para identificação de “defeitos orgânicos” tratados com terapia. Por conseguinte, isso devia definir em qual classe o(a) aluno(a) deveria entrar.

A segunda possibilidade se refere ao fato de que a turma já existia na escola, mas não realizou os testes parciais ou finais e, como o Livro de Registro (1957 a 1989), foi a nossa principal fonte de compreensão do processo de seriação, não foram encontrados registros.

Ao final da ata, o documento apresentava 2 observações. Primeiro, que “[...] os alunos da prof.^a Edylia apenas venceram as dificuldades do 1º período da 2ª série, não conseguindo média para promoção [...]”, porém, essa turma não foi descrita. A segunda observação dizia que “[...] o aluno Paulo Francisco Pinto, da classe Surdos-Mudos foi promovido a 1º série complementar de acordo com o Programa do Instituto Nacional de Surdos Mudos”. Todavia, percebe-se que o nome desse aluno não apareceu nas turmas anteriores, não deixando claro como se deu o seu processo de seriação (Minas Gerais, 1957, p. 12).

Além disso, ainda com sede no antigo casarão doado pelo Padre Vicente Burnier, no ano de 1958, foi criado o caixa escolar, como permitido no Decreto Nº 7.970-A. De acordo com o Capítulo III, Art. 216 do decreto, os caixas tinham estatuto próprio e objetivo de cooperar nos serviços de assistência aos(às) menores indigentes, dando-lhes meios de frequentarem os estabelecimentos de ensino primário, com asseio e decência. A direção era responsável pelos serviços de assistência e deveria fornecer merenda, roupa, calçado, material escolar, medicamentos, entre outros objetos de uso pessoal (Brasil, 1927).

Em 1961, em termos de políticas públicas educacionais, o destaque foi para a criação da primeira legislação destinada especificamente ao setor educacional, a Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Em linhas gerais, a LDB tinha por finalidade promover a compreensão dos direitos e dos deveres do cidadão, do Estado, da família e de todos(as) que compõem a comunidade, o respeito, o

fortalecimento da unidade nacional, o desenvolvimento integral da pessoa humana, o preparo do indivíduo para vida e sociedade, a preservação do patrimônio cultural e a condenação a qualquer tipo de discriminação (Brasil, 1961).

Tal lei traz seções e subseções referentes ao direito à educação, à liberdade do ensino, à administração do ensino, às funções cabíveis ao MEC, que constituiu o Conselho Federal de Educação, em que havia câmaras para deliberar assuntos relacionados ao ensino primário, médio e superior, além de providências sobre como funcionariam e se organizariam os sistemas de ensino (Brasil, 1961).

Em relação mais especificamente à Educação de Grau Primário, que era dividida em educação pré-primária e ensino primário, a primeira foi destinada aos(as) menores de 7 anos, sendo ministrada em escolas maternais ou jardins-de-infância. Por outro lado, o ensino primário seria obrigatório para crianças a partir dos 7, dividido em 4 séries anuais e podendo ser estendido por 6 ano. Referente à Educação de “excepcionais”, a Lei traz, em seu título X, art. 88, que a educação deveria enquadrar-se no sistema geral de educação e receberia dos poderes públicos tratamento especial, como bolsas de estudo, empréstimos e subvenções (Brasil, 1961).

Aliado a isso, em relação à análise do livro de registro, “Resultado Final 1957 a 1989”, observou-se uma diferença. Além do texto descritivo apresentando as atas parciais, finais e de promoção dos(as) alunos(as) de 1ª, 2ª e 3ª séries, foi apresentado também uma tabela com os resultados finais de forma resumida, e isso aconteceu até o ano de 1973. Desse modo, constata-se que a ata das provas parciais foi elaborada em junho e a ata de aprovação dos(as) alunos(as) de 1ª, 2ª e 3ª, em novembro, com provas preparadas na sede do Agrupamento, de acordo com a Portaria nº 47 de 31 de agosto de 1961 (Brasil, 1961).

Como dito no parágrafo anterior, a ata trouxe também uma tabela com o resumo geral das séries, nome das professoras, número de matriculados(as), aprovados(as), reprovados(as) e a porcentagem. Os registros demonstram que havia 8 classes, 3 primeiras séries preliminares, 2 primeiras séries básicas, 1 segunda série e 2 terceiras séries, como visto no quadro 8, abaixo:

Quadro 8 – Quadro Geral de Classes das ERP – Ano de 1961

Séries	Ano	Professoras	Matriculados	Aprovados	Reprovados	Porcentagem
1ª série preliminar	1961	Léia Abi-Nasser	13	Bás. 8	5	61,50%
1ª série preliminar	1961	Edylia Faria Sampaio	6	4	2	66,60%

1º série básica	196 1	Edylia Faria Sampaio	6	6		100%
2º série	196 1	Maria José Senra de Castro	7	4	3	57,10%
3º série	196 1	Maria José Senra de Castro	5	3	2	60,70%
1º série básica	196 1	Wanda Cerqueira Lage de Oliveira	2	2		100%
1º série preliminar	196 1	Wanda Cerqueira Lage de Oliveira	5	4	1	80%
3º série	196 1	Unistalda Maria Barbosa Pinto	7	6	1	85,70%
			Total: 51	16	21	14

Fonte: Livro de Resultado Final (1957 a 1989)

Em resumo, acredita-se que tais diferenciações apresentadas pelo caderno de registro podem ter sido influenciadas pela LDB/1961 (Brasil, 1961). A ata descrevia que: “As provas [parciais] de todas as matérias do currículo escolar foram enviadas pelo Sr. Inspetor Chefe do Agrupamento e aplicadas de acordo com as suas determinações.” Foi a primeira vez que isso ficou claro, já que, nos anos anteriores, a ata relatava que as provas eram aplicadas seguindo as técnicas de aplicação, mas dando a entender que quem produzia o material era a própria escola (Livro de Registro, 1989). No entanto, as provas finais, continuaram sendo elaboradas na própria sede.

Nota-se, na tabela 3, que foi a primeira vez em que apareceu uma classe de 1º série preliminar, indicando uma diferenciação, provavelmente influenciada pela LDB/1961. Levantam-se indícios de que o processo de seriação devia seguir a seguinte ordem: Jardim de Infância, pré-primário, 1ª série preliminar, 1ª, 2ª, 3ª e 4ª série.

Acrescenta-se ainda que, no ano de 1961, foi possível analisar o Livro de Ocorrências (1961 a 1979), e nesse livro acompanhar os(as) alunos(as) que foram admitidos(as) e eliminados(as). A partir desse registro, constata-se que foram admitidos 12 estudantes, 8 para o pré-primário, 3 para o preliminar e 1 para a 2ª série. No que se refere às deficiências, encontram-se “Retardo leve” e Surdos, enquanto que 13 foram eliminados(as) por motivos de mudança, moléstia e convivência dos(as) responsáveis. Essas informações nos auxiliaram a compreender um pouco melhor como se deu o processo de seriação, entradas e saídas, lacunas que não estavam registradas no livro de Resultado Final (1957 a 1989).

Prosseguindo, o ano de 1962 também foi influenciado por políticas públicas, mas dessa vez de âmbito estadual. Elas trouxeram modificações para o sistema de ensino a partir da Lei nº 2610 de 8 de janeiro de 1962, que contém o código do ensino primário de Minas

Gerais, o que apresenta de forma mais detalhada como funciona o sistema de classes e seriação: “Esta lei estabelece as normas de regerção, no Estado, o ensino pré-primário e o ensino primário, dispõe sobre os respectivos quadros de pessoal e regula as condições de provimento dos cargos e funções que lhes são próprios.” (Minas Gerais, 1962, p. 2).

A Lei estipulou que o curso primário seria dividido em séries, ordenadas de acordo com a gradação especial. Cada série correspondia a um ano letivo, enquanto que o curso pré-primário foi dividido em períodos, com cada período equivalendo a um ano letivo. Para maiores esclarecimentos, destaca-se que a Lei trouxe ainda uma definição para “classe” que significava um agrupamento de limitado número de alunos(as) da mesma série ou período regido por um(a) professor(a). Em relação ao conceito de turma, equipara-se a um conjunto de alunos(as) de mais de uma série, regidos por apenas um(a) professor(a) (Minas Gerais, 1962).

Portanto, nesse ano, conforme o livro de Resultado Final (1957 a 1989), todas as séries matriculadas na instituição realizaram os testes parciais no mês de junho, com provas produzidas pela Diretora. Referente ao teste de promoção, foi realizado no mês de dezembro, nas classes de pré-primário, 1ª, 2ª e 3ª séries, por meio de provas preparadas pelas professoras da escola de acordo com a Portaria nº 84 de 10 de outubro do presente ano (Minas Gerais, 1957). No total, 8 classes realizaram os testes, com montante de 82 alunos(as). Ver quadro 9, abaixo:

Quadro 9 – Quadro Geral de Vlasses das ERP – Ano de 1962

Séries	Ano	Professoras	Matriculados	Aprovados	Reprovados	Porcentagem	
Pré-primário	1962	Efigênia Estevam Casali	13	Bas. 4	9	30,40%	
1º série preliminar	1962	Leia Abi-Nasser Casali	14	11	3	84,40%	
1º série básica	1962	Edylia Faria Sampaio	16	8	8	50%	
2º série	1962	Terezinha de Mº Passos Gabriel	12		6	50%	
3º e 4º séries	1962	Maria José Senra de castro	10		2	20,70%	
1º série básica	1962	Terezinha Rothier Polisseni	9	3	6	33,30%	
3º série	1962	Unistalda Mº Babosa Pinto	8	5	3	62,40%	
			Total: 82	26	13	40	49,30%

Fonte: Livro de Resultado Final (1957 a 1989)

Na tabela 4, referente ao ano de 1962, aparece uma turma pré-primária realizando os testes finais, o que, até os anos anteriores, não acontecia, demonstrando, provavelmente, uma

mudança que deve ter sido influenciada pelas legislações, como a LDB/1961 e a Lei nº 2610/1962, e pelas notas atribuídas por conceitos. Além disso, são observadas as primeiras classes de 4ª série, dado importante para tentarmos entender como funcionou o processo de seriação da instituição.

Logo abaixo, foi compartilhada a tabela 5, referente à classe de 4ª série com os respectivos nomes dos(as) alunos(as) que a compunham. Percebe-se que um quantitativo baixo de estudantes alcançou essa etapa de seriação e que as deficiências não são anunciadas, a única classe que tem a deficiência evidenciada é a de Deficientes Auditivos. Uma questão interessante se refere à observação inserida na ata referente aos(as) alunos(as) João Bosco Saraiva Rodrigues, Waldir de Oliveira e Maria Pereira da Silva, anunciando que tinham sido promovidos(as) para o segundo período da 4ª série, ou seja, a 4ª série era dividida em 2 fases.

Quadro 10 – Primeira Classe de 4ª série - 1962

Classe 4º série 1962	
Professora	Alunos (as)
Maria José Senra	1 - João Bosco Saraiva Rodrigues
	2- Waldir de Oliveira
	3 - Maria Pereira da Silva
	Total: 3
	Obs: Alunos de 4º série foram promovidos ao 2º período de 4º série

Fonte: Livro de Resultado Final (1957 a 1989)

Até o momento temos que o processo de seriação para um(a) estudante que passava por todas as séries consistiria em: jardim de infância, pré-primário, 1ª série preliminar, 1ª série básica, 1ª série, 2ª série, 3ª série, 1ª período da 4ª série e 2ª período da 4ª série. Assim, era possível realizar os testes finais para a conclusão da 4ª série do ensino fundamental, contudo o que se tem percebido nas ERP de JF/MG é que os(as) alunos(as) não seguem uma mesma sequência. Consta também, segundo livro de ocorrências, que, em junho daquele ano, foram admitidos 12 alunos: 10 preliminar, 1 primeira série básica e 1 segunda série. Nesse caso, as deficiências não foram anunciadas e 11 foram eliminados(as), e apenas no caso de um(a) aluno(a) consta o motivo, que foi seu falecimento.

Desse modo, acredita-se que o ano de 1962 foi marcado por investimentos de políticas públicas voltadas para a educação e para a EE, consolidando-se esta como uma modalidade da educação. Contudo, mesmo que com efetivo crescimento, a escolarização da PcD ainda consistia em um processo segregacionista, porque aconteceu em um espaço separado das escolas regulares.

Dando continuidade à exposição, no ano de 1963, as provas parciais de todas as matérias do currículo produzidas pela diretora da escola foram efetuadas no mês de junho, em todas as séries do curso. Por sua vez, os testes finais foram realizados no mês de novembro,

nas classes de pré-primário, 1ª, 2ª e 3ª séries, também elaboradas pela diretora, consoantes Portaria nº 107 de 12 de novembro daquele ano (Minas Gerais, 1957). Somando-se a isso, destaca-se que nesse ano foram admitidos 15 alunos(as), em sua maioria para a 1ª série preliminar, seguido de 1ª série e uma para a 3ª série, e foram eliminados(as) 10 por mudança, falecimento e moléstia.

A escola possuía 10 classes, o que representava uma média de 96 alunos(as) matriculados(as), isso só os(as) que realizaram os testes, conforme pode ser visto na Tabela 6, abaixo. Com isso, novas professoras foram aparecendo, Marta Maria Lopes, que consta com posse em 03/05/1965, mas que provavelmente já estava em exercício na escola anteriormente, e a professora Therezinha de Maria Passos de Gribel, sobre a qual não encontramos dados da posse.

Quadro 11 – Quadro Geral de Classes das ERP – Ano de 1963

Séries	Ano	Professoras	Matriculados	Aprovados	Reprovados	Porcentagem
Pré-primário	1963	Efigênia Estevam - 3º período	13	7	6	53%
1º série	1963	Leia Abi-Nasser Casali	13	10	3	76%
1º série	1963	Marta Maria Lopes	13	4	9	32%
1º série	1963	Edylia Senra Sampaio	17	9	7	56%
2º série	1963	Therezinha de Maria Passos Gribel	13	7	6	53%
3º série	1963	Maria José Senra de Castro	8	6	2	75%
1º série surdos	1963	Therezinha Rotheir Polisseni	8	5	3	62%
2º série surdos	1963	Unistalda Maria Borbosa Pinto	5	5	Xx	100%
4º série surdos	1963	Unistalda Maria Borbosa Pinto	2	2	Xx	100%
4º série	1963	Maria José Senra de Castro	4	4	Xx	100%
			Total: 96	Total: 59	Total: 36	62,10%

Fonte: Livro de Resultado Final (1957 a 1989)

Pelo número de séries pré-primárias e primeiras séries desse ano, acredita-se que havi uma média de 55 novas matrículas, exigindo-se que precauções fossem tomadas em prol de angariar mais investimentos e melhores condições para o alunado e para a instituição, assim como, por exemplo, a criação do Centro de Assistência a Menores Excepcionais (CAME) (Direitos Humanos Net, 2022).

Conforme observado na figura 13, o CAME foi uma entidade filantrópica, que contava com 17 profissionais das áreas de Medicina, Psicologia, Fonoaudiologia, Assistência Social, Fisioterapia, Odontologia, entre outras, e funcionava junto ao Instituto Pestalozzi. O centro foi

declarado como entidade de utilidade pública pelo Governo Federal desde 1966, conforme Lei nº 4251, de 15/09/1966 (Brasil, 1966), descrita na figura 13.

Figura 13 – Centro de Assistência Menores Excepcionais (CAME)

CENTRO DE ASSISTÊNCIA A MENORES EXCEPCIONAIS (CAME)

Rua Barão de Cataguases, 444, Centro
 CEP: 36015-090 - Juiz de Fora/MG
 Fone/fax: 3211-9596
 Email: ----

HISTÓRICO Foi criado em 1963 e trabalha junto à Escola Estadual Maria das Dores (antigo Instituto Pestalozzi). O Came complementa o atendimento escolar, oferecendo assistência médica, odontológica e psicológica a menores excepcionais. São atendeu 800 crianças por mês.

OBJETIVOS
 Oferecer assistência médica, psicológica e odontológica gratuita para crianças excepcionais.

ORGANIZAÇÃO
 Uma entidade filantrópica conta com 17 profissionais das áreas de Medicina, Psicologia, Fonoaudiologia, Assistência Social, Fisioterapia, Odontologia, entre outras. O trabalho é reconhecido pelo Governo Federal desde 1970.

FUNCIONAMENTO
 Da segunda à sexta feira, das 7h às 17h, com intervalos das 11h às 13h.

Fonte: Direitos Humanos Net (2022)

A figura 13 foi retirada da internet, no endereço eletrônico intitulado “Direitos Humanos Net”. Na imagem, constam dados e endereço do CAME, histórico, objetivos e horário e dia de funcionamento. Já a figura 14, das Leis Estaduais, refere-se à Lei Nº 4521, de 15/09/1966, que declara de utilidade pública o CAME da cidade de JF. Ambas as imagens exemplificam a veracidade dos fatos, além de auxiliarem na compreensão de que havia um forte vínculo entre a filantropia e o poder público, em prol da assistência de PcD (Direitos Humanos Net, 2022).

Figura 14 - Lei nº 4251

LEI Nº 4251, de 15/09/1966

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O CENTRO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR EXCEPCIONAL - CAME, DA CIDADE DE JUIZ DE FORA.

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Centro de Assistência ao Menor Excepcional - CAME, da Cidade de Juiz de Fora.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

Dada no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 15 de setembro de 1966.

ISRAEL PINHEIRO DA SILVA

Cyro Franco

Fonte: Minas Gerais (1966)

De acordo com os anos anteriores, infere-se que a instituição buscou se adaptar às novas políticas educacionais, econômicas e sociais, apresentando um crescimento e ampliando as possibilidades de arrecadação de fundos e de escolarização para o público da EE. No ano de 1962, tivemos a primeira classe de 4ª série, já neste ano de 1963, tem-se a primeira classe formada por Deficientes Auditivos (DA). Abaixo, podem-se observar os(as) alunos(as), Antônio de Paula e Maria Perpétua, que compunham a classe de 4ª, exibindo também baixo número de concluintes.

Quadro 12 – Classe de 4ª série -1963

Classe Def. Auditiva – 4ª série 1963	
Professora	Alunos(as)
Unistalda Maria Barbosa	1 - Antônio de Paula
	2 - Maria Perpétua Pinto Ribeiro
	Total: 2
	Promovidos do 2º período de 4ª série

Fonte: Livro de Resultado Final (1957 a 1989)

Em relação à organização das ERP de JF/MG, identificou-se que o processo de seriação da instituição seguia as legislações da época, entretanto, em análise nos livros de registros disponibilizados pela escola, empenhamo-nos em compreender como efetivamente funcionou esse processo. De acordo com o Livro de Resultado Final (1957-1989), o processo de seriação seguia a seguinte sequência: Jardim de Infância, Pré-primário (dividido em 3 períodos), 1ª série, 2ª série, 3ª série e 4ª série (dividida em 2 períodos). Porém, os registros mostram, conforme pode ser visto nas tabelas 8 e 9, que os(as) alunos(as) não seguiam essa ordem.

O livro de Ocorrências (1961 – 1979) nos auxiliou a sanar essa dúvida, a partir dele compreendemos que a instituição possuía um local específico para registrar os(as) alunos(as) que entravam a cada período ou ano na escola. No livro de registro, observamos, por um determinado período, que as informações sobre alunos(as) admitidos(as) e eliminados(as) eram exibidas por ele, mas, depois, apenas as informações de alunos(as) eliminados(as) foram mostradas, pois, a partir de observação exposta no livro, havia um livro específico para o cadastro de alunos (as) admitidos(as) (Minas Gerais, 1957).

Todavia, identificamos que, em cada período, eram aplicados testes de admissão a partir da aferição de quociente de inteligência e exames psicológicos com o intuito de identificar em qual série o(a) aluno(a) deveria adentrar, e, por isso, em alguns momentos de análise do livro de Resultado Final, não foi possível definir claramente o processo de seriação dos(as) alunos(as) (Minas Gerais, 1927, Minas Gerais, 1957).

Entretanto, em busca de compreendermos o processo de seriação, os nomes citados nas tabelas 18 e 19, referentes aos(às) discentes que chegaram à 4ª série, foram analisados com a intenção compreender qual foi caminho percorrido por eles(as), ou seja, as séries anteriores em que estiveram matriculados(as) até chegarem à 4ª série.

Quadro 13 – 4ª de DA

Percurso de Seriação		
Alunos	Série	Ano
Antônio de Paula	3ª	1962
Antônio de Paula	1º período 4ª	1963
Antônio de Paula	2º período 4ª	1965
Maria Perpétua Pinto Ribeiro		1958
Maria Perpétua Pinto Ribeiro	2ª	1959
Maria Perpétua Pinto Ribeiro	3ª	1962
Maria Perpétua Pinto Ribeiro	1º período 4ª	1963
Maria Perpétua Pinto Ribeiro	2º período 4ª	1966

Fonte: os(as) autores(as) 2023

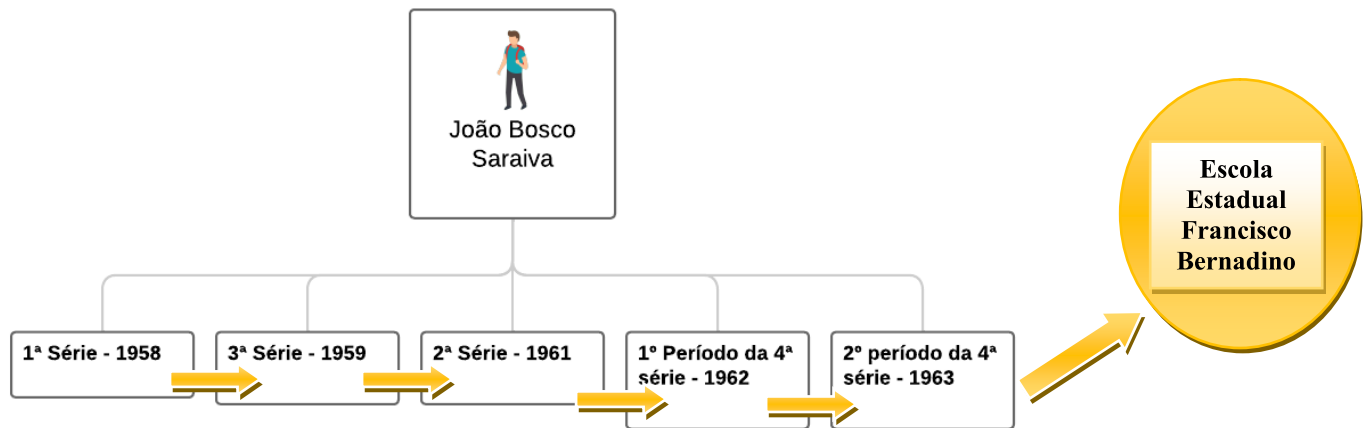
Quadro 14 – 4ª Série Outras Deficiências

Percurso de Seriação		
Alunos	Séries	Ano
João Bosco Saraiva Rodrigues	1ª	1958
João Bosco Saraiva Rodrigues	3ª	1959
João Bosco Saraiva Rodrigues	2ª	1961
João Bosco Saraiva Rodrigues	1º período 4ª	1962
João Bosco Saraiva Rodrigues	2º período 4ª	1963
Waldir de Oliveira	2ª	1958
Waldir de Oliveira	3ª	1959
Waldir de Oliveira	3ª	1961
Waldir de Oliveira	1º período 4ª	1962
Waldir de Oliveira	2º período 4ª	1963
Maria Pereira da Silva	2ª	1957
Maria Pereira da Silva	1ª	1959
Maria Pereira da Silva	3ª	1961
Maria Pereira da Silva	1º período 4ª	1962

A partir da análise das tabelas 8 e 9, infere-se que os(as) primeiros(as) alunos(as) que chegaram à 4ª série do ensino fundamental não apresentaram um percurso fixo e formatado, como, por exemplo, o aluno João Bosco Saraiva, que iniciou sua escolarização nas ERP de JF/MG na 1ª série do ano de 1958, em seguida, ele pulou para a 3ª, não passando pela 2ª, e o livro de registro não nos informa nada sobre isso. Porém, no ano de 1961, ele aparece na 2ª, a série que ele teria pulado inicialmente. Em seguida, ele vai para o 1º período da 4ª série e depois para o 2º período da 4ª, para, assim, realizar o teste final na E.E. regular Francisco Bernadino⁶.

⁶ Escola Estadual Francisco Bernadino é uma instituição de ensino localizada à Rua Sergipe, S/Nº, bairro, Manuel Honório, na cidade de JF, onde os alunos realizavam os exames finais, em prol de concluírem a 4ª série do Ensino Fundamental (Minas Gerais, 2021).

Figura 15 - Organograma – Percurso serial de João Bosco



Fonte: os(as) autores(as) (2024)

O organograma apresentado na figura 15, acima, demonstra de forma mais direta os percursos de seriação os quais atravessou o aluno João Bosco, ficando na escola por um período de 6 anos, contanto o ano de 1960, que não foi citado nos documentos.

Adiante, no ano de 1959, foram aplicadas provas parciais em todas as séries da escola no mês de junho e, no mês de novembro, realizados os testes de promoção em 5 classes de 1º e 2º série nas ERP de JF/MG, de acordo com o Decreto nº 5695 de novembro desse mesmo ano, que dispõe sobre promoções do curso primário (Minas Gerais, 1957).

Verificou-se que esse tipo de situação que ocorreu com o discente João Bosco se repete com outros(as) diversos(as) alunos(as) e parecia ser uma prática comum na instituição. Entretanto, de acordo com Ednéia Rossi e Jordana Faria (2020, p. 127), deve-se partir “[...] do entendimento de que a organização do trabalho escolar da escola pública se constrói sob premissas de consenso em uma temporalidade e lugar. Os tipos de instituições escolares existentes assumiram características particulares, a depender do lugar em que se inseriram.” Dessa forma, consideramos que a organização serial das ERP/JF se adequava conforme as particularidades e as necessidades do alunado e da instituição, ou, ainda, por fatores não evidenciados nos documentos de forma concreta relacionados a dificuldades estruturais das turmas, como, por exemplo, questões de ordem pedagógicas, financeiras ou até mesmo relacionadas a dificuldades logísticas ou ligadas a enfermidades dos discentes.

Sabe-se, conforme pontuaram Ednéia Rossi e Jordana Faria (2020), que as instituições escolares têm certa autonomia para resolver determinadas questões da escola, como a

possibilidade de flexibilizar e/ou adaptar o programa de ensino. Tais resoluções geralmente são tomadas em reuniões organizadas pelo corpo docente, hoje chamadas de Conselho de Classe. Dessa forma, salienta-se que não foram encontradas referências desse tipo de reunião no Decreto nº 7.790 de 1927 e nem no Decreto-Lei nº 8.529 de 1946, considerando que ambos foram normativas para regular o ensino primário no período investigado.

Contudo, destaca-se que foi em 1958 que a ideia de realizar um Conselho de Classe surgiu, trazida por um grupo de orientadoras e professoras brasileiras em viagem à França com o objetivo de estudar as classes experimentais propostas. A prática do Conselho de Classe foi consolidada através da LDB/1971. O Conselho de Classe consistia em reuniões periódicas, realizadas por professores, coordenadores e direção, com o objetivo de discutir sobre a situação do alunado, encaminhar propostas, tomar decisões, debater pautas relacionadas a notas e comportamentos, disciplinas, projetos, critérios definidos acerca da análise dos rendimentos dos(as) alunos(as) e a (in)definição de critérios para aprovação ou retenção de discentes (Leite, 2012).

A vista disso, acredita-se que depois de 1971, com a LDB, os Conselhos de Classe foram implementados nas ERP de JF/MG e, provavelmente, nessas reuniões eram estipulados critérios que definiram, a partir da avaliação das professoras primárias e dos testes parciais e finais realizados pelos(as) alunos(as), em conjunto com quantitativo de discentes em cada classe, quais deles(as) tinham condições de serem promovidos(as) ou não para as séries anteriores ou subsequentes, pois, segundo o Decreto nº 7.790, existia um número mínimo de alunos(as), classes e turmas para que a instituição continuasse a funcionar (Minas Gerais, 1957; Brasil, 1971).

Infere-se, dessa maneira, que seja uma característica comum das escolas e, principalmente, as especiais, realizarem determinadas “manobras” dentro dos limites das legislações, visando a encontrar melhor caminho para o processo de ensino e aprendizagem discente e para manutenção de classes e turmas da escola, visto que legalmente era imposto um número mínimo de alunos(as) para que elas se mantivessem abertas.

Adiante, no ano de 1964, conforme a figura 16, o Sr. Prefeito de JF/MG, Dr. Ademar de Andrade, doou um terreno de 6.000 m² situado à Rua Barão de Cataguases, 444, onde posteriormente foi construída a sede do Instituto Pestalozzi de JF/MG, com recursos do Plano Estadual de Educação e grande esforço da comunidade escolar, que organiza desfiles, festas juninas, lista de contribuintes e campanha do tijolo. Pessoas da cidade e de cidades vizinhas também colaboraram na construção do prédio, no qual foram estruturadas salas de testes, um amplo salão de festas, diretoria, gabinete médico e dentário, enfermaria e salas de visita.

Conforme já mencionado, antes da constituição dessa sede, a instituição funcionava de forma precária, em dois imóveis cedidos, um pela família Burnier e o outro por órgão não governamental (Minas Gerais, 2014).

Figura 16 - Lei nº 2099 – Autoriza doação de terreno ao CAME

LEI Nº 2099

AUTORIZA DOAÇÃO DE TERRENO AO CENTRO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR EXCEPCIONAL.

A Câmara Municipal de Juiz de Fora decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Senhor Prefeito Municipal autorizado a doar ao Centro de Assistência ao Menor Excepcional (CAME) uma área de 6.130 metros quadrados, localizada nos fundos dos lotes nº 24 e 59 do loteamento denominado Jardim Santa Helena, com entrada na Barão de Cataguazes, a fim de nele ser construído o Instituto **Pestalozzi** de Juiz de Fora e demais dependências do mesmo Centro.

Art. 2º O terreno cuja doação é autorizada pela presente lei e que confronta pelos fundos com lotes nº 23 e 60 do Bairro Jardim Santa Helena, não poderá ter outra finalidade além do que se refere o artigo 1º.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, 24 de setembro de 1964.

ADHEMAR REZENDE DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Fonte: Juiz de Fora (1964)

Dessa forma, as ERP de JF/MG, antes de se mudarem em definitivo para seu novo endereço, na Barão de Cataguazes, permaneceram no endereço da Av. Rio Branco, nº 3.534, por mais ou menos 2 anos. Em 1964, a configuração de classes que realizaram os testes era a seguinte, ver quadro 15

Quadro 15 – Quadro Geral de Classes das ERP – Ano de 1964

Séries	Ano	Professoras	Matriculados	Aprovados	Reprovados	Porcentagem
Pré-primário	1964	Efígênia Estevam	14	12	2	85%
1º série	1964	Leia Ali-Nasser Casali	14	11	3	78%
1º série	1964	Edylia Faria Sampaio	14	14		100%
1º série	1964	Therezinha Rothier Polisseni Lopes	9	3	6	33%
2º série	1964	Unistalda Maria Barbosa Pinto	10	5	5	50%
2º série	1964	Therezinha de Maria Passos Gubel	16	9	7	56%
3º série	1964	Iná Esteves Teixeira de Souza	10	5	5	50%
4º série	1964	Maria José Luna de Castro	9	5	4	55%
			Total: 96	Total: 64	32	63%

Fonte: Livro de Resultado Final (1957 a 1989)

No ano de 1964, foram 8 classes a realizar os testes, totalizando 96 discentes, sendo 11 alunos(as) admitidos(as), 9 para a classe pré-primária, 1 para a primeira série, 1 para 2ª série, com “retardo médio”, “retardo profundo” e surdos. E, 18 foram eliminados(as), com apenas um tendo o motivo citado, falecimento.

Para além das questões referentes a testes, seriação e doação de terreno, o ano de 1964 foi marcado também pelo início da Ditadura Militar, por meio de golpe militar, que trouxe diversos efeitos para o contexto social, econômico e educacional, durou até 1985 e representou a vitória de uma minoria burguesa,

Cabe ressaltar [...] que o golpe de 1964 teve um caráter burguês, pois teve o apoio das classes dominantes do país, em conjunto com as multinacionais e o próprio Governo dos Estados Unidos, e da UDN (União Democrática Nacional). Mas, a intervenção executiva do golpe ficou a cargo das Forças Armadas. Teve início, então, a partir do golpe de 1964, a mais longa das ditaduras militares da América Latina, que se instalou a partir dos anos de 1960 (21 anos), no entanto, a menos sanguinária [...] apensar de violenta e repressiva (Assis, 2012, p. 323).

A partir de tal contexto, diversas medidas foram tomadas de âmbitos legislativos e educacionais que afetaram direta ou indiretamente as ERP de JF/MG e serão evidenciadas adiante. Nessa perspectiva, pertinente ao ano de 1965, evidencia-se que esse período, acrescido aos anos de 1966 e 1967, foi de reajuste para o governo militar, quando aqueles aliados a apoiadores de tal regime acreditavam que o “movimento de 1964” estava reconstituindo a organização estatal, depois de governos democráticos que deixaram o país em crise, ao mesmo tempo em que restaurava a dominação burguesa (Assis, 2012).

Vale refletir que a Sociedade Pestalozzi de JF/MG foi criada principalmente pelo movimento realizado por um grupo de mulheres que colheram assinaturas, todavia não foram citadas em nenhum documento a que tivemos acesso. Por outro lado, o suporte recebido por um conjunto de pessoas, que provavelmente faziam parte de uma classe mais alta da sociedade de Juiz de Fora e redondeza, foi alvo de homenagem. Tal situação sinaliza que a instituição conseguiu sair do papel porque seus(as) fundadores(a) estavam inseridos(as) em um meio influente da cidade.

Isso pode ser observado em documento analisado oriundo do arquivo histórico da UFJF, em que há relato de uma homenagem realizada pela Sociedade Pestalozzi de JF/MG a sujeitos especiais que contribuíram de alguma maneira para que a instituição se erguesse. Nessa homenagem, aparecem nomes como: da Família Penido Burnier, que tinha entre seus familiares o médico oftalmologista criador do Instituto Penido Burnier em Campinas, padres e pessoas de renome, Elias Féres, que se tornou nome de rua na cidade de JF, Dilermando da

Cruz Filho, que foi prefeito da cidade por um determinado período, Helena Antipoff, grande responsável pelo desenvolvimento da EE em Minas Gerais, Áurea Nardelli, professora influente na cidade, Dr. Bolivar Freitas, secretário de Educação no ano de 1955, o Jornal Diário Mercantil e o Diário da Tarde, jornais influentes da cidade na época, Mister Moore – Grambery, que inspirou a criação da associação Grambery e foi reitor da instituição por determinado período, entre outros mais de 20 nomes que estão na lista de homenageados (Neto, 2020; Juiz De Fora, 1970; Coleções Textuais, 2008; Faculdade Grambery, 2023).

Dito isso, prosseguimos com os dados referentes ao quadro de alunos(as) que realizaram os testes parciais e finais. A ata consta que as provas parciais de todas as matérias do currículo foram realizadas em junho de 1965, em todas as séries do curso, elaboradas pelas professoras e supervisionadas pela diretora. Por outro lado, os testes finais foram efetivados no mês de dezembro, em 9 classes, pré-primário, 1ª, 2ª, 3ª a 4ª séries, de acordo com a Portaria ° 51/64 de 30 de outubro daquele ano (Minas Gerais, 1957), somando um total de 146 discentes. Nesse ano de 1965, dez alunos(as) foram admitidos(as), 7 para a classe preliminar, 3 para a 2ª série, tendo as deficiências “retardo profundo” e surdez, e 14 eliminados(as) sem motivos anunciados.

Quadro 16 – Quadro Geral de Classes das ERP – Ano de 1965

Séries	Ano	Professoras	Matriculados	Aprovados	Reprovados	Porcentagem
Pré-primário	1965	Launicy Martins Pimentel	13	3	10	23%
Pré-primário	1965	Efigênia Estevam	13	6	7	46%
Pré-primário	1965	Wanda Cerqueira Lage Oliveira	12		12	
Pré-primário	1965	Therezinha R. Polisseni Lopes	9	3	6	33%
1ª série	1965	Marta Maria Lopes	14	4	10	28%
1ª série	1965	Leia Abi-Nasser Casali	13	9	4	69%
1ª série	1965	Regina Maria Fostes Correa	9	4	5	44%
2ª série	1965	Edylia Faria Sampaio	16	11	5	68%
2ª série	1965	Therezinha de Mª Passos Girbeel	16	8	8	50%
2ª série	1965	Unistalda Mª Barbosa Pinto	13	4	9	30%
3ª série	1965	Iná Esteves Teixeira de Souza	11	6	5	54%
4ª série	1965	Maria José Senra de Castro	7	3	4	42%
			Total: 146	Total: 61	Total: 85	

Fonte: Livro de Resultado Final (1957 a 1989)

Como descrito no quadro 16, em 1965 formaram-se 4 turmas de pré-primário, perfazendo um total de 47 alunos(as) que provavelmente eram novatos(as), pois, realizando análise na listagem nominal das classes, esses nomes apareceram pela primeira vez, e alguns nomes das classes de 1ª também apareceram pela primeira vez. Tal fato nos instiga a pensar que eram alunos(as) com idade cronológica abaixo de 5 anos de idade, demonstrando grande demanda anual de recém matriculados(as).

No ano de 1966, as provas parciais de todos os conteúdos do currículo também foram realizadas no mês de junho, em todas as classes do curso, organizadas pela diretora e aplicadas pelas professoras. Por sua vez, as provas finais e de promoção elaboradas pela diretora, segundo a Portaria nº 57/1966, foram aplicadas às classes de pré-primário, 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries no mês de dezembro (Minas Gerais, 1957).

Em relação ao quantitativo de alunos(as), encontramos um número um pouco mais baixo que o ano anterior, 119 discentes. Constando 2 classes de pré-primário, 4 de 1ª série, 2 de 2ª série, 1 de 3ª e 1 de 4ª série. Segundo o Livro de Ocorrências (1961 a 1979), foram admitidos 12 estudantes, sendo 10 pertencentes ao pré-primário, 1 de 1ª série, perfazendo um total de 11 alunos(as), já que o 12ª não foi possível compreender pela escrita do livro de ocorrências. Em relação às deficiências, encontramos “retardo profundo” e surdez. No que se refere aos(as) eliminados(as) do ano de 1966, somaram 22, por consequência de infrequência, conveniência da família e moléstia. Ver tabela 17, abaixo:

Quadro 17 – Quadro Geral de Classes das ERP – Ano de 1966

Séries	Ano	Professoras	Matriculados	Aprovados	Reprovados	Porcentagem
Pré-primário	1966	Efigênia Estevam	13	2	11	18%
Pré-primário	1966	Marta Maria Lopes	13	2	11	18%
1ª série	1966	Leia Abi-Nasser Casali	12	11	1	91%
1ª série	1966	Edylia Faria Sampaio	18	11	7	60%
1ª série	1966	Regina Maria Tostes Correa	12	2	10	16%
1ª série	1966	Wanda Cerqueira Lage Oliveira	10	5	5	50%
2ª série	1966	Therezinha de Mª Passos	15	8	7	53%
2ª série	1966	Unistalda Mª Barbosa Pinto	8	1	7	12%
3ª série	1966	Iná Esteves Teixeira Souza	10	5	5	50%
4ª série	1966	Maria José de Castro	8	4	4	50%
			119	47	46	50,50%

Fonte: Livro de Resultado Final (1957 a 1989)

Em relação a questões estruturais da instituição, reitera-se que, no ano de 1966, a escola mudou para seu endereço definitivo, conforme explicado em seção anterior.

O ano de 1967 foi marcado pela promulgação da primeira constituição após o golpe militar de 1964, a qual, apesar de receber críticas por ter beneficiado mais o setor privado que o público, previu para implementação dos planos nacionais de educação, por intermédio de ementas e outras estratégias (Amâncio, Castioni, 2021; Kassar, 2011).

No tocante às aplicações dos testes, naquele ano, a ata não relata sobre a aplicação de exames parciais que normalmente acontecem em junho, somente sobre as provas finais de todas as disciplinas do programa, elaboradas pela diretora, conforme Portaria nº 50/67 (Minas Gerais, 1957).

Quadro 18 – Quadro Geral de Classes das ERP – Ano de 1967

Séries	Ano	Professoras	Matriculados	Aprovados	Reprovados	Porcentagens
1ª série	1967	Leia Abi-Nasser Casali	15	11	4	75%
1ª série	1967	Regina Cerqueira Correa Reis	9	2	7	22%
1ª série	1967	Wanda Cerqueira Lage de Oliveira	9	5	4	35,50%
1ª série	1967	Edylyia Faria Sampaio	19	11	8	57,80%
2ª série	1967	Maria Helena Peters	17	5	12	38,40%
2ª série	1967	Unistalda de Maria Barbosa Pinto	12	9	3	75%
3ª série	1967	Iná Esteves Teixeira de Souza	12	6	6	50%
4ª série	1967	Maria José Senra de Castro	9	3	6	33,30%
		Total:	102	52	47	

Fonte: Livro de Resultado Final (1957 a 1989)

Observando o quadro 18, percebe-se ausência de classes pré-primárias, o que pode significar que não houve entrada de novos(as) alunos(as) nesse ano, ou, se teve, não realizaram os testes. No entanto, dentre as classes que realizaram os exames, soma-se um quantitativo de 8 classes e 102 estudantes. Em relação aos(as) alunos(as) admitidos(as), constatam-se 13 novatos, 9 para o pré-primário, 3 para a 1ª série e 1 para 3º série, com “retardo profundo”, “retardo médio” e surdez. Foram eliminados(as) 20 discentes por motivos diversos: mudança, doença, distância da escola, conveniência da família e falecimento.

No que se refere ao contexto político, econômico e social, o ano de 1968 inicia-se com um ciclo de expansão da economia, chamado por “milagre econômico”, com aumento do

Produto Interno Bruto (PIB), produção de energia e aço, exportações, produção de automóveis, aumento do número de habitantes e de recursos financeiros, com isso ampliou-se a ação empresarial. Essas e outras melhorias e a vitória do Brasil na Copa do Mundo deram a impressão de que o regime militar estivesse forte e consolidado (Assis, 2012).

Por meio da análise do livro de registros de 1968, observa-se, no quadro 19, que também não houve turmas de pré-primário; a ata anuncia realização das provas finais apenas das classes de 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries, no mês de dezembro, de todas as disciplinas do programa, produzidas pela diretora, consoante Portaria 132/68, todavia, ao final, a ata traz uma observação de que as classes pré-primárias foram avaliadas conforme Portaria 132/1968, mas as turmas não foram apresentadas e nem possuímos detalhes sobre a tal legislação (Minas Gerais, 1957).

Quadro 19 – Quadro Geral de classes das ERP – Ano de 1968

Séries	Ano	Professoras	Matriculados	Aprovados	Reprovados	Porcentagem
1º	1968	Lea Abi-Nasser Casali	12	10	2	83,30%
1º	1968	Regina Maria Souza Reis	6	3	3	50%
1º	1968	Wanda Cerqueira	6	5	1	83,30%
1º	1968	Edylia Faria Sampaio	14	9	5	64,20%
2º	1968	Jurema	10	2	8	20%
2º	1968	Maria Helena P.	15	7	8	46,60%
2º	1968	Unistalda Maria Barbosa Pinto	5	1	4	20%
3º	1968	Unistalda Maria Barbosa Pinto	5	1	4	20%
3º	1968	Iná	11	7	4	65,60%
4º	1968	Maria José Senra de Castro	16	9	6	60%
			99	41	40	51%

Fonte: Livro de Resultado Final (1957 a 1989)

Nesse ano foram admitidos 17 estudantes, 9 para o pré-primário, 8 para a 1ª série, em sua maioria identificados(as) com “retardo profundo” e surdez. Trinta e nove discentes foram eliminados(as) por não comparecimento, mudança, doença, saúde, conveniência dos pais, entre outros motivos. Por sua vez, a quantidade de classes que fizeram os testes finais foram 10, perfazendo um total de 100 discentes que realizaram as provas finais e duas novas professoras foram citadas: Jurema e Maria Helena Peters.

No ano de 1969, por intermédio de Emenda Constitucional, estabeleceu-se execução de “[...] planos nacionais de educação e de saúde, bem com planos regionais de desenvolvimento” (Brasil, 1969, p. 10), previstos pela Constituição de 1967. Foi nessa época

também, durante governo Médici (1969 – 1974), que a expressão “Educação Especial” foi se firmando (Kassar, 2011; Rogalski, 2010). Para além disso, nesse ano a ata relata que as provas finais de todas as disciplinas, preparadas pelas professoras e revisadas pela diretora, foram realizadas no mês de dezembro, segundo a Portaria nº 67/69 de 4 de novembro (Minas Gerais, 1957).

Quadro 20 – Quadro Geral de Classes das ERP – Ano de 1969

Séries	Ano	Professoras	Matriculados	Aprovados	Reprovados	Porcentagem
1ª série	1969	Léia Abi-Nasser Casali	15	11	4	73,30%
1ª série	1969	Regina Maria Corrêa Reis	10	3	7	30%
1ª série	1969	Edylia Faria Sampaio	15	8	7	53,30%
2ª série	1969	Maria José Passos	13	7	6	53,80%
2ª série	1969	Subst. Corina Neves Castro	13	4	9	37,60%
2ª série	1969	Unistalda Maria Barbosa Pinto	8	3	5	37,50%
3ª série	1969	Subst. Aura Maria Pereira L.	13	7	6	53,80%
4ª série	1969	Maria José Senra de Castro	10	7	3	70%
			97	50	47	51,50%

Fonte: Livro de Resultado Final (1957 a 1989)

Nesse ano, a lista de admitidos(as), segundo Livro de Ocorrências (1961 a 1979), “consta no livro de matrícula em matrícula suplementar”, contudo não tivemos acesso a esse registro. Em relação aos(às) eliminados(as), a escola teve um número elevado, 89 alunos(as). No que se refere às promoções, 8 classes realizaram os testes finais, com total de 100 alunos(as), e surge uma nova professora, Regina Maria, e duas professoras substitutas, Corina Neves e Aura Maria. A classe de 4ª série prestou prova na E.E. Francisco Bernadino, e as classes pré-primárias foram avaliadas de acordo com a Portaria nº 65/69, mas, como no ano anterior, as turmas não foram apresentadas (Minas Gerais, 1957).

No que toca o ano de 1970, a EE entra de fato no contexto educacional nacional. Segundo Solange Rogalski (2010, p. 2), foi a partir deste ano que “[...] a educação especial passou a ser discutida, tornando-se preocupação dos governos com a criação de instituições públicas e privadas, órgãos normativos federais e estaduais e de classes especiais”.

Corroborando o exposto, Januzzi (2012) também afirma que essa década foi marcante para a área da EE por ressaltar determinados acontecimentos importantes para o campo, destacando, também, discursos em defesa da normalização e da integração de tal público. Dessa forma, acredita-se que, a partir das pontuações expostas nos parágrafos anteriores, os

avanços apresentados sobre a EE parecem ter refletido, mesmo que timidamente, nos documentos por nós analisados das ERP de JF/MG.

Como delineado na tabela 21, a seguir, o quantitativo de aluno (as) permaneceu com uma média de 100 discentes realizando os testes finais, sendo 10 classes. Houve também três novas professoras que passaram a integrar o quadro docente, Mércia, Vera Lúcia e Olívia, como pode ser visto na tabela 21, Fora isso, não encontramos nenhuma mudança significativa. Já, referente aos(às) alunos(as) admitidos(as) e eliminados(as), não foram informados no livro de ocorrências. No entanto, acredita-se que, no decorrer dessa década, a EE e mais especificamente a instituição investigada foram afetadas, ainda que indiretamente e com menos impacto, pelas transformações sofridas pela área nos anos de 1970, como veremos a seguir.

Quadro 21 – Quadro Geral de Classes das ERP – Ano de 1970

Séries	Ano	Professoras	Matriculados	Aprovados	Reprovados	Porcentagem
1ª série	1970	Léia Abi-Nasser Casali	12	5	7	41,67%
1ª série	1970	Mércia Tamiozzo Cantagulli	15	14	1	93,30%
1ª série	1970	Regina Maria Correa Reis	8	1	7	12,50%
1ª série	1970	Vera Lúcia de Faria Sampaio	11	6	5	54,50%
2ª série	1970	Maria José Passos	13	6	7	46,00%
2ª série	1970	Subst. Corina Neves de Castro	12	8	4	66,60%
2ª série	1970	Unistalda Maria Barbosa Pinto	- 7	2	5	28,50%
3ª série	1970	Unistalda Maria Barbosa Pinto	2		2	
3ª série	1970	Olívia Ambrósio da Silva	17	10	7	52%
4ª série	1970	Maria José Senra de Castro	10	3	7	30%
			107	55	54	51,40%

Fonte: Livro de Resultado Final (1957 a 1989)

Dando prosseguimento, no ano de 1971, ainda por meio da Emenda Constitucional de 1969, que possibilitou a execução de planos nacionais e regionais para o desenvolvimento educacional, foi revisada e sancionada nova LDB/1971, lembrando que o país vivia um período de ditadura militar (Chaves, 2021). Por essa razão, tornou-se obrigatória a inclusão das disciplinas de Educação Moral e Cívica e Educação Física no currículo escolar, provavelmente com o intuito de moldar o corpo e a mente para torná-los fortes, saudáveis e

dóceis. Foram incluídos também a disciplina de Educação Artística e os Programas de Saúde nos currículos de estabelecimentos primários (Brasil, 1971; Fleith, 2007).

Além disso, segundo Kassar (2011), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5.692 de 1971,

[...] passou a obrigatoriedade da escolarização brasileira para oito anos. Esse período foi decisivo para o início da formatação da Educação Especial como uma política de estado, com a criação de um órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), que passou a ter a responsabilidade de formular e impulsionar as ações de Educação Especial no Brasil. A criação deste órgão e a implantação de suas ações encontraram subsídio na perspectiva desenvolvimentista adotada pelo regime militar à época. (KASSAR, 2011, p.45)

A LDB/1971 propõe a obrigatoriedade do ensino primário dos 7 aos 14 anos, prevê um gasto do município de 20% do orçamento com a educação, no entanto não prevê gastos educacionais para estados e União. Existiu ainda mudança no ano e no semestre letivo. O ano letivo poderia ultrapassar 180 dias e o semestre 90 dias, não estando incluídas as datas previstas para as provas finais. Além disso, houve previsão de núcleo comum para o currículo do 1º grau (primário), tendo uma parte diversificada para especificidades Locais (Chaves, 2021).

No que tange à área da EE, com a LDB/1971, pela primeira vez uma legislação voltada para o campo da educação aborda o tema da deficiência, quando cita em seu artigo 9º: “os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação.” (Brasil, 1971, P. 3)

Em vista disso, nos documentos referentes ao livro de Resultados Finais (1957 a 1989) e mais especificamente nas atas de promoção referente aos testes finais aplicados nas classes de 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries, não constava nenhuma portaria específica, apenas era citado que a aplicação seguia ordem recebida da Sra. Inspectora de Ensino D. Maria Aparecida de Moraes Sarmiento.

Outra modificação, mas que acreditamos não possuir grande relevância, foi que as descrições das classes que realizaram os testes deste ano na instituição começaram em ordem decrescente, da 4ª para a 1ª série, o que normalmente era o contrário. Foram 12 classes a realizarem os testes de promoção, contabilizando 130 matriculados(as) e, em relação ao livro

de ocorrências, 44 foram eliminados(as), não sendo anunciado novamente o quantitativo de admitidos(as).

Além disso, a ata anuncia, no início da descrição de duas classes de 1ª série, que os(as) discentes foram aprovados(as) para o 1º básico e observa ao final, “[...] tendo havendo, a bem da criança, uma reclassificação em setembro, esta classe não deu promoção ao 2º ano” (Minas Gerais, 1957, p. 27). Tais informações dão a entender que a 1ª série era dividida em 2 períodos.

Quadro 22 – Quadro Geral de Classes das ERP – Ano de 1971

Séries	Ano	Professoras	Matriculados	Aprovados	Reprovados	Porcentagem
1ª série	1971	Efigênia Estevam	15	12	3	80%
1ª série	1971	Vera Alice Faria Sampaio	12	2	10	16,60%
1ª série	1971	Maria Lucia Pimentel Cardoso	14			
1ª série	1971	Maria Thereza Merli Abi-Nasser	13			
2ª série	1971	Maria José Passos	13	6	7	46,10%
2ª série	1971	Corina Neves de Castro	12	6	6	50%
2ª série	1971	Ana Rios Faquim	11	5	6	45,40%
2ª série	1971	Unistalda Maria Barbosa Pinto	5	1	4	20%
3ª série	1971	Unistalda Maria Barbosa Pinto	5	3	2	60%
3ª série	1971	Wanda Cerqueira Lage Oliveira	11	7	4	63,60%
3ª série	1971	Mércia Tamiozzo Cautagalli	12	4	8	33,30%
4ª série	1971	Maria José Senra de Castro	15	8	7	53,30%
			138	54	57	39,10%

Fonte: Livro de Resultado Final (1957 a 1989)

No que concerne aos dados gerais em relação ao número de matriculados(as) do ano de 1971, como nos anos seguintes, a saber, 1972 e 1973, os números aumentaram e permaneceram entre 138 a 143.

No ano de 1972, no âmbito de políticas públicas, o Conselho Federal de Educação estipulou conteúdos mínimos no curso de Pedagogia, interferindo na formação de professores(as) que iriam trabalhar com PcD, e houve a inclusão da EE, por meio do Plano Setorial de Educação e Cultura, no rol de prioridades educacionais do país (Brasil, 2005).

Quadro 23 – Quadro Geral de Classes das ERP – Ano de 1972

Séries	Ano	Professoras	Matriculados	Aprovados	Reprovados	Porcentagem
1º série	1972	Efigênia Estevam	16	16		100%
1º série	1972	Neuza Marai Lourenço Reis	12	4	8	33%
1º série	1972	Cecília Pinto Barbosa	16	16		100%
1º série	1972	Wanda Cerqueira Lage de Oliveira	9	3	6	33%
2º série	1972	Unistalda Maria Barbosa Pinto	4		4	0%
2º série	1972	Zoé Idalina Costa Lazarinne	9	7	2	77%
2º série	1972	Maria Lúcia de Araújo Almeida	11	10	1	90%
2º série	1972	Vera Lúcia de Mattos	10	4	6	40%
3º série	1972	Unistalda Maria Barbosa Pinto	3	3		100%
3º série	1972	Mércia Tamiozzo Cantagalli	13	2	11	15%
3º série	1972	Leda Regina Rocha de Souza	9	5	4	55%
4º série	1972	Benigna Lúcia Dayreel de Alvarenga	8	2	6	25%
4º série	1972	Marta José Senra de Castro	12	8	4	67%
			132	80	52	69%

Fonte: Livro de Resultado Final (1957 a 1989)

Referente aos dados retirados do livro de Resultado Final (1957 a 1989), verifica-se que, de acordo com a ata de aprovação dos(as) alunos(as) de 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries, no mês de dezembro, realizaram-se os testes finais em todas as disciplinas do currículo, em 13 classes, com um total de 132 discentes, obedecendo às orientações da Inspetora de Ensino D. Maria Aparecida de Moraes Sarmento, e foi anunciado ainda que as classes de pré-primário foram avaliadas consoante portaria do Sr. Secretário da Educação. Em relação ao livro de ocorrência, constam que 30 alunos(as) foram eliminados(as) por motivos de não comparecimento e de doença (Minas Gerais, 1957; Minas Gerais, 1961).

Em 1973, sob o Decreto nº 72.425, de 3 de julho do mesmo ano (Batista, Cardoso, 2023), foi então criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) que, de acordo com Claudia Dutra (2005), era:

[...] responsável pela gerência da educação especial no Brasil, que, sob a égide integracionista, impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação, mas ainda configuradas por campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado. (DUTRA, 2005, p.2)

Segundo Getsemane Batista e Fernanda Cardoso (2022), a criação do CENESP foi a primeira iniciativa em nível nacional específico à assistência das PcD. Extinguiu a Campanha Nacional de Educação dos Cegos e a de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais e realizou ações voltadas para deficientes visuais, auditivos, mentais, físicos, múltiplos, com problemas de conduta e superdotados.

Ainda conforme as mesmas autoras, nesse período ainda estava em vigor a LDB/1961, que, mesmo com a indicação de inserção de PcD no sistema geral de educação, tratou de uma época de intenso apoio às instituições privado-filantrópicas, como a Sociedades e os Institutos Pestalozzi e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) (Batista, Cardoso, 2022; Brasil, 1961).

Relativo ao livro de ocorrência, 36 alunos(as) foram eliminados(as) por motivos variados, mas, novamente, os(as) admitidos(as) não foram citados(as) nesse livro. Constata-se que o livro de ocorrência não tem explicitados os dados de forma clara, e isso dificultou a descrição exata das informações dos elementos. A partir da análise das informações do livro de Resultados Finais (1957 a 1989), no ano de 1973, as provas de promoções ocorreram no mês de novembro, segundo ordem da 10ª Delegacia Regional de Ensino, sendo aplicadas em 11 classes, totalizando 143 estudantes. Ver quadro 24, abaixo:

Quadro 24 – Quadro Geral de Classes das ERP – Ano de 1973

Séries	Ano	Professoras	Matriculados	Aprovados	Reprovados	Porcentagem
4ª série	1973	Maria José Senra de Castro	15	11	4	70,70%
3ª série	1973	Benigna L. Dayrell Alvarenga	16	7	9	43,70%
3ª série	1973	Leda Regina Rocha de Souza	13	5	8	38,40%
2ª série	1973	Maria Lucia Almeida Araújo	14	7	7	50%
2ª série	1973	Corina Neves de Castro	14	7	7	50%
2ª série	1973	Unistalda Maria Barbosa Pinto	8	5	3	62,50%
2ª série	1973	Zoé Idalina Costa Lazzaimi	16	13	3	75%
1ª série	1973	Efigênia Estevam	14	6	8	42,70%
1ª série	1973	Maria Helena Barra Tostes	12	8	4	66,60%
1ª série	1973	Mércia Tamiozzo Cantagalli	14	11	3	78,50%
1ª série	1973	Wanda Cerqueira Lage Oliveira	7	3	4	42,80%
			143	83	60	58%

Fonte: Livro de Resultado Final (1957 a 1989)

No ano de 1974, as atas foram apresentadas de forma diferente, quase não havia texto por extenso e os resultados das provas de promoções agora eram dadas de forma direta através de tabelas, constando um cabeçalho escrito, “Ata de promoção do ano de 1974, EE Instituto Pestalozzi de Juiz de Fora” e a série. Seguida do nome da professora, na coluna da esquerda, constava o nome dos(as) alunos(as) e nas outras colunas havia “CE”, “IS”, “Mat.”, “C”, “Média”, “Freq.” e “Aprov.”, como pode ser observado na tabela abaixo.

Quadro 25 – Quadro Geral de Classes das ERP – Ano de 1974

Ata de promoção do ano de 1974 - 1º série							
Prof.ª Maria Helena Barra Fortes							
Alunos	CE	IS	Mat.	C	Média	Freq.	Aprov.
1 - Antônio Guedes Figueiredo	7		8		7,5		Sim
2 - Carlos André de Oliveira	9		9		9	173	Sim
3 - Francisco José da Silva	8		9		8,5	154	Sim
4 - Gilson do Carmo Dias	5		5		5	169	Sim
5 - José Augusto dos Santos	6		5		5,5	179	Sim
6 - José Carlos Xavier de Lima	7		9		8	124	Sim
7 - Luiz Pedro da Fonseca	5		5		5	106	Sim
8 - Manoel de Almeida Rodrigues	5		5		5	142	Sim
9 - Mauro José da Silva	7		8		7,5	111	Sim
10 - Maria Aparecida da Silva	8		9		8,5	93	Sim
11 - Valdemir Machado Rodrigues	4		4		4	77	Não
12 - Ivanilda Aparecida de Souza	4		4		4	116	Não

Fonte: Minas Gerais (1957)

No ano de 1974, fizeram os testes finais 14 classes, sendo elas 5 de 1ª série, 4 de 2ª série, 4 de 3ª série e 1 de 4ª série, totalizando 168 discentes que realizaram as provas naquele ano. Esse dado pode estar relacionado às políticas públicas educacionais implementadas, principalmente pela LDB/1971, que determinou a obrigatoriedade da instrução de 7 a 14 anos e de algumas disciplinas, tais fatos podem ter estimulado a matrícula de alunos(as) na instituição investigada.

À vista disso, levantam-se indícios de que, à medida que os anos vão avançando e as políticas públicas voltadas para o campo da EE, principalmente de âmbito nacional, expandem-se, o número de matriculados(as) por ano na instituição também se eleva. Além disso, no ano de 1974, a EE, por meio do Projeto Prioritário nº 35, foi incluída no I Plano Setorial de Educação e Cultura e no Parecer n 3.763, do Conselho Federal de Educação, abordando a temática ligada ao tratamento especial para cegos(as) no exame vestibular. Essas políticas implantadas evidenciaram a visibilidade de PcD, de modo a possibilitar que a escolarização e a inserção na sociedade desse público se ampliassem na década de 1970, mesmo que ainda a passos lentos (Brasil, 1971; Brasil, 2005).

Ressalta-se, que pertinente aos dados do Livro de Ocorrência, a partir desse ano, as informações não serão compartilhadas, porque o documento assume uma escrita confusa, por isso dificulta o entendimento e nos leva à descrição dos dados de forma incorreta (Minas Gerais, 1957).

No ano de 1975, em relação aos dados do Livro de Registro Resultado Final (1957 a 1989), assim como no ano anterior, as informações foram dadas diretamente por tabelas, perfazendo 15 classes a realizarem os testes finais, sendo elas 5 de 1ª série, 4 de 2ª série, 4 de 3ª série e 2 de 4ª série, em um montante de 193 alunos(as). Ao final da ata, observou-se que: “a terceira etapa do ensino especial promoveu [...] para a 1º série alunos [...]” e os alunos da 4ª série realizaram os testes na E.E. Francisco Bernadino, conforme autorização da 10ª Delegacia de Ensino (Minas Gerais, 1957, p. 40). Destaca-se que houve uma falha no documento, e o número de discentes promovidos da 3ª etapa para a 1ª série não foi colocado.

Enfatiza-se que, por meio da Portaria nº 550/MEC, foi aprovado o Regimento Interno do CENESP, consolidando-se como órgão central de direção superior, o que acarretou autonomia administrativa/financeira, e salienta-se, ainda, que, no ano de 1975, a escola constava com apenas salas de aula mantidas pela Estado (Dutra, 2007).

Resumidamente, inferimos que desde 1969 algumas mudanças referentes às políticas públicas, como já citado anteriormente, favoreceram o fortalecimento da EE, fazendo com que ela entrasse efetivamente no contexto educacional, tornando-se política de estado, impactando diretamente na passagem das ERP de JF/MG do nível de filantrópico ao estadual.

Assim, constatamos que em 1976 as ERP de JF/MG passam a ser designadas como escola estadual, de acordo com a publicação no Diário Oficial de MG (Minas Gerais, 2014). Nesse ano, 14 classes realizaram os testes de promoção, e, apesar de ter diminuído apenas uma classe em relação ao ano anterior, o número total de alunos(as) a realizarem os testes caiu para 156 estudantes, divididos em 5 de 1ª série, 3 de 1ª série, 3 de 3ª série e 2 de 4ª série. Ao final, observou-se a mesma coisa que o ano de 1975, ao anunciar a promoção de 63 alunos(as) da 3ª etapa para a 1ª série.

No ano de 1977, a escola realizou testes em 175 alunos(as) referentes a 13 classes, 7 de 1ª série, 4 de 2ª série, 1 de 3ª série e 2 de 4ª série. Esse ano apresentou o maior número de 1ª séries entre os 24 anos de nosso recorte temporal, o que pode representar um elevado número de novas matrículas. Foi observado, ao final da ata, a mesma informação dos dois anos anteriores, sobre a promoção de 20 alunos (as) da 3ª etapa para a 1ª série e que a 4ª série fez as provas na EE Francisco Bernadino.

Além disso, o ano de 1978 foi marcado também pela implementação da Portaria nº 477, que, por meio do convênio entre o Ministério da Educação e o Ministério da Previdência e a Assistência Social (MEC/MAPS), estabeleceu metas básicas para a ação integrada do MEC e do MAPS no campo da assistência aos(as) excepcionais e mencionou “[...] o atendimento no sistema regular de ensino e em instituições especializadas.” (Minas Gerais, 1955-1989; Brasil, 2005, P. 42; Scorel, 1999).

Sobre o ano de 1978, tem-se que 18 classes realizaram os testes de promoção, contabilizando um total de 212 discentes, contingente que representou o maior número de matriculados(as) de todo o recorte temporal. Foram 8 classes de 1ª série, 4 de 2ª série, 3 de 3ª série e 1 de 4ª série. Em relação à observação final, destaca-se que: “[...] a 3ª etapa do ensino especial promoveu para a 1ª série do 1º grau, 18 alunos” (Minas Gerais, 1957).

Ainda no ano de 1978, comprovando que esse período se tratava de uma fase de reconhecimento, valorização e também adaptação da área de EE, verifica-se que esse termo, “Educação Especial”, ainda estava se firmando com a criação do Programa de Mestrado em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), e, no ano seguinte, do Curso de Mestrado em Educação, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

Os anos de 1976, 1977 e 1978, já estabelecendo o recorte final desta seção, demarcaram um período de crescimento para EE, resultante de diversas mudanças no âmbito educacional e políticos. Assim, fica demonstrada a ligação entre a implementação de iniciativas legais e a formação da área de EE, complementando a ideia do objetivo geral da nossa pesquisa, que visou a investigar as articulações entre as políticas de escolarização de PcD e o processo de criação, organização e desenvolvimento das ERP de JF/MG, entre os anos de 1955 e 1979.

Identificamos que o processo de criação, organização e desenvolvimento das ERP de JF/MG foi possível a partir da iniciativa de mulheres do município de JF em conjunto com as políticas de escolarização de âmbitos municipais, estaduais e nacionais que se articularam dando subsídios para que o lócus investigativo se desenvolvesse concomitantemente ao desenvolvimento da EE no país.

As políticas de escolarização definidas por leis, decretos e marcos históricos podem ser entendidas, de acordo com Erislaine Silva, Jaqueline Dias e Daelcio Mendonça (2018), como ações e intenções do governo que refletem nas instituições escolares ou na educação de um modo geral.

Segundo os(as) mesmos(as) autores(as), as políticas públicas podem ser divididas em: redistributivas, distributivas e regulatórias. As redistributivas competem ao poder executivo

e consistem em redistribuir renda em forma de recursos ou financiamento para as camadas sociais mais pobres; as distributivas são demandas mais pontuais e são implementadas pelo poder executivo ou legislativo; e as regulatórias são aquelas de responsabilidade do poder legislativo e se instrumentalizam por meio de leis que servem para normatizar e liberar recursos públicos para ações do governo em prol da sociedade (Silva, Dias, Mendonça, 2028).

Assim sendo, as ERP de JF/MG, no ano de 1955, na cidade de Juiz de Fora, foram criadas embasadas em algumas normativas que podem ser entendidas como políticas públicas voltadas para o contexto escolar, pois refletem, de certo modo, as intenções e as ações dessa cidade e do Estado de Minas, de maneira mais específica, e do país, de forma geral, em oferecer às PCD oportunidade de acesso ao sistema educacional, por meio de classes e escolas especiais. Segue abaixo, um quadro com algumas normativas brasileiras, mineiras e eventos marcantes, de 1927 até o ano de 1980, que, em sua maioria, influenciaram na criação das ERP de JF/MG.

Quadro 26 – Normativas Brasileiras, Mineiras e Eventos Referentes à Educação Especial até 1978

Ano	Leis/Decretos/Declaração
1927	Decreto 7.970-A, regulamenta o ensino Primário Mineiro
1932	Sociedade Pestalozzi (SPMG)
1933	Classes Especiais Públicas em MG
1933	Consultório Médico Pedagógico (MG)
1934	Associação de Assistência ao Pequeno Jornaleiro (MG)
1934	Decreto 24.794, dispõe sobre o ensino do Canto Orfeônico
1935	Criação Instituto Pestalozzi (BH)
1940	Fazenda do Rosário (Ibirité)
1940	Granja-Escola na Fazenda do Rosário
1943	Decreto nº 5895 de 20/10/1943
1948	Criação Sociedade Pestalozzi (RJ)
1948	Declaração Universal dos Direitos Humanos
1950	Criação de escolas especializadas, públicas e particulares em diversos estados brasileiros
1954	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE/RJ
1955	Criação Instituto Pestalozzi (Juiz de Fora)
1957	Decreto nº 42728 - Campanha para a educação do surdo brasileiro
1958	Decreto nº 44236 - Campanha nacional de educação e reabilitação de deficientes da visão
1960	Decreto nº 48.961 de 22/09/1960 - Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (CADEME)
1961	Lei 4.024, fixa, as diretrizes e as bases da Educação Nacional
1962	Plano Nacional de Educação (1963-1970)
1963	Plano Trienal
1964	Semana Nacional do Excepcional
1967	Constituição do Estado de Minas Gerais
1967	Constituição Federal do Brasil
1967	Ministério de Educação E cultura – criou uma comissão para estabelecer critérios de identificação e atendimento a superdotados

1968	Decreto nº 63.248 de 19/07/1968 – Operação Escola
1970	Período de privilégio pois a Educação Especial se constitui efetivamente como subsistema educacional
1971	Lei 5.692, fixa Diretrizes e Bases para o Ensino
1972	Plano Setorial de Educação e Cultura fixou um política de ação do MEC em relação a superdotos – Projeto Prioritário n.º 35
1972	Formado Grupo-Tarefa da Educação Especial – delinear a política e as linhas de ação do Goveno na área da educação de excepcionais
1973	Decreto nº 72.425 de 03/08/1073 – Criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP)
1975	Foi aprovado o Regimento Interno do Cenesp – Portaria nº 550 – organização, competência e atribuições
1978	Fundação da ABSD, marcando o início do MEC, UNESCO E SENAI para a área dos superdotados – Governo Figueiredo

⁷Fonte: Legislações e normas brasileiras (1927 a 1978)

As legislações dos anos de 1927 a 1954 não se enquadram no recorte temporal estudado, entretanto exerceram fundamental influencia para a criação das ERP de JF/MG, visto que, como descrito no quadro 26, o Decreto n.º 7.970-A de 1927 regulamenta o Ensino Primário Mineiro como possibilidade de acesso de alunos(as) com deficiência em classes e escolas especiais. O documento faz referências às PcD utilizando termos como “retardados pedagógicos e débeis orgânicos”, ressalta-se, segundo Borges, Silva e Oliveira (2018, p. 1), que “[...] as regulamentações normativas refletem o tempo no qual foram criadas [...]”, por isso a importância de compreender o contexto histórico de cada período. Desse modo, o decreto de 1927 inaugurou o momento de chegada das crianças com deficiência às escolas, salientando que as regulamentações normativas refletem o período no qual foram criadas e que era necessário evitar o olhar descontextualizado para se analisar o passado, pois o que atualmente pode segregar antes incluiu.

Diante desse cenário, em 1932, idealizada por Antipoff, foi criada a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais (SPMG), quando a filantropia e o poder público se entrelaçaram (Borges; Barbosa, 2019). Assim:

Em 1932, verificando o grande número de crianças que perambulam pelas ruas de nossa capital, D. Helena reuniu-se com professores, médicos, advogados, engenheiros, sacerdotes, cientistas e outros profissionais e propôs a criação de uma sociedade de assistência à infância desamparada (CASTRO, 1981, p. 23).

Deu-se início então à Sociedade Pestalozzi de Belo Horizonte, instituição que serviu de modelo para criação do Instituto Pestalozzi da cidade de JF/MG. Dando continuidade ao ensejo, seguindo a cronologia apresentada no quadro 2, em 1933 foram criadas classes

⁷ A tabela criada e adaptada pela autora, inspirada em Borges, Silva e Oliveira (2018).

especiais públicas em MG, as quais foram “[...] concebidas com o objetivo de receber crianças com deficiência em um modelo baseado nos ideais da Escola Nova.” (Borges; Campos, 2018, p. 69). No mesmo ano, foi criado o Consultório Médico Pedagógico (MG), que, segundo Borges (2019), foi inspirado no Instituto Jean-Jacques Rousseau (IJJR), onde médicos e alunas da Escola de Aperfeiçoamento trabalhavam de forma voluntária, ao lado de Helena Antipoff, no atendimento a crianças encaminhadas por hospitais psiquiátricos, escolas ou da população, sendo oferecidas consultas gratuitas a quem não pudesse pagar.

Ainda sob a coordenação de Antipoff, a Associação de Assistência ao Pequeno Jornaleiro (MG) foi criada em 1934, que “[...] acolheu meninos que viviam nas ruas da capital mineira, muitos deles pequenos trabalhadores, principalmente vendedores de jornais.” (Borges, 2019, p. 164).

Além disso, outras providências estavam sendo tomadas em prol da PcD em diversas frentes, como a publicação do Decreto 24.970-A, em 1934, que dispôs sobre o ensino Orfeônico. Em trecho retirado da normativa, tem-se que o Canto Orfeônico era um meio de renovação, formação moral e intelectual, sendo, portanto, uma das maneiras mais eficazes de se desenvolver os sentimentos patrióticos do povo. O canto e a música eram usados como instrumentos educativos para difundir, disciplinar, tornar eficiente e uniforme a sua pedagogia (Minas Gerais, 1934). Destaca-se que o próprio decreto apresenta, em seu Art. 1, que os serviços de Educação Física e Canto Orfeônico ficariam submetidos ao mesmo Ministério, reforçando a ideia de que ambas as disciplinas tinham um caráter disciplinador para os corpos deficientes.

Já em 1935, houve inauguração de mais salas para a Sociedade Pestalozzi de Belo Horizonte pelo Secretário de Educação de MG da época, Noraldino de Lima, iniciativa que acarretou a construção do Pavilhão com seu nome, e, sob auspícios da Sociedade Pestalozzi, foi criado o Instituto Pestalozzi de Minas Gerais, em 28/20/2934, “[...] destinado a educação, tratamento, estudo e assistência à infância excepcional” (Castro, 1891, p. 23).

Em 1940, foi criada a Fazenda do Rosário, complexo educacional que funcionou como internato/externato que atendeu crianças com patologias diversas e também sem deficiência. No mesmo ano, foi criada a Granja-Escola na Fazenda do Rosário, que atendia menores desajustados e crianças excepcionais (Borges, 2019), e, em 1943, foi publicado o Decreto nº 5.895, que “[...] autoriza o aproveitamento de indivíduos de capacidade reduzida e dá outras providências” (Brasil, 1943).

Em 1948, criou-se a Sociedade Pestalozzi do Rio de Janeiro, situada em Niterói (RAFANTE, 2016), e, no mesmo ano, foi publicada a Declaração Universal dos Direitos

Humanos (1948), que fez referência à PcD quando declarou que todos(as) tinham capacidade para gozar dos direitos e das liberdades estabelecidas pela declaração, sem distinção de qualquer espécie, incluindo distinção de nascimento ou qualquer outra condição.

Nesse percurso, em 1950 houve um crescente aumento de escolas especializadas públicas e particulares em diversos estados brasileiros, com “[...] surgimento de formas diferenciadas de atendimento em clínicas, institutos psicopedagógicos e centros de reabilitação, geralmente particulares” (Januzzi, 2012, p. 58).

Em 1954, foi criada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) no Rio de Janeiro, a qual era uma “[...] entidade civil, filantrópica, sem fins lucrativos, de utilidade pública, com sede e fórum no Município do Rio de Janeiro [...]”, movimento pioneiro no país (Apae, 2023, p. 1)

Em 1955, foram criadas as ERP de JF/MG, lócus investigativo do estudo, que será melhor detalhado no capítulo 4. Nos anos de 1957, 1958 e 1960, foram lançadas 3 campanhas de âmbito nacional em prol das PcD. Em 1957, foi instituída, por meio do Decreto nº 42.728 em 3 de dezembro, a campanha para a Educação do Surdo Brasileiro, que promoveu, em diversos meios, educação e assistência necessárias para esse público (Brasil, 1957).

No ano seguinte, em 1958, implantou-se, a partir do Decreto nº 44236, de 01 de agosto, a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficientes Visuais (BRASIL, 1958). E, em 1960, por intermédio do Decreto nº 48.961 de 22/09/1960, foi realizada a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (CADEME) (Brasil, 1960).

De um modo geral, a educação vinha passando por uma série de transformações. Nessa perspectiva, em 1961, foi instituída a Lei 4.042 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e destaca, em seu Art. 1º, que a educação nacional seria inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana e, no Art. 88, afirma que os “excepcionais” deveriam, sempre que possível, enquadrar-se no sistema geral de educação. No Art. 89, constatava que toda iniciativa privada em relação às PcD, entendidas como eficientes, receberiam bolsas de estudos, empréstimos e subvenções por parte do poder público (Brasil, 1961).

Em meio a essas transformações, Anísio Teixeira, educador, jurista, intelectual e grande incentivador na criação da escola pública, propôs combater a situação de privilégio, na educação no país, das classes mais abastadas, dando corpo ao Plano Nacional de Educação (PNE), pois acreditava-se que “[...] o cenário educacional do Brasil seria fruto de uma perspectiva dualista da educação que, tendo em vista a formação de uma ‘elite de

privilegiados’, resguardava exclusivamente a esses uma educação de qualidade.” Assim, o PNE foi incorporado pelo Plano Trienal do governo João Goulart para que pudesse ser posto em prática (Brasil, 2020; Amâncio, Castioni, 2021, p. 725).

Em 1963, foi criado o Plano Trienal, que visava ao desenvolvimento econômico e social entre o ano de 1963 e 1965. Em continuidade, em 1967, foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, que visava à organização nacional e dava outras providências, no entanto “[...] deixou claro o descomprometimento do Estado com relação ao financiamento da educação pública e o incentivo à privatização do ensino.” Foram proclamadas, também, a Constituição do Estado de Minas Gerais e a Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixou as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. A Constituição do Estado de Minas Gerais, em seu Título IV, da Educação e da Cultura, Art. 196, § 4º, alínea h, informa que “[...] o Estado promoverá a educação de deficiente, preferencialmente, através de convênios com entidades privadas.” (Brasil, 1967; Minas Gerais, 1967, p. 23). Conclui-se, dessa maneira, que todas essas normativas influenciaram de alguma forma na criação e na organização das classes e das escolas especiais, como, por exemplo, o lócus investigativo deste estudo.

Percebe-se, a partir do parágrafo anterior, que, provavelmente, em consequência do Plano Trienal, algumas providências foram tomadas, como, por exemplo, a promulgação de normativas legais, que ampliaram o olhar voltado para a PcD. Isso influenciou na criação da Semana Nacional do Excepcional, que foi instituída em 1964, com o intuito de “[...] elucidar a condição dessas pessoas de forma a contribuir para a desconstrução de preceitos, divulgar quais são as necessidades destas pessoas, cada uma com sua excepcionalidade e colocar a sociedade em reflexão no dever da igualdade para inclusão.” (Brasil, 2018, p. 1)⁸. Adiante, em 1967, o Ministério de Educação e Cultura criou uma comissão que estabeleceu critérios de identificação e assistência aos superdotados, pois, até aquele momento, pessoas superdotadas não recebiam suporte, devido ao fato de que o atendimento oferecido pelas instituições voltadas para esse público era para cura, reabilitação e correção, o que não se enquadrava para os superdotados (Delou, 2007, p. 28).

Dessa forma, observa-se um país em processo de desenvolvimento em que várias ações estavam sendo tomadas pelas autoridades competentes em diversos âmbitos, como, por exemplo, a Operação Escola, que consistia em um projeto especial prioritário criado por meio de um programa estratégico, do governo, para o progresso, que objetivou efetivar, por etapas,

⁸ Hoje, a Lei nº 13.585, de 26 de dezembro de 2017, institui a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla, a ser comemorada de 21 a 28 de agosto (BRASIL, 2017).

a obrigatoriedade escolar dos 7 aos 14 anos de idade, entre outras providências que iam de encontro com os objetivos da operação (Brasil, 1968).

A década de 1970 foi um período importante para o movimento das PcD, pois foi a partir desse ano que “[...] a educação especial passou a ser discutida, tornando-se preocupação dos governos com a criação de instituições públicas e privadas, órgãos normativos federais e estaduais e de classes especiais.” (Rogalsk, 2010, p. 2). Corroborando isso, Adriana Franco e Gabriel Schutz (2019) destacam que foi em 1970 que, por meio das organizações de movimentos sociais, buscaram-se novas denominações às PcD, como “pessoas deficientes”, usando o termo pessoas para evitar a “coisificação” em contraponto aos termos pejorativos usados até o momento.

Em concomitância a todo esse movimento, em 1971, a Lei 5.692 fixa Diretrizes e Bases para o ensino, altera a Lei de 1961 e declara, em seu artigo 9, tratamento especial para as PcD físicas, mentais, em atraso em relação à idade regular matrícula e superdotados (Brasil, 1971)

Em 1972, também por intermédio do Projeto Prioritário nº 35, o “Plano Setorial de Educação e Cultura, por sua vez, (1972-1974) incluiu a Educação Especial no rol das prioridades educacionais no país.” (Brasil, 2005), incluindo, ainda, metas para os superdotados nas ações do Ministério da Educação e Cultura (MEC) (Brasil, 2022). Ainda nesse mesmo ano, “[...] foi formado um grupo de trabalho para delinear a política e as linhas de ação do governo na área da educação de excepcionais. Esse grupo recebeu o nome de Grupo-tarefa da Educação Especial.” (A Educação..., 2023, p. 54).

Por influência desse grupo tarefa, no ano de 1973, por meio do Decreto nº 72.425 de 03 de agosto, foi criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), que visou “[...] promover a expansão e melhoria do atendimento aos excepcionais.” (CORRÊA, 2010, p. 44). Entre outras medidas, cabe destacar que:

No final dos anos 1970, o movimento associativo das pessoas com deficiência ganhou visibilidade, de modo que estas tornaram-se ativos agentes políticos na busca por transformação da sociedade. O desejo de serem protagonistas políticos motivou uma mobilização nacional, alimentada pela conjuntura da época. Esse processo se reflete na Constituição Federal promulgada em 1988 (Franco; Schutz, 2019, p. 246).

É importante evidenciar que todo o percurso histórico das ERP de JF/MG apresentado neste estudo, entre os anos de 1955 e 1979, aconteceu antes da promulgação da Constituição de 1988, o que nos alerta sobre a importância de situarmos o período histórico, no qual a instituição foi constituída, para que não elaboremos conclusões precipitadas. Nesse período, o

processo de escolarização de PcD se enquadrava na fase da segregação institucional, o que nos instiga a pensar sobre a criação das ERP como um evento que representa/representou um avanço e/ou retrocesso na trajetória educacional da PcD.

Posteriormente, em 1978, criou-se a Associação Brasileira para Superdotados (ABSD) (Antipoff; Campos, 2010) que, “[...] junto ao Ministério da Educação (MEC), UNESCO e SENAI e outras, a ABSD fomentou eventos nacionais e internacionais que, mais tarde, fortaleceriam decisões sobre o tema” (Amaral, 2013, p. 27).

Nessa conjuntura, o Decreto 7.970-A de 1927 e as demais normativas e os eventos apresentados no quadro 26 se enquadram como importantes iniciativas governamentais, que, aqui, definiremos como políticas públicas de acesso, dando abertura para que as PcD tivessem possibilidade de uma escolarização institucionalizada.

No de 1979, 15 classes realizaram os testes finais de promoção, somando 199 matriculados(as), distribuídos(as) em 8 classes de 1ª série, 4 de 2ª, 1 de 3ª e 1 de 4ª série. A observação apresentada na ata informa que: “a 3º etapa do ensino especial promoveu para a 1º série do 1º grau 13 alunos. Os alunos com média que não foram promovidos de série foram promovidos à etapa seguinte da mesma série [...]” e finalizou dizendo que os(as) alunos(as) da 4ª série prestaram provas na E.E. Francisco Bernadino (Minas Gerais, 1977-1989, p. 59).

Percebe-se, dessa maneira, que, desde o ano de 1975, houve uma mudança na nomenclatura ou no processo de seriação da escola. No ano de 1979, encerra o recorte temporal da nossa investigação, pois, no ano de 1980, a escola muda de nome, representando uma nova fase para a instituição. A Lei nº 7767 de 1980 foi, portanto, a normativa legal que deu denominação de Escola Estadual Maria das Dores à Escola Estadual Pestalozzi de JF. Foi sancionada e entrou em vigor no dia 23/07/1980, revogando as disposições em contrário. Ver figura 17.

Figura 17 - Lei 7767 – Dá Denominação de Escola Maria das Dores de Souza à Escola Estadual Pestalozzi

LEI nº 7767, de 23/07/1980**Texto Original**

Dá denominação de Escola Estadual Maria das Dores de Souza à Escola Estadual Pestalozzi de Juiz de Fora.

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada Escola Estadual Maria das Dores de Souza a Escola Estadual Pestalozzi de Juiz de Fora.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

Dada no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 23 de julho de 1980.

FRANCELINO PEREIRA DOS SANTOS
Humberto de Almeida
Paulino Cícero de Vasconcelos

Fonte: Minas Gerais (1980)

Portanto, foi assim que as ERP de JF/MG, sendo, possivelmente, a primeira instituição de ensino dedicada à PcD na cidade de JF/MG, foram concebidas, organizadas e evoluíram entre os anos de 1955 e 1979. Conclui-se, dessa forma, que, através da busca, da análise e do questionamento das fontes, as conexões foram estabelecidas para que a história pudesse ser contada, de forma a permitir as rupturas. Em outras palavras, conforme destacado por Hall (2003), o que se torna relevante são as rupturas significativas, pois é nesses momentos que se abre espaço para a reflexão sobre novas premissas e temas.

Na seção seguinte, tratou-se da temática referente ao professorado, ou seja, o corpo docente que esteve responsável por ministrar aulas nas ERP de JF/MG durante o período investigado, destacando a influência de mulheres nesse contexto.

A seguir, apresenta-se o quadro 27 com as fases das Escolas Reunidas com o intuito de apresentar, resumidamente, como ocorreu sua trajetória.

Quadro 27 – Fases das Escolas Reunidas Pestalozzi

Fases das Escolas Reunidas Pestalozzi		
Etapas	Ano	Eventos
	1955	Criação: Casarão Burnier - AV. Rio Branco - 2644-A, 29/07/1955 - Criação da Sociedade Pestalozzi
Criação -	1956	Xxxxx
Primeiros anos	1957	Xxxxx
	1958	Criação do Caixa Escolar
	1959	Xxxxx
Organização e	1960-1966	Escola mudou-se de endereço - Av. Rio Branco 3.534
Desenvolvimento	1963	CAME
	1964	Sr. Prefeito Ademar Rezende de Andrade doou um terreno à rua Barão de Cataguases, nº 444
	1966-1970	Mudança para o novo prédio na Barão de Cataguases, nº 444

Organização e	1970	Foi criado novo prédio para receber 300 alunos (as)
Desenvolvimento	1975	A escola só contava com salas mantidas pelo Estado
	1976	Denominou-se escola estadual
	1980	Passou a chamar-se Escola Estadual Maria das Dores de Souza

Fonte: os(as) autores(as) (2023)

Em suma, evidencia-se o quadro 27 acima, que trouxe a cronologia resumida dos principais eventos que aconteceram nesses 24 anos de funcionamento das ERP de JF/MG, desde a sua criação em 1955, com sede na Avenida Rio Branco nº 2644, criação do caixa escolar em 1958, mudança para outro endereço na Avenida Rio Branco, nº 3.534, e criação do CAME em 1963, que auxiliou na manutenção das ERP de JF/MG. Os dois espaços ocupados pela instituição não apresentavam as condições necessárias para uma boa escolarização, dessa forma o Sr. Prefeito Ademar Resende, em 1964, doou um terreno na rua Barão de Cataguases nº 444, e, em 1966, a escola se mudou em definitivo para o novo prédio. Em 1970, a escola construiu novo prédio para receber 300 crianças. Em 1975, passou a ser mantida pelo Estado. Em 1976, por sua vez, passou a ser chamada de Escola Estadual Reunidas Pestalozzi e, em 1980, torna-se Escola Estadual Maria das Dores de Souza.

5 AS PROFESSORAS PRIMÁRIAS

O perfil do corpo docente que compôs o quadro de funcionários das ERP de JF/MG entre os anos de 1955 a 1979 se destacou por ter sido exclusivamente feminino. Acredita-se que essa informação, retirada do livro de Termos de Posse de 1955 a 2003, seja o perfil padrão de outras instituições por ser uma característica do magistério primário no Brasil, nas décadas de 1940 e 1950. Segundo Luziel Silva, Jean Costa e Ana Paula Ferreira (2023, p. 1),

Nas primeiras décadas da república, a formação de professores/as era influenciada pelo pensamento católico-cristão conservador, no qual a mulher era considerada uma pecadora que deveria ser “domesticada” e vigiada pelos homens responsáveis por ela. Portanto, as mulheres, principalmente as da elite, tinha dois destinos preestabelecidos: o casamento ou a vida religiosa, que eram determinados pelo pai ou pelo irmão mais velho.

À vista disso, os(as) autores(as) afirmam ainda que essa visão referente ao gênero associava, à mulher solteira, adjetivos depreciativos e, à mulher casada, o de esposa, mãe, bondosa e que esse cenário contribuiu para a entrada da mulher no magistério, sendo o campo profissional a terceira possibilidade para moças da elite. Tal situação foi influenciada “[...] pela criação dos grupos escolares e pela consolidação das escolas normais como modelo de formação de professores/as para o Ensino primário no início da primeira república, pois, durante os anos de 1930 a 1940, os homens eram minoria no magistério primário” (Silva, Costa, Ferreira, 2023, p. 2).

Portanto, sob a direção da professora Maria das Dores, que respondia pelo apelido de Linfu⁹, formou-se uma equipe de 18 professoras, as quais foram submetidas aos testes *Rorshach e de Mira Y Lopes*, pelo psiquiatra Dr. Jorge Paprock (Minas Gerais, 2014; Souza, 1957).

Apenas 5 professoras foram aprovadas, sendo elas as iniciadoras das Escolas Pestalozzi: Wanda Cerqueira Lage, Elza Alves de Castro, Efigênia Estevam, Ebe Paixão de Souza e Unistalda Barbosa Pinto. Posteriormente foram aprovadas Nancy Costa, Terezinha Polisseni, Marinha Netto, Edília Sampaio, Leila Abi-Nasser, Maria José Senra de Castro, Ana Maria Matta e além delas. Havia também Maria Patrícia de Mendonça como servente (Minas Gerais, 2014).

Com respeito às questões científicas, Paprocki e Dr. Emílio Benitez orientaram as professoras oferecendo cursos para esclarecimento sobre a parte neurológica, psicológica e

⁹ Informação dada pela professora S, em visita à sua casa.

biológica. A professora Maria das Dores se dedicava à formação da parte pedagógica. Nessa ocasião, ficou acertado que o governo pagaria o salário das professoras e a Sociedade Pestalozzi ficaria responsável em providenciar um local para o funcionamento da escola (MINAS GERAIS, 2014). A escola “[...] organizou-se em um modelo híbrido, em que filantropia e poder público se entrelaçavam” (Borge; Barbosa, 2019, p. 163-177).

A figura 18, abaixo, foi cedida pela professora Maria Mendes, do acervo da sua cunhada professora Vitória, já falecida. A professora Vitória também trabalhou na instituição, e, segundo relato da professora Neusa Soares, foi sua cunhada que auxiliou no processo de inserção na escola, ao enviar os arquivos dos(as) alunos(as) para que ela se inteirasse das especificidades da escola.

Figura 18 – Equipe da professora e da diretora das Escolas Reunidas Pestalozzi



Fonte: Acervo pessoal Estevam (2022)

Ainda de acordo com a professora Neusa Soares, a professora Vitória é a de blusa preta, logo à frente da foto. Ao seu lado, à esquerda, de casaco laranja, encontra-se a professora Maria das Dores de Souza, primeira diretora da instituição e, por esse motivo, em homenagem, a escola levou seu nome. As demais mulheres que estão na foto, assim como a data em que o retrato foi tirado, não foram identificadas.

A imagem chama atenção pelo semblante levemente animado das 10 professoras que compõem a foto. Pelo posicionamento das mulheres que estão na foto, parece que estão

cumprimentando a professora E, pois ela está no centro da imagem enquanto as demais a rodeiam. A professora, à sua esquerda, segura a sua mão de maneira carinhosa, como se estivesse cumprimentando-a ou parabenizando-a, e, à sua direita, Linfu segura o seu braço, na altura do cotovelo, em ato que pode ser compreendido como um gesto carinhoso. O outro ponto refere-se ao fato de que a foto estava nos arquivos pessoais da professora Ademais, por ser cedido pela professora S, de qualquer maneira, tais considerações se tratam apenas de inferências, pois não foi possível determinar a data, quem são as outras pessoas da foto e o motivo pelo qual ela foi tirada.

Para além dos apontamentos referentes à identificação das identidades das mulheres que estão na foto ou motivo de ela ser tirada, essa imagem pode sugerir mais que isso: ela demonstra um grupo de mulheres que estavam à frente de uma recém-criada instituição de ensino, de representatividade na cidade. Portanto, na contramão de muitas mulheres da década de 1950, para as quais “[...] um dos principais temores era a possibilidade [...] de não conseguirem um bom casamento [...]” (Mittanck, 2017, p. 1), elas traçaram um caminho diferente, ampliaram as possibilidades.

Dessa forma, Adriana Strabelli, Giovanna Maior, Patrícia Amaral e Regina Vieira (2023) afirmam que, entre os anos de 1950 e 1964, a construção cultural do papel de homens e mulheres na sociedade os(as) impunha um modelo de conduta em que as mulheres nasciam para serem donas de casa, porém isso referia-se, na maioria dos casos, a mulheres brancas e de classe média. Ao mesmo tempo, a possibilidade de mudar essa perspectiva também se enquadra em mulheres brancas e de classe média, como é o caso das mulheres da foto, todas brancas. Contudo, a realidade social não foi possível aferir.

Assim, verifica-se que, de acordo com Fernanda Soares e Rita Farias (2017), na década de 1950, houve ampliação do acesso à vida universitária, avanço que possibilitou às mulheres oportunidades de se reorientarem e ocuparem novos espaços na sociedade, e representar, dessa forma, um período de transição, assim como permitir que o destino atribuído ao gênero feminino naquele momento tomasse rumos menos restritos. Esse processo acarretou “[...] um aumento da participação feminina nos serviços de consumo coletivo, como a enfermagem, medicina, magistério, etc [...]”, como parece ser a situação das professoras da imagem (Stranbelli, Amaral, Vieira, 2023, p. 2). Na verdade, esse era um lugar que não distanciava as mulheres das funções históricas, sociais e culturalmente atribuídas de cuidado do(a) outra(a), desde que não comprometesse suas obrigações com a família no seio da família tradicional moderna, por isso atividades voluntárias ou mesmo remuneradas que aconteciam em meio período diário (Franco, 2009).

Nesse percurso, o corpo docente formado no segundo ano de funcionamento da instituição, 1956, constituiu-se da seguinte maneira:

Quadro 28 – Corpo Docente das ERP – Ano de 1956

CORPO DOCENTE				
Diretora	Professoras	Professores(as) Especializados(as)	Auxiliar de Lab. De Psicologia	Médicos
Maria das Dores de Souza	Ebe da Paixão de Souza	Elza Alves de Castro (Artes aplicadas)	Germana de Ivahy Siqueira Campos	Dr. Jorge Paprocki
	¹⁰ Ephigênia Estevam (fez estágio no Pestalozzi de BH)	Margarida Maria Silva Costa (Surdos-Mudos)		Dr. Benitez Emílio Conde
	Léia Abi Nasser	Maria Antônia Penido Burnier (Modelagem)		
	Maria José Senra	Waldemar de Mattos Calazans (Carpintaria)		
	Maria José Senra			
	Maria Netto Campos			
	Unistalda Maria Barbosa Pinto			
	Wanda Cerqueira Lage			

Fonte: Revista Pestalozzi (1957, p. 24)

Além dos nomes citados em Souza (1957), soma-se ao quadro de funcionários(as) a servente Maria Patrícia de Mendonça, que não foi citada na revista, mas consta no Regimento Interno (Minas Gerais, 2014). Em relação às professoras primárias e às demais funcionárias que foram citadas no quadro, algumas coincidem com os dados referentes ao ano analisados no livro: “Termo de exercício 1956 a 1990”, em que se verifica o termo de posse dos(as) funcionários(as) da escola e outros não, veja quadro abaixo:

Quadro 29 – Posse e entrada em Exercício das Professoras das ERP (1955-1956)

Posse professoras Primárias					
Ano	Professora Primária	Professoras Especialistas/Servente	Data da Posse	Entrou em exercício	Observações
1955	Efigênia Estevam		12/09/1955	01/08/1955	Terminou estágio no Pestalozzi BH 01/12/1955
1955	Ebe da Paixão Souza		10/10/1955	01/08/1955	Terminou estágio no Pestalozzi BH 01/12/1955
1955	Maria Netto Campos		15/12/1955	01/08/1955	
1956	Unistalda Maria Barbosa Pinto		25/01/1956	01/08/1955	
1956	Wanda Cerqueira Lage		25/01/1956	01/08/1955	
1956		Elvira	01/02/1956	01/09/1955	

¹⁰ Ressalta-se que o nome da professora EF foi encontrado nos documentos escrito de duas maneiras: com Ph e F.

		Fernandes da Veiga (Servente)			
1956	Elza Alves de Castro	Elza Alves de Castro (Artes Aplicadas)	04/03/1956	01/08/1955	
1956		Maria Patrícia Mendonça (Servente)	16/11/1956	01/08/1955	
1957	Elza Alves de Castro		20/03/1955	01/08/1955	

Fonte: autora (2023)

Até o ano de 1957, essas eram as funcionárias que tomaram posse na escola e entraram em exercícios entre agosto e setembro de 1955. De acordo com o “Termo de exercício 1956 a 1990”, a professora Léia Abi Nasser, que consta como corpo docente na Revista Pestalozzi (1957), tomou posse em 28/11/1958 e não consta a data em que entrou em exercício na escola, o que sugere que ela deve ter entrado em exercício anteriormente.

Portanto, estipula-se que, nos anos de 1955 e 1956, a escola possuía esse quadro de funcionárias, já funcionava com mais de 100 alunos(as) e conseguiu oferecer escolarização para um pequeno grupo de PcD, todavia não foi possível precisar com mais detalhes o quantitativo exato de funcionários(as), nomear os(as) alunos(as) e determinar quais turmas pertenciam a quais professoras, pois os dados foram retirados de documentos diferentes e alguns desses dados estão desconhecidos.

Nesse processo, 4 professoras realizavam estágio em outras instituições no intuito de aprenderem e repassarem para as demais professoras, sendo 2 delas, Ebe da Paixão e Ephigênia Estevam, no Instituto Pestalozzi de Belo Horizonte e as outras, Edylia de Faria e Nancy Montes, na Sociedade Pestalozzi do Brasil, no Rio de Janeiro (Souza, 1957).

No livro de Termo de Posses (1955 a 2003) consta que, no dia 01/12/1955, as professoras Efigênia Estevam e Ebe Paixão haviam terminado seus respectivos estágios e entraram em exercício na escola, conforme consta no quadro 7. Sobre as professoras Nancy e Edylia, não foram encontradas menções sobre esse retorno no livro supracitado.

O corpo docente que compôs os 24 anos investigados das ERP foi composto por mulheres, contudo, no quadro geral de funcionários, havia um total de 25 professoras primárias, 6 serventes – todas do gênero feminino –, uma funcionária, um zelador e um assistente social/higienista dentário, totalizando 34 pessoas e apenas 2 delas do gênero masculino.

Cientes de como se compôs o corpo docente das ERP, parte-se, na seção seguinte, para o alunado, com o intuito de compreendermos o perfil destes estudantes.

6 O ALUNADO

Tendo em vista a organização escolar formada por diretoria, funcionários(as) e professoras, averiguamos quem eram os(as) 54 discentes que, possivelmente, pudessem ter formado as primeiras classes das ERP, para que, a partir dessa análise, pudéssemos identificar o perfil do alunado que frequentou a instituição durante o período investigado.

Portanto, segundo o Projeto Político Pedagógico (PPP) das ERP, iniciaram na instituição, no ano de 1955, 54 alunos(as), e, no ano de 1956, entraram mais 47, totalizando 101 discentes. Acrescenta-se a isso o fato relatado por Souza (1957) de que esse aumento em 1956 se referiu em grande parte a novas matrículas de estudantes “surdos-mudos” e crianças com déficit de linguagem. Desse modo, acredita-se que as classes de 1955 compuseram-se, em sua maioria, de alunos(as) com “retardo” e da turma de jardim de infância, sobre a qual não foram encontradas especificações referentes ao tipo de deficiência apresentada por quem compunha a sala. Ver quadro abaixo:

Quadro 30 – Classes das Escolas Reunidas Pestalozzi (ERP) - 1956

Classes ERP – 1956		
Deficiência/Distúrbio	Série	Nº de alunos
1 - Retardo mental leve	2º	15
2 - Retardo mental médio	1º	15
3 - Retardo mental médio	Pré-primário	13
4 - Retardo mental profundo	Pré-primário	14
5 - Jardim de Infância	I. M. abaixo de 5 anos	15
6 - Deficiência de linguagem		13
7 - Surdos mudos maiores		9
8 - Surdos mudos menores		7

Fonte: Revista Pestalozzi (1957, p. 23)

Em resumo, em relação ao perfil em relação ao tipo de deficiência, tem-se conforme tabela acima: Retardo mental leve, médio e profundo, deficiência de linguagem e surdos mudos maiores e menores. Referente à faixa etária, baseado nas legislações que embasaram a escola, as idades variavam de 3 a 12 anos no ensino fundamental e acima de 12 anos na EJA, com discentes de ambos os gêneros.

Na figura 19, a seguir, observa-se a turma da professora E, na qual são vistas 9 crianças de ambos os gêneros, uniformizadas e calçadas, além da elegância da professora, trajando saia longa e cintura alta, blusa de mangas curtas e fechada e sapatos.

Figura 19 - Turma professora Efigênia datada de 1958



Fonte: Acervo pessoal Estevam (2022)

No verso das fotos consta, escrito à mão, menção ao ano de 1958. Na busca de outras fontes que pudessem dar mais informações sobre o fato, verificamos que, no livro de Resultado Final (1957 a 1989), a classe da professora Efigênia não realizou os testes nesse ano.

As fotos retratam certa formalidade imposta para o período, a julgar pelos trajés. Como todos(as) estão uniformizados(as), acredita-se que os de camada mais alta compravam e, aos que não tinham condições, o uniforme era fornecido com o dinheiro do caixa escolar ou doações dos membros da sociedade Pestalozzi, considerando que era um meio para isso, como dito no Decreto nº 7.970-A de 1927, referente aos 216, 217 e 218, os quais diziam que as caixas escolares destinavam-se a cooperar nos serviços de assistência a menores indigentes com merenda, roupas, calçados, objetos indispensáveis e medicamentos, sendo de incumbência da direção tomar providências sobre tais demandas (Minas Gerais, 1927).

Interpretamos também que as imagens levantam indícios de certo avanço em termos de representatividade, aceitação e pertencimento para essas PcD, visto que, mesmo em um ambiente considerado segregacionista, deparamo-nos com um alunado devidamente uniformizado e “comportado”, ao lado de sua professora, usufruindo do “privilégio” de frequentar uma instituição de EE. Hipotetizamos que, no imaginário desses(as) alunos(as),

pais, mães e até mesmo professores(as), essa talvez fosse uma consistente possibilidade de interpretação para essa imagem, levantando em consideração que, quando nasce uma criança com deficiência no seio familiar:

Têm início então anos de confusão, medo, culpa, autopiedade. Desprezo por si mesmo. E as horas nos consultórios médicos, a espera, os intermináveis testes, diagnósticos e reavaliações. As constantes pressões sem alívio, a ausência de babás para um pouco de descanso, os crescentes problemas familiares. As preocupações com o dinheiro e as contas, as tensões acumuladas, as brigas. As incertezas, sentimentos confusos e assustadores, as frustrações normais de uma família e muitas outras. A sensação de inadequação ao ver seus filhos, aquém tanto amam, afastando-se cada vez mais do mundo “normal” que gostariam tanto de lhes dar. O que fazer? (Buscaglia, 2006, p. 5).

A dúvida e os medos impedem que muitos pais, mães e responsáveis tenham outro tipo de interpretação quando se trata da possibilidade de ver seus(suas) filho(as) enquadrados(as) em qualquer processo que os(as) aproximem de uma “normalidade” tão almejada. Entretanto, ao nosso ver, realizamos o exercício de refletir sobre o que essa foto pode representar de maneira mais realística. Visualizamos um grupo de PcD que acessaram uma instituição de ensino e possivelmente foram enquadradas no padrão considerado mais apropriado para se pertencer à sociedade. Isso indica e pode ser a razão de as ERP terem se tornado um grande sucesso na cidade de JF, por não ter havido, até aquele momento, nenhum outro meio de escolarização e/ou assistência para PcD. Dessa forma, a primeira possibilidade de acesso pode ter significado um importante dispositivo para a correção e para o alinhamento dos(as) deficitários(as) da cidade. Tal pensamento pode ser ratificado por Cristiana Delou (2007), que afirmou que esses estabelecimentos de ensino eram voltados para cura, reabilitação e correção, e corroborado pela legislação vigente no Estado (Minas Gerais, 1927), em trecho que dizia que os conteúdos trabalhados deveriam ter um viés corretivo.

No entanto, apesar de todas essas percepções, acredita-se que as ERP foram um estabelecimento de substancial representatividade para o campo da EE, à medida que ofereceu um espaço de acolhimento, assistência, educação e pesquisa para as PcD e para a cidade de JF. Na próxima seção, intitulada “O Saber”, discutiu-se sobre quais conteúdos eram trabalhados nas ERP.

7 O SABER

Em relação à organização curricular, a escola seguia as determinações da Secretaria de Educação de MG e acompanhava o programa/currículo da época para as demais deficiências e seguiram o programa educacional adotado pelo Instituto Nacional de Surdos Mudos, de modo que eram dados conteúdos de leitura, escrita, aritmética, civilidade, religião, trabalhos manuais, etc.; aspecto evidenciado no Livro de Resultado Final (1957 a 1989) e na Revista Pestalozzi (1957) (Minas Gerais, 1927; Minas Gerais, 1957; Paprocki, 1957).

Todavia, as ERP de JF/MG se embasaram em um educador chamado J. H. Pestalozzi, que rejeitou alguns preceitos da escola elementar em sua atuação e prática e acabou por influenciar a formação do ensino primário que se fez presente no século XIX. Logo, o mesmo estudioso que deu nome à instituição investigada em nosso estudo influenciou também a constituição das escolas primárias (Hilsdorf, 2006).

O modelo Pestalozziano de ensino se distanciava do rigor, da disciplina e da ordem, construídos sob o alicerce da razão nos séculos XVII e XVIII. Pestalozzi buscava aproximar sua prática educativa baseado nos sentimentos de amor, justiça, bondade natural, intuição, localizadas na vida comunitária e familiar. Portanto, o modelo de escola que embasou a construção da instituição investigada foi o baseado em Pestalozzi (HILSDORF, 2006).

Tais perspectivas podem ser verificadas nos relatos de duas professoras primárias, Maria Campos (1957) e Elza Castro (1957), publicados na Revista Pestalozzi de JF/MG no ano de 1957, nos quais foi possível observar menções ao método Pestalozziano que embasou o trabalho das docentes com seus respectivos conteúdos e no dia a dia em sala de aula.

Dessa maneira, a partir do relato da professora Maria Campos (1957), em que ela narra sobre a sua turma de Retardo Mental Profundo, na qual trabalhava com o método intuitivo usado por Pestalozzi. No entanto, em seu texto, não fica claro qual disciplina era ministrada por ela. A professora dizia realizar um trabalho prático e ativo, utilizando exemplificações constantes, histórias dramatizadas pelos(as) alunos(as), livros com páginas soltas, gravuras coloridas, cadernos de desenho. Ela relata também que, para desenvolver o controle motor, utilizava exercícios de cobrir linhas pontilhadas, primeiro retas e depois curvas, usando músicas para motivá as crianças e auxiliá-las, inicialmente, se necessário. Sugere-se que ela seja professora de algo relacionado à leitura e à escrita, na época chamada de língua materna.

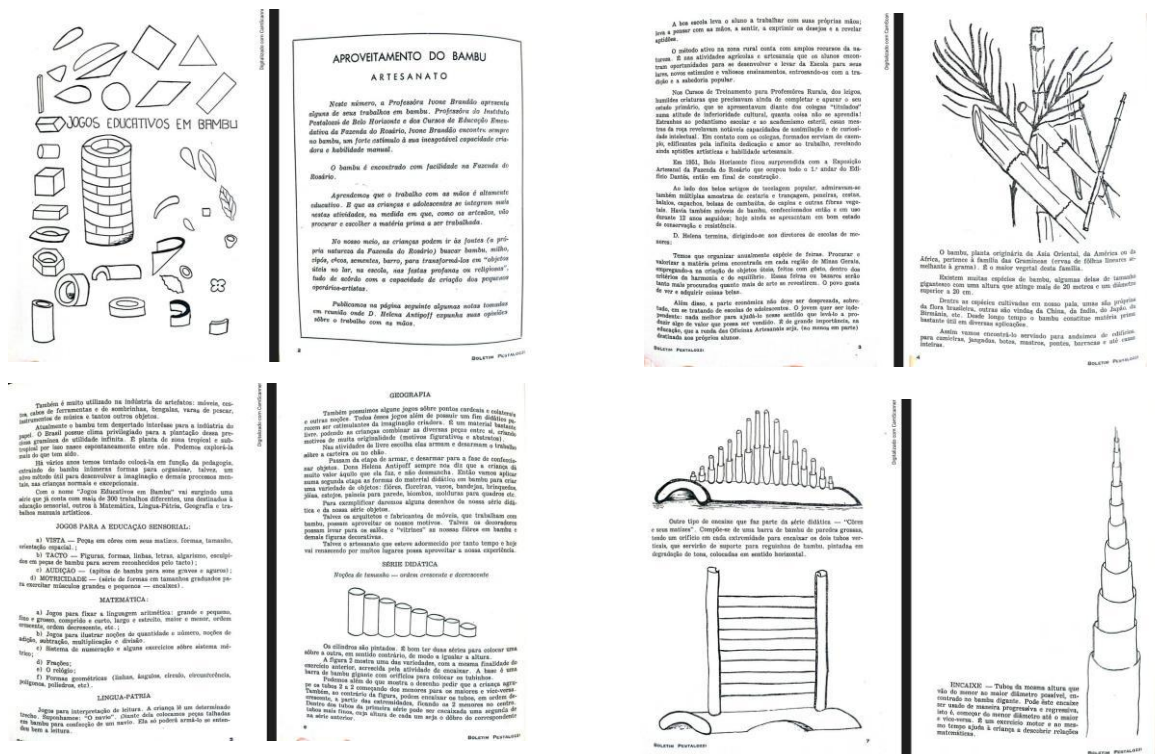
Pelo relato da professora, as aulas pareciam correr de forma tranquila sem grande dificuldade, pois ela interpreta que conseguia atenção da maior parte da sala quando o uso da

metodologia adequada e ainda comenta um fato sobre um determinado aluno que havia apresentado uma evolução no processo de ensino e de aprendizado. Esse relato é o mais próximo que conseguimos chegar, devido às poucas referências sobre a instituição na época.

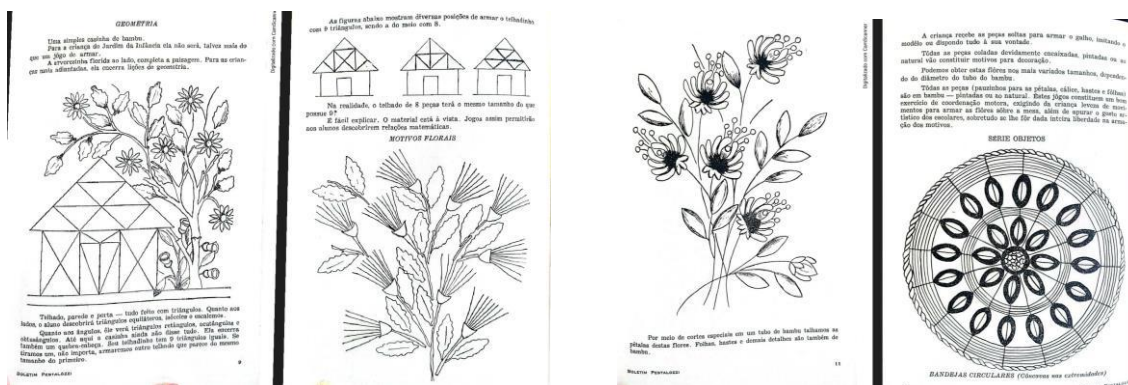
A exposição da professora Elza Castro (1957) também nos aproxima da realidade da escola naquele período, através do título “O trabalho manual nas classes de excepcionais”, que também era alicerçado nos ensinamentos de Pestalozzi, para quem que uma maneira de aquisição de conhecimentos seria pela repetição de exercícios. A professora optava por dividir os(as) alunos(as) em grupos para a realização de trabalhos com madeira, bonecas, móveis com materiais variados, como caixa de fósforo, decoração de vasos de barro, bichos de palha, tecelagem em pequenos quadros e máquinas apropriadas, no intuito de dar-lhes uma possibilidade de liberdade financeira.

O trabalho manual era uma característica forte das instituições Pestalozzi, procedimento pedagógico que foi mostrado também no Boletim Pestalozzi, trazendo ideias para jogos educativos e artesanatos com bambu, que possibilitavam diversos trabalhos, entre eles o de geometria. Esses trabalhos também eram realizados e aprendidos nos cursos de Especialização Emendativa, realizado na Fazenda do Rosário, em Belo Horizonte (BOLETIM PESTALOZZI, 1966). Ver exemplos abaixo:

Figura 20 - Trabalhos Manuais – Boletim Pestalozzi¹¹



¹¹ Este material foi disponibilizado em anexo neste trabalho.



Fonte: Infância Excepcional (1966)

Os trabalhos manuais em bambu apresentados nas imagens acima são exemplos de possibilidades de trabalho artesanais em sala de aula, como afirma a professora Ivone Brandão em texto publicado no Boletim Pestalozzi (1966, p. 2), no qual ela afirma que “[...] o trabalho com as mãos é altamente educativo. E que as crianças e adolescentes se integram mais nestas atividades, na medida em que, como os artesãos vão procurar e escolher a matéria prima a ser trabalhada [...]”. Essa fala é reforçada com o testemunho de Helena Antipoff em publicação na mesma revista, quando ela diz que: “A boa escola leva o aluno a trabalhar com as próprias mãos; leva a pensar com as mãos, a sentir, a exprimir os desejos e a revelar aptidões” (Boletim Pestalozzi, 1966, p. 3). Destaca-se ainda que esse trabalho era realizado na Fazenda do Rosário, em área rural, possibilitando o acesso dos(as) alunos(as) a esses materiais, porque a instituição incentivava o aprendizado de utensílios como uma maneira de renda (Boletim Pestalozzi, 1966).

O Boletim Pestalozzi (1966, p. 5) divulgou com o título “Jogos Educativos em Bambuu”, uma série destinada à educação sensorial, à Matemática, à Língua-pátria, a à Geografia e aos trabalhos manuais artísticos que contou com uma produção com mais de 300 trabalhos diferentes. Esses trabalhos eram expostos em feiras produzidas pela escola e alguns deles estão no Acervo da Helena Antipoff em Ibirité.

Tendo em vista do exposto, podemos ter uma noção um pouco mais específica de como o trabalho escolar era realizado, não somente nas ERP de JF/MG, como também constatar as influências advindas de Helena Antipoff e seu legado materializado na SPMG e na Fazenda do Rosário, que serviram como modelo para a criação das ERP de JF/MG (Boletim Pestalozzi, 1966).

Dando continuidade à reflexão sobre o relato da professora Elza Castro (1957), acentua-se uma fala marcante do texto, quando a professora relembra sobre ter conseguido

“adestrar”¹² um aluno, fala esta que reflete um possível entendimento que a sociedade tinha em relação à criação das ERP de JF/MG, quanto à possibilidade de “adestrar”, “normatizar”, “enquadrar” e quem sabe “curar” as PcD para retorno à sociedade. A professora diz: “o aluno, que era irritadiço, chegando mesmo a ser intratável com seus familiares, sofreu modificação para melhorar. Já admite suas falhas e procurar corrigi-las” (Castro, 1957, p. 2).

A partir dos escritos desta seção, evidencia-se que o currículo apresentado pela legislação não era seguido à risca pela instituição, visto que apresentava flexibilidade e adequações que atendessem a demanda do corpo discente, enfocando em atividades que privilegiavam os trabalhos manuais, sendo essa uma estratégia muito utilizada pelo idealizador dos Institutos Pestalozzi e comprovada pela influência que as ERP/JF sofreram da SPMG.

Na seção seguinte, tratou-se das festividades e dos eventos que possibilitaram, financeiramente, que as ERP pudessem se desenvolver durante o período investigado.

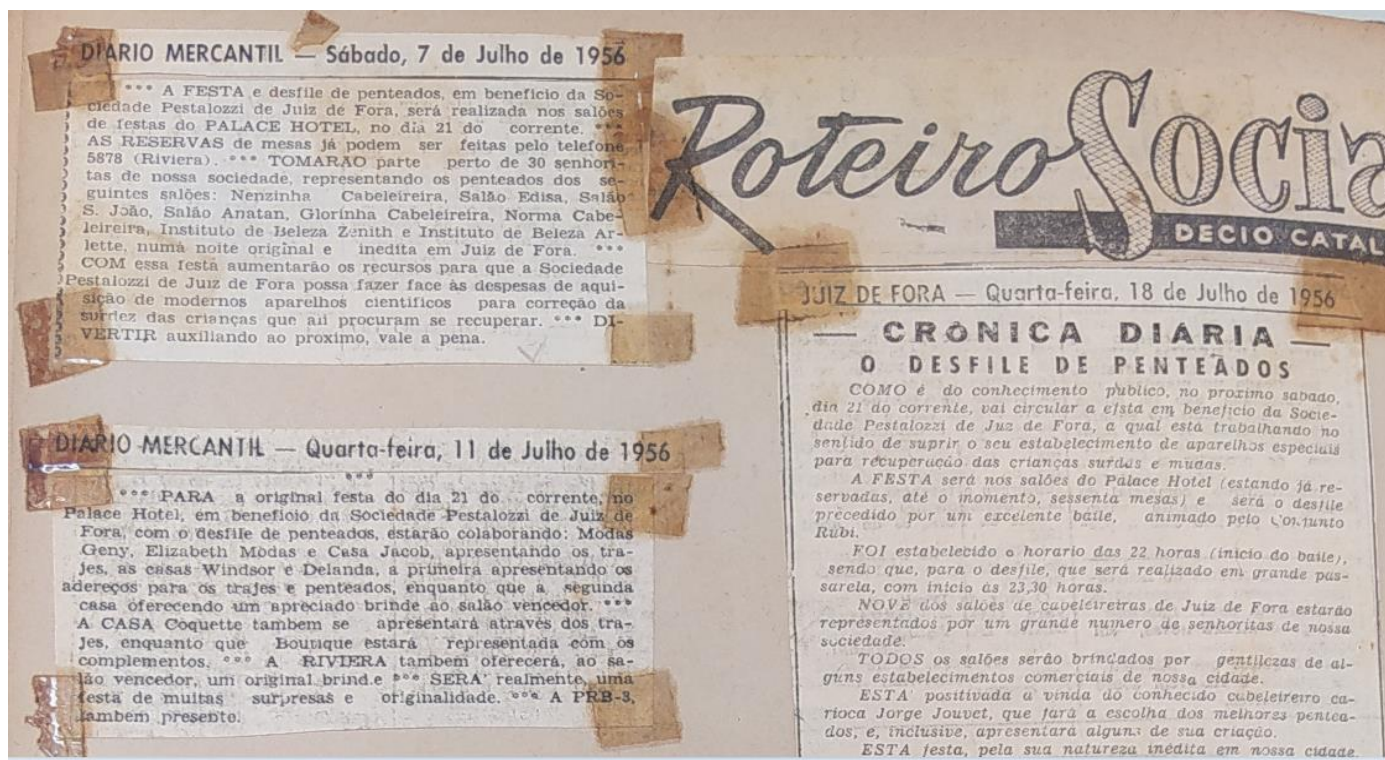
¹² Toas as expressões de cunho pejorativo serão apresentadas no texto entre aspas, com o intuito de demarcar terminologias que caíram em desuso devido ao seu extremo fator pejorativo

8 EVENTOS – FESTAS E DESFILES

As ERP de JF/MG, como já dito anteriormente, foram uma instituição constituída a partir da articulação entre o poder público e o setor filantrópico, que foram os responsáveis em suprir as necessidades financeiras da escola. O setor público atuava por meio de concessões e verbas específicas vindas do governo, dos âmbitos municipal, estadual ou federal, enquanto que o setor filantrópico, através de doações advindas de setores variados da sociedade, como a Sociedade Pestalozzi de JF/MG, o CAME e/ou os setores privados ligados a membros da classe média/alta da cidade de JF.

Para que as ERP de JF/MG tivessem acesso ao dinheiro oriundo de membros da sociedade, a comunidade escolar organizava eventos no intuito de arrecadar fundos para auxiliar na manutenção da escola. Tais eventos foram comprovados por meio de notícias de notinhas em jornais da época. Dessa forma, pudemos analisar como esses eventos aconteciam. Na figura abaixo, seguem 3 notinhas do Jornal Diária Mercantil, dos dias, respectivamente, 07/07/1956, 11/07/1956 e 18/07/1956 referentes a um evento realizado pelas ERP.

Figura 21 – Estado de Minas



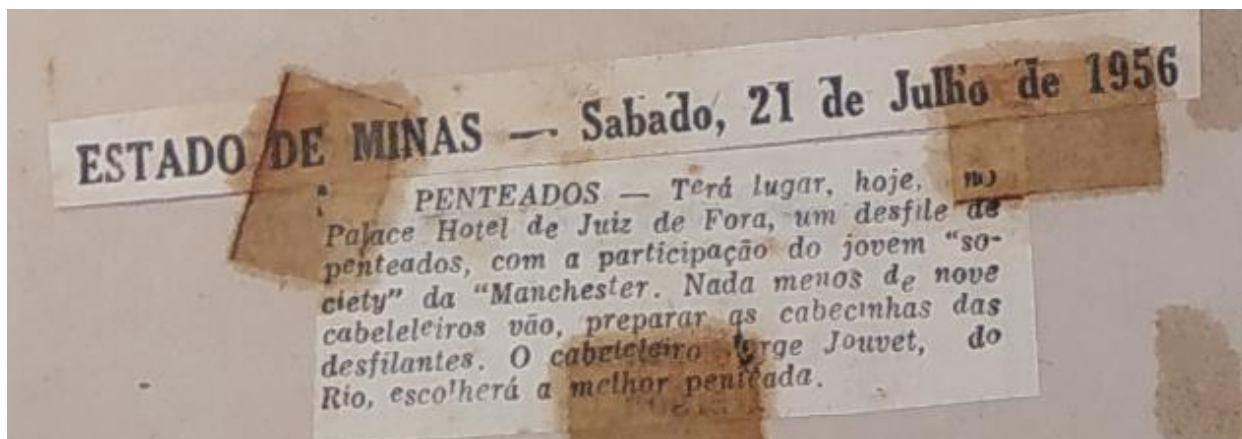
Fonte: Coleção Textuais

A primeira notinha, do dia 07/07/1956, publicada no Diário Mercantil, noticia uma festa e o desfile de penteados em benefício da Sociedade Pestalozzi de JF/MG, realizados nos salões de festa do Palace Hotel, no dia 21 de julho do mesmo ano. A notícia relata ainda que 30 senhoritas da sociedade representariam os penteados de alguns salões da cidade – Nenziha Cabeleireira, Salão Edisa, Salão S. João, Salão Anatan, Glorinha Cabeleireira, Norma Cabeleireira, Instituto de Beleza Zenith e Instituto de Beleza Arlette – e que o dinheiro arrecado com as reservas de mesas ajudaria na compra de modernos aparelhos científicos para a correção de surdez das crianças, que procuravam se recuperar na instituição.

A segunda notinha, do dia 11 de julho de 1956, reforça a data e a originalidade da festa, anunciados alguns personagens da cidade e das empresas como Modas Geny, Elizabeth Modas e Casa Jacob, Windsor e Delanda, Casa Ctoquete etc. E a última nota, do dia 18 de julho de 1956, na coluna “Crônica diária”, com o título “O Desfile de penteados”, retifica algumas informações das notinhas anteriores, resume as informações e acrescenta o horário de início da festa, que estava marcada para as 22 h.

As três notas de jornal exaltam a importância da instituição para a cidade e apresentam notoriedade, por ser sempre noticiada no Diário Mercantil. Corroborando o exposto, no dia da festa, 21 de julho de 1956, saiu ainda uma notícia sobre o evento “Penteados”.

Figura 22 – Estado de Minas – “Penteados”



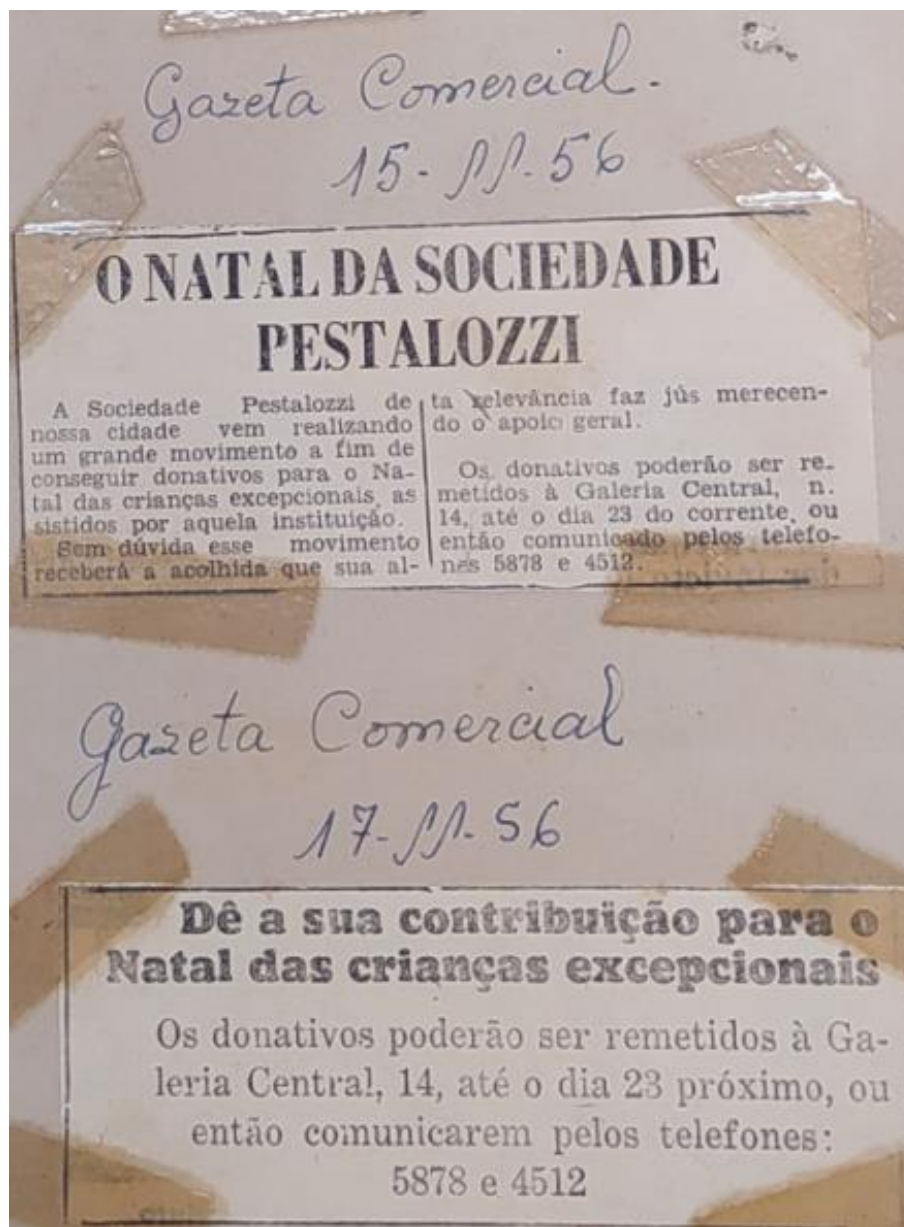
Fonte: Coleções Textuais (2008)

Destacou ainda mais a relevância das ERP e da Sociedade Pestalozzi o fato de tal nota sobre o evento penteados estar no Estado de Minas, jornal que possuía uma circulação maior.

Em 15/11/1956, a Sociedade Pestalozzi, por meio do Jornal Gazeta Comercial, anunciou em nota “O Natal da Sociedade Pestalozzi”, noticiando a realização de grande

movimento com o intuito de conseguir donativos para o Natal das crianças excepcionais, de modo a revelar também o endereço a ser entregue.

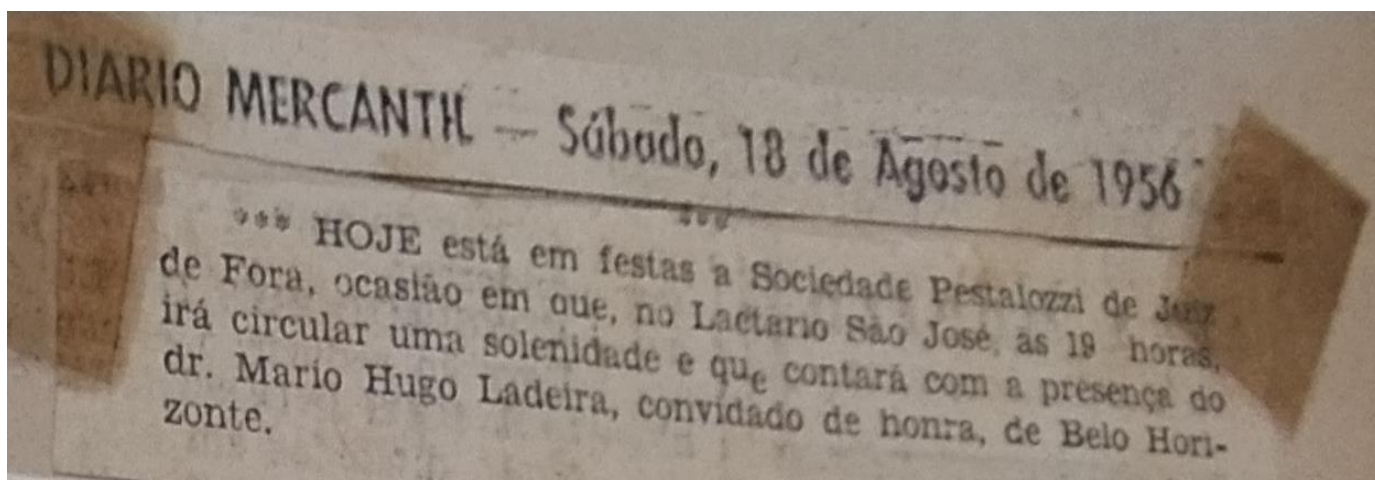
Figura 23 – Gazeta Comercial



Fonte: Acervo do Arquivo Central da UFJF

As notinhas de jornal revelam notória relevância da instituição naquele período, dando visibilidade em seus eventos, tanto que o Diário Mercantil noticiou, no dia 18 de agosto de 1956, a festa em solenidade à Sociedade Pestalozzi de JF, figura 24, abaixo:

Figura 24 – Diário Mercantil

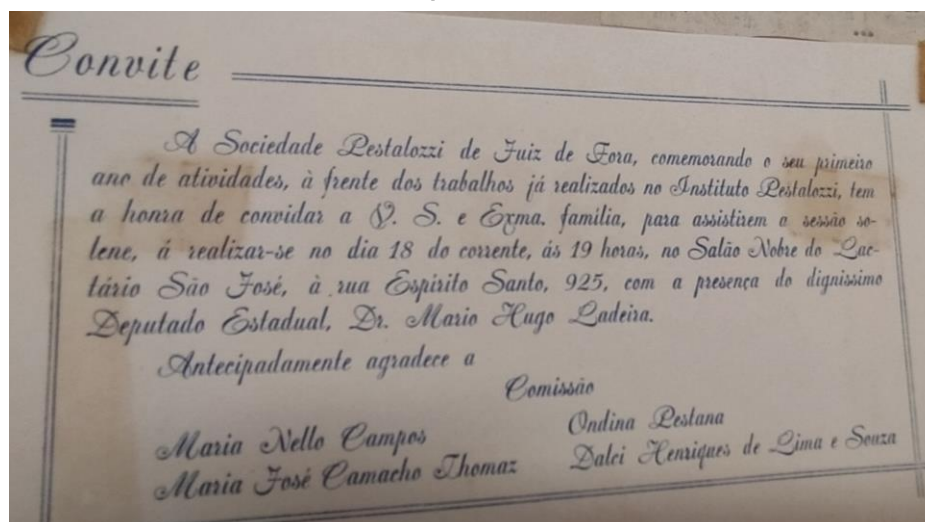


Fonte: Acervo do Arquivo Central da UFJF

Segue o convite oficial,

A Sociedade Pestalozzi de Juiz de Fora, comemorando e seu primeiro ano de atividades, à frente dos trabalhos já realizadas no Instituto Pestalozzi, tem a hora de convidar V. S. e Exma. Família, para assistirem a seção solene, à realizar-se no dia 18 de corrente, [1956] às 19 horas, no salão Nobre do Lactário São José, à sua Espírito Santo, 925, com a presença do digníssimo Deputado Estadual, Dr. Mario Hugo Ladeira. Antecipadamente a agradecer a Comissão.

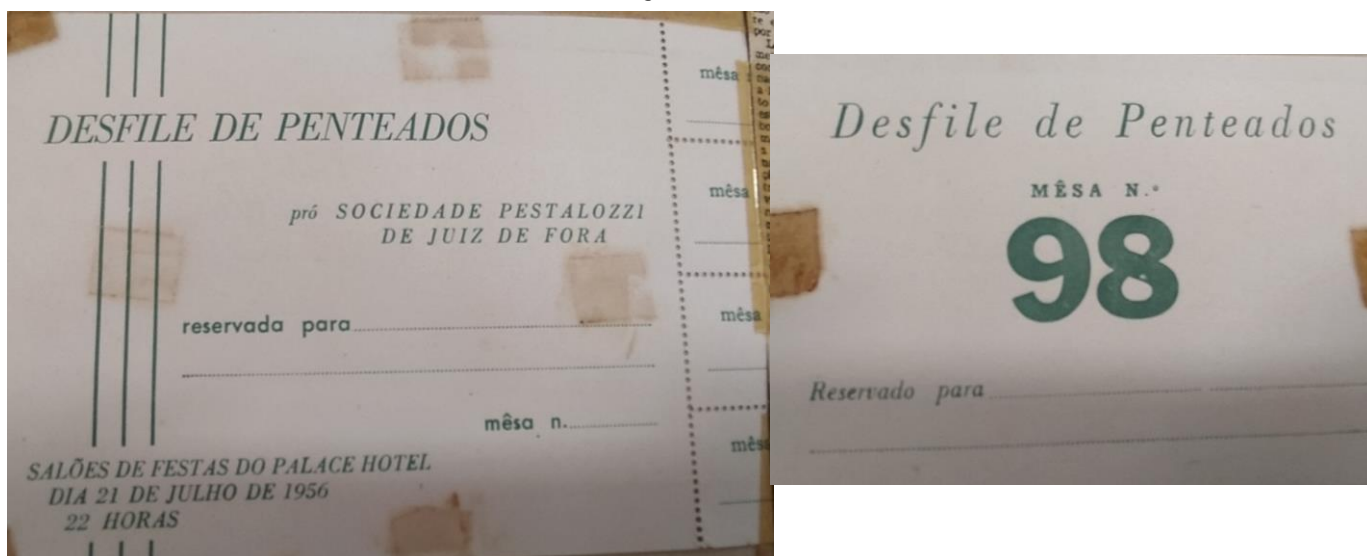
Figura 25 – Convite



Fonte: Acervo do Arquivo Central da UFJF

Os eventos mencionados demonstram que, em seu segundo ano de existência, as ERP movimentaram o contexto social da cidade de JF/MG e representavam uma instituição de grande relevância na cidade.

Figura 26 – Convites



Fonte: Acervo do Arquivo Central da UFJF

A figura 26, acima, traz imagens dos convites que eram vendidos para os desfiles de penteados que ocorreram no ano de 1956, organizados pelas ERP de JF/MG. Encerrando esta seção, pode-se observar uma nota de jornal que destaca um pedido de ajuda ao Instituto Pestalozzi de JF, por meio da primeira dama do município e do presidente da Associação Beneficente Nossa Senhora Mãe dos Pobres, Sra. Maria José de Andrade, que desenvolveu uma campanha em prol da criança excepcional.

Figura 27 – Jornal Diário Mercantil 1965



Fonte: Acervo do Arquivo Central da UFJF

Diversos outros eventos ocorreram na instituição durante os 24 anos investigados, dado o qual demonstra que a filantropia esteve diretamente envolvida no processo de desenvolvimento das ERP de JF/MG. Nesta seção, foram citados apenas alguns exemplos,

pois não foi o intuito da pesquisa apresentar todos os eventos que ocorreram durante a investigação.

Os diversos eventos e pedidos de ajuda realizados pelo viés da filantropia corroboram o proposto por Santana (2007), quando afirma que a junção entre Estado, Igreja e camadas médias e altas da população mutuamente se beneficiavam e muitas das vezes caracterizavam-se por senhoras da sociedade, que, em seu tempo livre, dispunham-se a auxiliar determinados indivíduos

Portanto, o cenário de eventos e festividades apresentado nesta seção refletem uma instituição de ensino de EE criada a partir da omissão governamental e que se apoiava na filantropia para alcançar êxito ou sobreviver. Essa união ofereceu, a princípio, benefícios para as PcD, pois forneceu a esse público um local de educação e assistência. Todavia, por intermédio de uma análise um pouco mais aprofundada, percebe-se que, talvez, os mais beneficiados foram o Estado e os atores(as) sociais, respectivamente, porque o primeiro permitiu que os setores governamentais se abstenessem de suas responsabilidades por determinado período, e o segundo, por oferecer aos(às) membros das camadas médias/altas da cidade de JF/MG um espaço para a promoção caridosa e palco para sua visibilidade.

Além disso, a omissão do governo retrata o descaso desses setores com a educação, ocasionando falta de verbas necessárias para uma educação de qualidade, levando a instituição a movimentar-se em prol de conseguir seus próprios recursos. Esse movimento, ao que tudo indica, produziu uma cultura escolar que necessitava de um calendário de eventos para um funcionamento adequado.

Para além disso, problematizou-se sobre outro ponto que diz respeito aos membros da Sociedade Pestalozzi e aos(às) colaboradores(as) que faziam parte das classes altas/médias da sociedade juizforana, em sua maioria mulheres, que, de certo modo, beneficiavam-se com o status social que os eventos organizados pelas ERP de JF/MG proporcionavam e viam nessas atividades festivas uma possibilidade caritativa.

Retrocedendo um pouco na história das instituições, não somente nos estabelecimentos para PcD voltados para a educação, mas também de assistência na cidade de JF/MG, verificou-se que, anteriormente à criação das ERP de JF/MG, havia no município um expressivo número de entidades com viés assistencialistas, que ofereciam algum tipo de acolhimento para desamparados, pobres, desvalidos etc.

Confirma o exposto a dissertação de mestrado de Paloma de Oliveira (2012), intitulada “Criança: ‘futuro da nação’, ‘célula do vício’: políticas de assistência à infância em JF/MG na transição do Império para a República”, defendida em 2009 pela Faculdade de

Educação da UFJF, que resultou no Livro “Vinde a mim os pequeninos – Políticas de educação e assistência as infâncias”. Assim, pode-se ter uma ideia geral de como eram as políticas públicas de assistência no século XIX na cidade, mesmo que o público ainda não fosse voltado para PcD e nem abranja o recorte temporal da investigação.

O livro tem por objetivo apresentar o perfil institucional da assistência no século XIX, as políticas de educação e assistência à infância, as legislações que apontaram como o Estado tratou a infância pobre, além de discursos e práticas políticas. O texto evidencia ainda que, diante da expansão do ensino laico, resultado da separação entre Igreja e Estado, a Igreja iniciou um processo de reforçar a educação de acordo com seus preceitos, e o poder público se mostrou aberto à fundação e ao desenvolvimento de instituições católicas ou dirigidas por religiosos (Oliveira, 2012).

Isso se deu também por que, segundo Oliveira (2012), da segunda metade do século XIX até meados do século XX, a criança passou a ser o foco da atenção dos(as) adultos(as), mais especificamente entre moralistas, educadores(as), médicos e juristas. Houve, então, mudanças na concepção da infância e no modelo institucional de assistência: “[...] já nas primeiras décadas do século XX, alguns autores observaram uma consolidação do modelo institucional, baseado na internação da criança ‘em perigo’ ou ‘perigosa’ em instituições fechadas.” (Oliveira, 2012, p. 12).

Uma dessas instituições foram as Casas dos Expostos, que atendiam crianças expostas, órfãs e desvalidas. Tais estabelecimentos foram criados e mantidos pela Santa Casa de Misericórdia. Esse tipo de assistência, oferecida pela roda dos expostos, funcionou no Brasil por um longo período, passou pela Colônia, multiplicou-se no Império e se manteve durante um período na República, extinguindo-se de forma definitiva em 1950, década que abarca o início do recorte temporal da nossa pesquisa, quando são discutidos outros modelos de instituições de educação e assistência, porém, focados em PcD (Oliveira, 2012). Todavia,

No caso específico de Juiz de Fora, devido à inexistência da roda de expostos na Santa Casa de Misericórdia, fundada em 1856, foram as Câmaras Municipais as principais responsáveis pela assistência à infância. O primeiro asilo de órfãs surgiria apenas nos anos finais do século XIX, sendo inaugurado em 1895 (Oliveira, 2012, p. 29).

No entanto, Oliveira (2012) destaca também outras entidades filantrópicas que atuaram em JF/MG, ressaltando que se estabeleceu, nos primeiros anos de República, por meio das associações filantrópicas, uma complexa rede de relações sociais com a sociedade e com o poder público, enfatizando ainda que se criou na cidade a cultura de doações, na qual diversos atores(as) sociais contribuíam com essas instituições por meio de doações,

organização e/ou participação em eventos beneficentes. É possível inferir que essa cultura se manteve durante o período investigado de nossa pesquisa, complementando a ideia proposta anteriormente de que os eventos realizados pelas ERP de JF/MG se tornaram palco não somente para dar visibilidade para os membros da sociedade juizforana como também sendo uma possibilidade para exercer a retomada do exercício da caridade, impossibilitada com o fechamento das Casas dos Expostos em 1950 (Oliveira, 2012).

A população via na caridade uma possibilidade de salvação (Pinto, 2008), dessa forma infere-se que a criação das ERP de JF/MG, com a realização de seus grandes eventos, desfiles e solenidades, permitia que a sociedade pudesse se exibir, com o bônus de que tudo seria retratado nos jornais de maior relevância do período.

Endossa o exposto Camila Santana (2007), em pesquisa documental realizada a partir de fontes de uma instituição de assistência social voltada para o atendimento de pobres, doentes e inválidos(as), entre os anos de 1937 a 1945, chamada de Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo, na cidade de Curitiba. A autora nos apresentou algumas possibilidades motivacionais que podem estar por trás das pessoas que gerenciam esse tipo de estabelecimento de caridade. Mesmo que o tipo e a finalidade da instituição investigada no nosso estudo e a instituição apresentada por Santana (2007) sejam diferentes, a ideia por trás das ações prestadas pela sociedade juizforana em prol da Sociedade Pestalozzi pode se enquadrar no mesmo fim.

Dessa forma, Santana (2007), embasada em Brepohl de Magalhaes (2004), estudiosa da área das sensibilidades coletiva, apresentou que, por meio de uma só ação, a assistência engloba três figurações de poder: o reconhecimento da existência de diferenças socioeconômicas, o reconhecimento dos agentes dessas instituições e a constituição da aliança entre Estado, Igreja e camadas médias e altas da sociedade brasileira.

Os três pontos assinalados no trecho acima nos auxiliam a compreender melhor como se dava, de maneira geral, o pensamento embutido por trás de muitas das instituições de caridade dos primeiros anos da década de 1900, nas quais, através de união entre Estado, Igreja e camadas médias e altas da população, esses atores mutuamente se beneficiavam e, em muitas vezes, caracterizavam-se por senhoras da sociedade, que, em seu tempo livre, dispunham-se a auxiliar determinados indivíduos (Santana, 2007).

Assim sendo, Santana (2007) reflete sobre essa relação entre Estado, Igreja e extratos sociais mais elevados da sociedade que se alicerçam em pressupostos como a necessidade da existência de pobres, doentes e inválidos(as), para que os(as) cristãos(ãs) pudessem, e ainda possam, obter redenção. O Estado cumpre o seu papel auxiliando na manutenção das

instituições caridosas, ao mesmo tempo em que transfere sua responsabilidade e, por meio da hierarquia existente entre as senhoras que organizaram as associações, faz com que elas conquistassem influência e status social, o que também pode ser comparado às notinhas de jornais e festividades promovidas pela Sociedade Pestalozzi de JF/MG. Conclui-se, então, que existia uma complexa rede de interesses entre os(as) atores(as) sociais que compunham a direção, a organização e o auxílio das instituições filantrópicas e caritativas da sociedade brasileira entre os anos de 1900.

Finaliza-se esta seção não com o intuito de desmerecer as reais intenções por parte das mulheres e das mães que saíram em busca de assinaturas em prol da criação de um espaço que pudesse receber seus(suas) filhos(as) com algum tipo de deficiência. Porém, houve o objetivo de problematizar como a criação dessas instituições não tinha um caráter puramente filantrópico e social, mas também carregava certa vaidade trazida por aqueles(as) que se envolviam nessas ações para se autoafirmarem enquanto pessoas de bem, nas camadas sociais mais altas.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Direcionando-se para considerações finais sobre a investigação, almeja-se que os objetivos tenham sido alcançados, que pontes tenham sido construídas e que novos e velhos conhecimentos tenham sido reagrupados ao redor de novas premissas, em prol de dar respostas ao que se comprometeu o estudo: investigar as origens da Escola Estadual Maria das Dores de Souza (EEMDS) de JF/MG, inicialmente Escolas Reunidas Pestalozzi (ERP), buscando compreender como essa instituição se constituiu e se estabeleceu durante os anos de 1955 a 1979.

Depois desse longo percurso de 24 anos, acredita-se que foi possível contar um pouco da história das ERP da cidade de JF, alcançando-se o objetivo proposto, que nasceu a partir de questões e indagações que surgiram lá atrás, em meio às vivências da pesquisadora em sua primeira prática como professora de EF na EEMDS, antiga ERP. Dentre essas questões e indagações temos: Como as ERP se originaram? E, ainda, como se deu o seu processo de organização e desenvolvimento, na cidade de JF, entre os anos de 1955 a 1979?

Nesse percurso, diversas pontes precisaram ser construídas, entre o passado e o presente, para dar respostas a essas indagações e para que os objetivos fossem alcançados, (Halbwachs,1990). Dito isso, de forma resumida, anseia-se mostrar, resumidamente, qual metodologia foi utilizada e quais fontes foram encontradas para nos dar suporte e auxiliar a compreender as origens das ERP, assim como entender como se deu sua organização e desenvolvimento.

Para tanto, a partir de uma pesquisa documental e correlação de fontes bibliográficas, documentais e iconográficas e por meio de uma abordagem qualitativa, construiu-se uma ponte entre o passado e o presente (Halbwachs, 1990) e pode-se levantar indícios sobre a origem da EEMDS e sobre como se organizou e se desenvolveu entre os anos de 1955 e 1979. No decorrer do texto, foram apresentado mais detalhadamente o trajeto metodológico, que se dividiu em 6 momentos:

No primeiro momento, visitamos as EEMDS e tivemos acesso a alguns documentos escolares, entre eles PPP, RE e livros de registros. No segundo momento, fomos ao Arquivo Central da UFJF e encontramos um livro contendo recortes de jornais entre outros documentos. Já no terceiro momento, entramos em contato com fotografias antigas, por meio de uma ex-professora da escola e, na quarta etapa, visitamos a Biblioteca Murilo Mendes e achamos um livro do século XIX, que falava sobre o assistencialismo na cidade de JF. Na

quinta fase, fomos ao Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora (PJF) e, no sexto passo, visitamos o Acervo Helena Antipoff, em Ibirité, região metropolitana de BH.

Em mãos com os respectivos achados, deu-se início ao processo de análise e chegamos à primeira evidência: a EEMDS foi assim denominada no ano de 1980, mas sua gênese se encontra nas Escolas Reunidas Pestalozzi (ERP), inaugurada em JF em 1955.

Dessa maneira, realizando uma breve reflexão em relação aos 24 anos que foram assinalados nesta seção, dividindo os períodos por décadas, conclui-se que, na década de 1950 – de 1955 a 1959 –, a instituição passou por um período de criação e adaptação. Da década de 1960 em diante, a escola já estava mais consolidada, havendo um período de organização, com eventual mudança para a sede oficial e para a criação do CAME, centro este que auxiliava na manutenção da instituição, não somente com investimentos financeiros, como a doação de terreno do atual endereço, mas também com o fornecimento de mão de obra qualificada, composta por especialistas e profissionais da área da saúde que assistiam e atendiam aos(as) alunos(as) da escola.

Além disso, a LDB/1971 definiu a obrigatoriedade da educação de 7 a 14 anos, outro fato que pode ter contribuído para o desenvolvimento da instituição, visto que, de acordo com o Livro de Ocorrência (1961 a 1979), alguns(as) alunos(as) foram eliminados(as) da instituição, de forma que a causa apontada era “conveniência dos pais”, causa esta que não parece ser uma justificativa plausível, diferente de outros(as) discentes excluídos por motivos diversos como, por exemplo, transferência, doença, morte, entre outros. A expressão “conveniência dos pais” gera dúvidas. O que essa expressão significa? O que era conveniente para pais e mães não levarem seus(suas) filhos(as) à escola? Se assim for, a partir dessa legislação, existia uma obrigatoriedade em matricular os(as) alunos(as) na escola se eles(as) se enquadrassem nessa faixa etária. Dessa maneira, considera-se que essa obrigatoriedade contribuiu para o aumento do número de matriculados(as) e colaborou para o desenvolvimento da instituição (Brasil, 2005; Brasil, 1961).

Esse desenvolvimento da instituição também está aliado ao processo de expansão da EE no país, na década de 1970, conforme afirma Claudio Baptista (2019):

Os anos 1970 marcam, portanto, um momento de ampliação de serviços públicos, como as classes especiais, e de inserção da educação especial na esfera da gestão pública por meio do Cenesp, o qual será posteriormente transformado em Secretaria de Educação Especial (SEESP). Nesse momento histórico, havia o predomínio de uma concepção relativa à escolarização condicionada, pois, a depender das limitações do aluno, o encaminhamento deveria indicar o serviço – classe especial ou escola especial –, em geral de caráter substitutivo ao ensino comum. (BAPTISTA, 2019, p.16)

Dessa forma, motivados por essa ampliação de serviços e associado ao processo de desenvolvimento da instituição, com visível ampliação do número de matriculados(as), conforme tabela 31, fizeram com que a escola naturalmente fosse se estatizando, pois, desde 1975, as salas eram mantidas pelo Estado, e, em 1976, ela denominou-se ERP de JF/MG e, seguindo o fluxo de desenvolvimento ao qual passa o campo da EE no país, em 1980, a escola muda de nome e passa a se chamar Escola Estadual Maria das Dores de Souza.

Em relação ao quantitativo de estudantes da instituição, foi produzido um quadro geral com esses dados para que pudéssemos tecer reflexões. Vale ressaltar que o quadro foi criado a partir de análise do livro de Resultado Final (1957 a 1989) e sa Revista Pestalozzi (1957), no ano de 1957, ano em que a escola iniciou os testes parciais e finais de promoção de alunos(as) e ainda produziu uma revista. Dito isso, observam-se os anos de 1955 e 1956, com 54 e 101 alunos(as) matriculados(as), respectivamente, conforme foi informado na Revista (1957).

Quadro 31 - Quantitativo Geral de Alunos por Ano

Ano	Jardim de Inf.	Pré-prim.	1º série Prel.	1º série Básica	1º série	2º série	3º série	4º série	Def. de ling.	Surdos Mudos maiores	Surdos Mudos menores	Total
1955												54
1956	15	27			15	15			13	9	7	101
1957					15	18						33
1958					22	6						28
1959					38	11	8					57
1960					42	18	9					69
1961			24	8		7	12					51
1962		13	14	16		12	15	3		9		82
1963		13			43	13	8	4		15		96
1964		14			37	26	10	9		3		99
1965		47			36	45	11	7				146
1966		26			52	23	10	8				119
1967					52	29	12	9				102
1968					38	30	16	15				99
1969					44	33	13	10				100
1970					46	32	19	10				107
1971					54	41	28	15				138
1972					53	34	25	20				132
1973					47	52	29	15				143
1974					83	29	41	15				168
1975					34	62	55	42				193
1976					77	30	27	22				156
1977					96	49	13	17				175
1978					123	51	30	8				212
1979					113	55	24	7				199
	15	140	38	33	1163	743	418	236	13	9	7	2884

Fonte: os(as) autores(as) (2023)

Dessa forma, do ano de 1957 em diante, não conseguimos mais informações exatas em relação ao quantitativo de discentes, as informações foram retiradas do livro de Resultado Final, realizando a contagem das classes descritas em cada ano, para, dessa forma, deduzimos os dados. Somente conseguimos ter um quantitativo exato em relação ao total de discentes no ano de 1957, pois as informações foram retiradas da Revista Pestalozzi (1957), uma revista de cunho científico e informativo. Já em relação ao Livro de Resultado Final (1957 a 1989), sendo um documento escolar de uma instituição em contínuo processo de desenvolvimento, constata-se que as informações tinham o intuito de documentar os resultados dos testes realizados pelos(as) discentes, em forma de ata e para registro interno (Brasil, 1957); possivelmente a escola não associava que esses documentos serviram de fontes para futuras pesquisas.

Provavelmente, do ano de 1957 a 1961, havia mais alunos(as) matriculados(as), contudo só esses(as) alunos(as) indicados(as) no quadro realizaram os testes. A partir do ano de 1962, há um aumento de número de classes que realizavam os testes, demarcando um crescente, atingindo número máximo no ano de 1978, com 212 discentes. Tais aumentos foram influenciados pela ampliação de políticas públicas voltadas para a EE, que se desenvolveram à medida em que a instituição também ia se desenvolvendo. No início da década de 1970, o país vivia um período de milagre econômico, com expansão do setor siderúrgico, inclusive em JF com início da implementação da Mendes Júnior. Em relação ao setor educacional, a EE começou a se consolidar com legislações mais efetivadas, com a LDB/1971 entre outros pontos, que, com certeza, influenciaram o aumento do alunado das ERP de JF/MG (Bastos, Júnior, Mattos, 2010; Minas Gerais, 1957; Brasil, 1971).

Observa-se que não foram encontrados registros que nos confirmassem a origem dos(as) alunos(as) que se matriculavam na escola, apenas que os testes de conclusão da 4ª série eram realizados na Escola Estadual Francisco Bernadino. Sobre essa informação, a professora Maria Mendes nos constou que as provas eram realizadas nessa escola para que o diploma dos(as) formandos(as) não tivesse a assinatura de uma escola de EE. Parece claro que esse evento se relaciona ao fato de que a criação das ERP de JF/MG aconteceu em um período altamente segregacionista, demarcado inclusive por legislações que, ao mesmo tempo em que ratificavam o direito de atendimento escolar às PcD, como pode ser observado no Decreto nº 7.790, sugeriam que as EE deveriam ser construídas em lugares afastados do centro das cidades (Minas Gerais, 1927). Portanto, um diploma cadastrado em uma escola pública para pessoas não deficientes ocultaria a real identidade social dessas PcD.

Importante refletimos também sobre o apagamento de pessoas que fizeram parte do processo de criação das ERP de JF/MG e não foram citadas em nenhum documento. Assim, apagou-se grupo de mulheres, mães de PcD, que iniciaram o movimento de recolher assinaturas para criação da instituição. Tal fato nos remete a Norbert Elias (2001) ao criticar, em seus escritos, um problema da historiografia antiga que se preocupava em apenas relatar fatos de sujeitos que foram considerados importantes pela história, silenciando, assim, outros(as) tantos(as) que fizeram parte dos acontecimentos, mas não receberam a devida importância.

Nossos dados nos levam a indicar que as ERP de JF/MG foram a primeira instituição de cunho educacional e assistencialista da cidade de JF que possibilitou o acesso à educação a PcD por meio da união do setor público e privado com fins filantrópicos. Vislumbra-se, assim, um contexto histórico favorável nos âmbitos econômicos, sociais, políticos e educacionais que atendesse ao público da EE ao mesmo tempo em que possibilitava que um segmento das classes mais altas/médias juizforanas exercesse o seu chamado à caridade.

Nesse processo, a escola foi criada a partir do movimento de mulheres, organizou-se por meio de articulações políticas de escolarização, destacando o Decreto nº 7.790 de 1927 de MG, e outros tantos que na sequência permitiram que a instituição não só fosse criada, mas se desenvolvesse e se consolidasse.

O desenvolvimento das ERP de JF/MG perpassou por 3 décadas. Inicialmente a instituição se manteve com auxílio da Sociedade Pestalozzi, do CAME e do Estado, além de doações e dinheiro advindos de festas e comemorações organizadas pela comunidade escolar. O processo de seriação se deu embasado nas legislações da época que dividiam o ensino primário e o ensino infantil, entre séries e períodos, respectivamente, no qual a escola tinha autonomia para criar critérios para resolver as demandas do corpo discente até que cumprisse “os 7 anos letivos” referentes aos 3 períodos da educação infantil e as 4 séries do ensino nas ERP de JF/MG. Com isso, ocorreria de acordo com o seu processo de ensino aprendizagem e com os critérios estipulados para ocupação de classes ou turmas.

Portanto, constatamos que a criação das ERP de JF/MG, no ano de 1955, só foi possível devido a um contexto histórico nacional e estadual favorável em relação às questões ligadas à EE, marcado por diversas campanhas em prol da PcD e por articulações entre políticas, sendo o Decreto nº 7970 de 1927 que regulamentou o Ensino Primário em MG. A normativa inaugurou a entrada de PcD no processo de escolarização institucionalizada, associado a um cenário juizforano escasso em relação ao acesso de PcD e ao forte protagonismo de mulheres em contextos de lutas, aliado à influência de atores sociais da

classe média/alta de JF e à omissão do governo, investindo na parceria poder/público/filantropia e, ainda, à forte influência dos setores religiosos, que culminou na criação das ERP de JF/MG.

Dessa maneira, constata-se que as ERP de JF/MG foram criadas no ano de 1955, com a fundação da Sociedade Pestalozzi, e posterior Instituto Pestalozzi, por meio do Decreto N° 7.970-A, de 15 de outubro de 1927, que regulamentou o Ensino Primário em MG, organizou-se a partir de membros da sociedade juizforana, da filantropia e do poder público, demarcando a relação entre filantropia e o poder público.

Como resultado, identificamos que as ERP/JF foram, possivelmente, a primeira instituição de EE criada por um grupo de mães da cidade de JF, inspirada na Sociedade Pestalozzi de MG (SPMG), a partir de políticas públicas que se articularam entre o poder público e a filantropia, que, durante um período de 24 anos (1955 a 1979), atenderam cerca de 2884 alunos(as), com o objetivo proporcioná-lhes formação até 4º série do ensino fundamental. No ano de 1976, denominou-se instituição estadual e, em 1980, mudou de nome e passou a se chamar Escolas Estadual Maria das Dores de Souza (EEMDS).

Conclui-se que as ERP de JF/MG foram criadas entre a promulgação de duas iniciativas governamentais voltadas para a educação, a LDB/1961 e a LDB/1971, que exerceram influência no processo de evolução da EE e das ERP de JF/MG. Acreditamos que a segunda exerceu representativa influência no aumento do número de matrículas nas ERP de JF/MG no decorrer dos anos investigados. Tais pontos reafirmam as discussões de outros(as) autores(as) da área de EE que apontam que a década de 1970 foi marcante para a área.

Outro fato que deve ser problematizado, que perpassou a nossa investigação desde a busca e a pesquisa de fontes, refere-se à dificuldade de encontrá-las e de analisá-las. O primeiro ponto que contribuiu para essas dificuldades está relacionado ao fato de que os pesquisadores em questão não são da área da historiografia e da pesquisa documental, e, por isso, não tínhamos experiência com esse tipo de investigação e metodologia. O segundo fato diz respeito à forma como os documentos escolares eram feitos e arquivado na época investigada. A falta de padrão ou a falta de locais adequados para o arquivamento de determinados documentos dificultam muito o acesso do pesquisador(a). Neste estudo, deparamo-nos também com uma escassez de produções sobre a EE na cidade de JF no início do século XX.

Encerramos esta dissertação com o desejo de ter alcançado os objetivos pretendidos, ressaltando que não tivemos a intenção de esgotar o tema, portanto sugere-se que novas pesquisas sejam realizadas em prol do enriquecimento e da ampliação da área da EE. Em

relação a expansão e aprofundamento da temática específica, sugere-se dar continuidade ao recorte temporal dessa investigação e, ainda, pesquisar como se deu o processo de inserção da disciplina EF nessa instituição – nosso foco inicial da investigação, mas que não foi possibilitado pela ausência de fontes consistentes, o que não deixa de ser um resultado intrigante por se perceber que a falta de menção de EF pode ser um indício de negligência a ela.

Despedimo-nos frisando que, ao longo do percurso investigativo, enfrentamos vários obstáculos, pois nem sempre havia pontes estáveis. Entretanto, à medida em que achávamos alguma fonte, a trajetória se tornava menos tortuosa, os caminhos se abriam e se tornavam surpreendentes. E foi assim que conduzimos essa investigação, envoltos em altos e baixos, mas em uma constante busca, que nos permitiu construir as pontes necessárias para instaurar as rupturas do caminho.

6 REFERÊNCIAS

A EDUCAÇÃO. A Educação Especial no Brasil após 1950. CEDERJ, 2023. Disponível em: <http://www.unirio.br/cch/escoladeturismologia/pasta-virtuais-de-docentes/maria-angela-monteiro-correa/educacao-especial-textos-da-disciplina/aula-4>. Acesso em: 15 jul. 2023.

ADORNO, Thais Lira França; MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. A metodologia de Pestalozzi e o ideário da Escola Nova. **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 42, p. 1-12, 14 abr. 2020. Universidade Estadual de Maringá. <http://dx.doi.org/10.4025/actascieduc.v42i1.48511>.

AMÂNCIO, Márcia Helena; CASTIONI, Remi. Anísio Teixeira e o Plano Nacional de Educação de 1962 – qualidade social na construção da pessoa humana e da sociedade. *Rev. Bras. Estud. pedagog.*, Brasília, v. 102, n. 262, p. 723-741, set./dez. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/J6zLzgVBbYcMQk8FGkFXdBG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 19 jul. 2023.

AMARAL, Alessandra da Silva Souza Avila. **A formação do professor a partir do lúdico: um possível caminho para identificação de alunos com altas habilidades/superdotação. 2013. 128 f.** 2013. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação) –Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: [https://ppge.educacao.ufrj.br/dissertacoes2013/aleavila\(1\).pdf](https://ppge.educacao.ufrj.br/dissertacoes2013/aleavila(1).pdf). Acesso em: 15 jul. 2023.

ANNA, Jorge Santa; CAMPOS, Suelen de Oliveira; CALMON, Maria Aparecida de Mesquita. Diferenças e semelhanças entre arquivos e bibliotecas: o profissional da informação em evidência. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, v. 29, n. 1, p. 95-113, 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/489014>. Acesso em: 4 maio 2023.

APAE. Sobre a organização, 2023. Disponível em: <https://www.atados.com.br/ong/associacao-de-pais-e-amigos-dos-excepcionais-apae-rio>. Acesso em: 15 jul. 2023.

ASSIS, Renata Machado de. A educação brasileira durante o período militar: a escolarização dos 7 aos 14 anos. **Educação em Perspectiva**, v. 3, n. 2, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.22294/eduper/ppge/ufv.v3i2.171>. Acesso em: 25 abr. 2023.

ASSIS, Raquel Martins de; LIMA, Cristina Rodrigues de Oliveira. Revista do ensino de Minas Gerais (1925 – 1940/1946-1970). **Portal Pioneiros da Educação Especial no Brasil**. Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://portalpioneiros.fae.ufmg.br/revista-do-ensino-de-minas-gerais-1925-1940-1946-1970/>. Acesso em: 16 jul. 2023.

ANTIPOFF, Cecília Andrade; CAMPOS, Regina Helena de Freitas. Superdotação e seus mitos. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 14, p. 301-309, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/cFcPTS7QRGqk9mKZsW5tWVz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2023.

BACELLAR, Carlos. Fontes Documentais: uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 1-302.

BARBOSA, Esther Augusta Nunes Barbosa. Revista Infância Excepcional: Estudo, Educação e Assistência a Excepcional. **Portal Pioneiros da Educação Especial no Brasil**. Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://portalpioneiros.fae.ufmg.br/revista-infancia-excepcional-estudo-educacao-e-assistencia-ao-excepcional/>. Acesso em: 16 jul. 2023.

BASTOS, Suzana Quinet de A. et al. Juiz de Fora: análise do desenvolvimento industrial e dos desafios colocados pela implantação da Mercedes-Benz. In: **Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira [Anais do 10º Seminário de Economia de Minas Gerais]**. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2002. Disponível em: <https://www.slideshare.net/LilianMilena/juiz-de-fora-anlise-do-desenvolvimento-industrial-e-dos-desafios-colocados-pela-implantao-da-mercedesbenz>. Acesso em 06/04/2023.

BASTOS, Suzana Quinet de Andrade; JUNIOR, Lourival Batista de Oliveira; MATTOS, Rogério Silva. Implantação da Siderúrgica Mendes Júnior em Juiz de Fora (MG). **História Econômica & História de Empresas XII**, 2, p. 37-62, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.29182/hehe.v12i2.97>. Acesso em: 15 jul. 2023.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. 1º edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOLETIM PESTALOZZI. **Jogos Educativos em Bambu**. Belo Horizonte (Ibirité). Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais (SPMG), 1966.

BORGES, Adriana Araújo Pereira; SILVA, Paulo Vitor Rodrigues da; OLIVEIRA, Ilmer Maciel. Normas da Educação Especial mineira: da fase excludente a inclusão. In: Anais do 8º congresso brasileiro de educação especial, 2018, São Carlos. **Anais eletrônicos**. Campinas, Galoá, 2018. Disponível em: <https://proceedings.science/cbee/cbee-2018/papers/normas-da-educacao-especial-mineira--da-fase-excludente-a-inclusao>. Acesso em: 10 maio. 2022.

BORGES, Adriana Araújo Pereira; CAMPOS, Regina Helena de Freitas. A escolarização de alunos com deficiência em Minas Gerais: das classes especiais à educação inclusiva. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 24, p. 69-84, 2018. Educação Especial. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/LQtdqFdyY96ftb3wTchhVxv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2023.

BORGES, Adriana Araújo Pereira; BARBOSA, Esther Augusta Nunes. Helena Antipoff e a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais: filantropia e ciência em prol dos anormais. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 26, p. 163-177, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/BY3MK69V3L4dcnfqZTtNwrq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 mar. 2022.

BORGES, Adriana Araújo Pereira; CAMPOS, Regina Helena de Freitas; SILVA, Paulo Vitor Rodrigues da (org.). **Três fases da educação especial em Minas Gerais: um resgate iconográfico**. Belo Horizonte: UFMG/FAE, 2020. 249 p. Disponível em: <https://lappei.fae.ufmg.br/3-fases-da-educacao-especial-em-minas-gerais-um-resgate-iconografico/>. Acesso em: 01 abr. 2023.

BRASIL. Decreto nº 5.895, de 20 de outubro de 1943. **Autoriza O Aproveitamento de Indivíduos de Capacidade Reduzida e Dá Outras Providências.** Rio de Janeiro. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/530990>. Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946. **Lei Orgânica do Ensino Primário.** Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 16 jul. 2023.

BRASIL. Decreto nº 42728, de 03 de 1957. **Instituiu A Campanha Para A Educação do Surdo Brasileiro.** Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/91724-institui-a-campanha-para-a-educacao-do-surdo-brasileiro.html>. Acesso em: 10 jul. 2023.

BRASIL. Decreto nº 44236, de 01 de agosto de 1958. **Institui A Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficitários Visuais.** Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/89943-institui-a-campanha-nacional-de-educacao-e-reabilitacao-dos-deficitarios-visuais.html>. Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. Constituição (1960). Decreto nº 48.961, de 22 de setembro de 1960. **Constitui a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais.** Brasília, DF, Seção 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-48961-22-setembro-1960-388634-publicacaooriginal-1-pe.html/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 19 jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. **Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola médica, e dá outras providências.** Brasília, DF. DOU, 23 nov. 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm. Acesso em: 03 jan. 2022.

BRASIL. Decreto nº 63.258, de 19 de setembro de 1968. **Dispõe sobre o projeto especial prioritário do Programa Estratégico para o Desenvolvimento, denominado “Operação Escola.** Brasília, DF. Disponível em: <https://dou.vlex.com.br/vid/decreto-n-63-258-751128581>. Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 1, de 1969. **Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967.** Brasília, DF. 17 out. 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-1-17-outubro-1969-364989-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 13 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.** Federal. DOU, 12 ago. 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm#:~:text=LEI%20No%205.692%2C%20DE%2011%20DE%20AGOSTO%20DE%201971.&text=Fixa%20Diretrizes%20e%20Bases%20para,graus%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias. Acesso em: 03 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. **Dispõe Sobre A Política Nacional e Arquivos Públicos e Privados e Dá Outras Providências**: Federal. DOU, BRASÍLIA, DF, 28 jan. 1991. p. 455. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 25 abr. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, MEC/SEF. 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro07.pdf>. Acesso em 30 dez. 2022.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York**, em 30 de março de 2007. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 30 dez. 2022.

BRASIL. Decreto nº10.502, de 30 de setembro de 2020. **Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10502.htm. Acesso em 21 ago. 2021.

BRASIL. Institucional. **Saiba quem foi Anísio Teixeira e conheça seu legado**. Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/saiba-quem-foi-anisio-teixeira>. Acesso em: 10 jul. 2023.

BRASIL. Decreto nº 4.073, de 03 de janeiro de 2002. **Regulamenta a Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados**. Federal. DOU. Brasília, DF, 04 jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4073.htm#:~:text=Regulamenta%20a%20Lei%20no,de%20arquivos%20p%C3%BAblicos%20e%20privados.&text=NACIONAL%20DE%20ARQUIVOS-,Art.,Arquivo%20Nacional%2C%20criado%20pelo%20art. Acesso em: 25 abr. 2021.

BRASIL. **Projeto Escola Viva. Garantindo acesso e permanência de todos s alunos na escola. Necessidades educacionais especiais dos alunos**. Visão Histórica. Ministério da Educação. 2º ed. V. 5, Brasília, 2005. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/visaohistorica.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional**. 4. ed. Brasília, DF: Senado Federal, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 25 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.585, de 26 de dezembro de 2017. **Institui a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla**. Brasília: Senado Federal, 27 dez. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13585.htm. Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conheça a história da educação brasileira**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/33771-institucional/83591-conheca-a-evolucao-da-educacao-brasileira>. Acesso em 08 nov. 2022.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla**, 2018, p. 1. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/agosto/semana-nacional-da-pessoa-com-deficiencia-intelectual-e-multipla>. Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. **Diretriz específica para o atendimento de estudantes com altas habilidades ou superdotação**. Ministério da Educação. Brasília, DF. 2022. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=242301-diretriz-altas-habilidades-ou-superdotacao-1&category_slug=novembro-2022-pdf-1&Itemid=30192). Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. Decreto nº 11.370, de 1º de janeiro de 2023. **Revoga o Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida**. Federal. DOU. Brasília, DF. 01 jan. 2023. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11370.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.370%2C%20DE%201%C2%BA,Aprendizado%20ao%20Longo%20da%20Vida. Acesso em: 03 jan. 2022.

BUSCAGLIA, Leo. **Os deficientes e seus pais**. Editora Record, Rio de Janeiro, São PMLO, 2006. Disponível em: http://feapaesp.org.br/material_download/325_Os%20deficientes%20e%20seus%20pais%20-%20Leo%20Buscaglia.pdf. Acesso em 03 set. 2023.

CAMPOS, Maria Netto. Minha turma (Retardo Mental Profundo). In: PAPROCKI, Jorge; ESTEVAM, Ephigenia; SOUZA, Ebe da Paixão; MANDIM, Andréa Puccini L. G. **Pestalozzi**. Juiz de Fora: Escolas Reunidas Pestalozzi e Sociedade Pestalozzi de Juiz de Fora, 1957. p. 16-17.

CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de. Reformas Educacionais em Minas Gerais: Instrução primária, modernidade e progresso (1906-1928). **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. 46, p. 219-237, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rho.v12i46.8640082>. Acesso em: 15 nov. 2022.

CARVALHO, Eder Aparecido de. PSD, UDN e PTB, os três grandes partidos da terceira república. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, n. 1, p. 152-162, fev. 2007. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/7378>. Acesso em: 08 abr. 2023.

CASTRO, Maria Fonseca de. **Instituto Pestalozzi de Belo Horizonte**. Revista Pestalozzi, n. 11, 1981.

CHAVES, Lyjane Queiroz Lucena. Um breve comparativo entre as LDBs. Revista Educação Pública, v. 21, nº 29, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/29/um-breve-comparativo-entre-as-lpbs#:~:text=A%20LDB%20aprovada%20em%201961,regular%20de%20avalia%C3%A7%C3%A3o%20do%20ensino>. Acesso em 15 jul. 2021.

CELLARD, André. Análise documental. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CONHECENDO O INEP. Maxwell. PUCRio-Certificação Digital nº 09135009/CA. 2023. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/28286/28286_3.PDF. Acesso em 15 de jul. 2023.

CORREA, Mauricio Lima. Maurício Resgatando o passado, a história de Juiz de Fora. 2022. Disponível em: <http://mauricioresgatandoopassado.blogspot.com/2016/02/casas-0-fotos.html> Acesso em: 10 jul. 2022.

CORRÊA, Maria Angela Monteiro. Educação Especial. V. 1, Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2020, 208 p. Disponível em: <https://canal.cecierj.edu.br/012016/a1af164aed3aff470abbd469102d4a12.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.

COSTA, Lamartine Pereira da. **Diagnóstico de educação física/desportos no Brasil**. Ministério da Educação e Cultura, 1971. **qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

DELOU, Cristina Maria Carvalho. Educação do Aluno com Altas Habilidades/Superdotação: Legislação e Políticas Educacionais para a Inclusão. In: FLEITH, Denise de Souza. **A construção de Práticas Educacionais para Alunos com Altas Habilidades/Superdotação**. Brasília: Ministério da Educação, 2007. p. 9-79. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/altashab2.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.

DIÁRIO MERCANTIL. **Movimento financeiro deficitário o da Sociedade Pestalozzi de JF**. Juiz de Fora. 1955.

DIREITOS HUMANOS NET (DHN). Direitos Humanos Net. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/guias/dh/br/mg/juizdefora/5crianca.htm#7>. Acesso em 02 maio 2022.

DUTRA, Claudia Pereira, et al. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. MEC/SEESP, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

ELIAS, NORBERT. **A sociedade de Corte**. Zahar, 2001. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=dn191Erb-30C&oi=fnd&pg=PA1&dq=Sociedade+da+corte+Norbert+elias+&ots=dbZ2JN3PSu&sig=xd eQVGkNxcGLWl_A18TcZb1PmXw#v=onepage&q=Sociedade%20da%20corte%20Norbert%20elias&f=false. Acesso em: 03 set. 2023.

ESTEVAM, Sônia Esteves e. Fotografia das professoras das Escolas Reunidas Pestalozzi. Juiz de Fora. Acervo Pessoal de Sônia Esteves e Estevam, 2022.

FACULDADE METODISTA GRANBERY. **Sobre o Granbery**. Disponível em: <http://granbery.edu.br/institucional/sobre-o-granbery>. Acesso em: 30 dez. 2022.

FENAPESTALOZZI. **Nossa história**. Movimento Pestalozziano. Disponível em: <https://fenapestalozzi.org.br/nossa-historia/>. Acesso em 15 nov. 2022.

FHIST Festival de História. Dialogar com o passado de olho no futuro. Fascículos V. Capítulo V. A redemocratização. 1956.1961. Bias Fortes. 2022. Disponível: http://www.fhist.com.br/minas300anos/osGovernadores/fasciculos/fasc_21/. Acesso em: 25 abr. 2023.

FHIST Festival de História. Dialogar com o passado de olho no futuro. Fascículos V. Capítulo VI. Regime Militar. 1971.1975. Randon Pacheco. 2023. Disponível: http://www.fhist.com.br/minas300anos/osGovernadores/fasciculos/fasc_25/. Acesso em: 26 abr. 2023.

FHIST Festival de História. Dialogar com o passado de olho no futuro. Fascículos V. Capítulo VI. Regime Militar. 1975.1978. Aureliano Chaves. 2023. Disponível: http://www.fhist.com.br/minas300anos/osGovernadores/fasciculos/fasc_26/. Acesso em: 26 abr. 2023.

FHIST Festival de História. Dialogar com o passado de olho no futuro. Fascículos V. Capítulo VI. Regime Militar. 1979.1983. Francelino Pereira. 2023. Disponível: http://www.fhist.com.br/minas300anos/osGovernadores/fasciculos/fasc_27/. Acesso em: 26 abr. 2023.

FLEITH, Denise de Souza. **A construção de Práticas Educacionais para Alunos com Altas Habilidades/Superdotação**. Brasília: Ministério da Educação, 2007. p. 9-79. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/altashab2.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.

ALMEIDA, Neil Franco Pereira de. **A diversidade entra na escola: histórias de professores e professoras que transitam pelas fronteiras da sexualidade e do gênero**. 2009. 241 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

FRANCO, Adriana Marques dos Santos Laia; SCHUTZ, Gabriel Eduardo. Sistema educacional inclusivo constitucional e o atendimento educacional especializado. **Saúde em Debate**, v. 43, p. 244-255, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/F9Tb3pwLq8vFDrn3yzhndFg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2023.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares, SOUZA, Rosa Fátima de. Escolas isoladas e reunidas: a produção da invisibilidade. Ver. Bras. hist. Educ., Maringá-PR, v.16, n. 2 (41), p. 299-131, abril/junho, 2016. Disponível: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40758/pdf_121. Acesso em 23 jul. 2023.

GODOY, Marcelo Magalhães. Minas Gerais na República: atraso Econômico, Estado e Planejamento. Cad. Legisl., Belo Horizonte, v. 11, n. 16, p. 89-116, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://cadernosdolegislativo.almg.gov.br/ojs/index.php/cadernos-ele/article/view/308/0>. Acesso em 21 mar. 2023.

GODÓY, Bianca Rezende. O crescimento demográfico de Minas Gerais na década de 1950 e suas consequências na capital mineira. **Revista História em Curso**. Belo Horizonte, Jun. 2021. Disponível em:

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/historiaemcurso/article/view/26495/18220>. Acesso em 26. mar. 2023.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart. **Da diáspora identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ufmg Brasília Representação da Unesco, 2003.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. O aparecimento da escola moderna: uma história ilustrada. 2006.

COLEÇÕES TEXTUAIS, Descrição Nobadiana em primeiro nível. **Sociedade Pestalozzi de Juiz de Fora**. 2008. Disponível em: https://www2.ufjf.br/arquivocentral/files/2013/09/s-fpar_spjf_n1_1206061.pdf. Acesso em 03 set. 2023.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil nos primórdios ao início do século XXI**. 3ª edição. Campinas, SP: Autores associados. 2012.

JORNAL DIÁRIO DA TARDE. Diários Associados (DA), ed. n.º 3520, p. 04. Juiz de Fora, 1955.

JORNAL DIÁRIO MERCATIL. Criança Excepcional. Juiz de Fora, 1955.

JESUS, Ronaldo Pereira de; FARIA, Gustavo Ferreira Victor. **A importância da história local para o ensino de história nos anos iniciais: visitas do presidente Getúlio Vargas ao município de Juiz de Fora**. 2016. 10 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <https://www.ufjf.br/historia/files/2020/04/Gustavo-Ferreira-Victor-Faria-A-import%C3%A2ncia-da-hist%C3%B3ria-local-para-o-ensino-de-hist%C3%B3ria-nos-anos-iniciais-Visitas-do-presidente-Get%C3%BAlio-Vargas-ao-munic%C3%ADpio-de-Juiz-de-Fora.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2023.

JUIZ DE FORA. Constituição (1959). Lei nº 1273, de 30 de novembro de 1959. **Autoriza a concessão de auxílios diversos para o exercício de 1960**. Juiz de Fora, MG, Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/j/juiz-de-fora/lei-ordinaria/1959/128/1273/lei-ordinaria-n-1273-1959-autoriza-a-concessao-de-auxilios-diversos-para-o-exercicio-de-1960?q=Lei+n%C2%BA+1273>. Acesso em: 15 jul. 2023.

JUIZ DE FORA. Lei nº 2473 de 5 de abril de 1966. Autoriza doação de terreno. Juiz de Fora. 1966. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/j/juiz-de-fora/lei-ordinaria/1966/248/2473/lei-ordinaria-n-2473-1966-autoriza-doacao-de-terreno?q=Pestalozzi>. Acesso em: 10 jul. 2022.

JUIZ DE FORA. Lei nº 3406 de 24 de março de 1970. Dispõe sobre a denominação de logradouro público. Juiz de Fora. 1970. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/j/juiz-de-fora/lei-ordinaria/1970/341/3406/lei-ordinaria-n-3406-1970-dispoe-sobre-denominacao-de-logradouro-publico>. Acesso em: 18 jul. 2023.

JUIZ DE FORA, Prefeitura. A cidade. Características Gerais. 2023. Disponível em: https://pjf.mg.gov.br/cidade/caracteristicas_gerais.php. Acesso em: 07 abr. 2023.

JUIZ DE FORA. Acervo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Percursos da Constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 17, p. 41-58, maio-ago., 2011. Edição Especial. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/QnsLXV5R9QBcHpTc4qMQ9Tr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 19 jul. 2023.

LEMOS, E. R. **A educação de excepcionais: evolução histórica e desenvolvimento no Brasil**. 1981. 197p. Tese (Livre-Docência). Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 1981.

LIMA, João Franzen de. Relatório do Ano de 1963. Delegacias Regionais de Ensino de Minas Gerais. Escolas e Classes de Ensino Emendativo Existentes no Interior. Boletim Pestalozzi. Dados de 1965. 1963. 73 p.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. Das escolas reunidas ao grupo escolar: a escola como repartição pública de verdade. *In: Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas: Mercado de Letras, p. 81-107, 2006. Disponível: https://www.academia.edu/42048530/GRUPOS_ESCOLARES_CULTURA_ESCOLAR_PRI_M%C3%81RIA_E_ESCOLARIZA%C3%87%C3%83O_DA_INF%C3%82NCIA_NO_BRA_SIL_1893_1971. Acesso em: 23 jul. 2023.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 1-302º

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil: histórias e políticas públicas**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 231 p.

MENDES JÚNIOR. História, 2023. Disponível em: <http://www2.mendesjunior.com.br/Paginas/Historia.aspx>. Acesso em: 15 jul. 2023.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, set/dez. 2006. P. 387-405. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/KgF8xDrQfyy5GwyLzGhJ67m/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 02 ago. 2023.

MENDONÇA, Linda. Clóvis Salgado. 2018. Disponível em: <https://silo.tips/download/clovis-salgado-da-gama-nasceu-em-leopoldina-mg-no-dia-20-de-janeiro-de-1906-filh>. Acesso em: 25 abr. 2023.

MESQUITA, P. O método em Pestalozzi: a matemática como caminho para a verdade. **Revista da História da Educação Matemática**, v. 2, nº 1, p. 19-39. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/177614/Artigo%20Peri.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Aceso em: 10 set. 2022.

MINAS GERAIS. Constituição (1927). Decreto nº 7.970 - A, de 15 de outubro de 1927. **Aprova o Regulamento do Ensino Primário**. 2. ed. Uberaba, MG, 15 out. 1927. p. 1139-1299. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/105945>. Acesso em: 04 abr. 2022.

MINAS GERAIS. Decreto nº 4710 de 25 de agosto de 1955. **Reuni classes especializadas na cidade de Juiz de Fora com o nome de Escolas Pestalozzi**. Belo Horizonte. 1955.

MINAS GERAIS. **Programas (Ensino Primário Elementar)**. 2º ed. Imprensa Oficial. Belo Horizonte, BH. 1957. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/124732/Programas_ENSINO_P_RIMARIO_MG_1957%20%281%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 17 jul. 2023.

MINAS GERAIS. Lei nº 4.251, de 15 de novembro de 1966. **Declara de utilidade pública o centro de assistência ao menos excepcional – CAME**. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-4251-1966-minas-gerais-declara-de-utilidade-publica-o-centro-de-assistencia-ao-menor-excepcional-came-da-cidade-de-juiz-de-fora>. Acesso em: 10 jul. 2022.

MINAS GERAIS. Constituição (1967). Constituição do Estado de Minas Gerais, 1967. 3. ed. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1985. 130 p. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/416>. Acesso em: 15 jul. 2023.

MINAS GERAIS. Lei nº 7767, de 23 de julho de 1980. **Dá denominação de Escola Estadual Maria das Dores de Souza à Escola Estadual Pestalozzi de Juiz de Fora**. Belo Horizonte. 1980.

MINAS GERAIS. **Perfis mineiros. Israel Pinheiro da Silva**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, v. 6, n. 27, p. 931-939, out./dez. 1988. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/2549>. Acesso em 15 jul. 2023.

MINAS GERAIS. Parecer nº 1.132, de 12 de novembro de 1997. **Dispõe sobre a Educação Básica, nos termos da Lei 9.394/96**. Belo Horizonte, MG, 12 nov. 1997. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CEE-MG_Parecer11321997.pdf?query=FORMA%C3%87%C3%83O. Acesso em: 25 abr. 2021.

MINAS GERAIS. Parecer nº 1.158, de 11 de dezembro de 1998. **Responde Consulta da SEE/MG e da Federação dos Estabelecimentos de Ensino de Minas Gerais, com as Orientações ao Sistema Estadual de Ensino para Operacionalização do Disposto no Parecer Nº 1132/97**. Belo Horizonte, MG, 11 dez. 1998. Disponível em: http://www.betim.mg.gov.br/ARQUIVOS_ANEXO/parecer_1158_98;0724260502;20070227.pdf. Acesso em: 25 abr. 2021.

MINAS GERAIS. Guia de Orientação nº 3, de maio de 2014. **Guia de Orientação da Educação Especial na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais**. p. 4-35.

MINAS GERAIS. Currículo Referência de Minas Gerais. **Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais–SEE/MG**, 2018. Disponível em: <https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/20181012%20-%20Curr%C3%ADculo%20Refer%C3%Aancia%20de%20Minas%20Gerais%20vFinal.p df>. Acesso 09 de jul. 2022.

MINAS GERAIS. Projeto Político Pedagógico (PPP). Escola Estadual Maria das Dores de Souza, Juiz de Fora, 2019.

MINAS GERAIS. Regimentos Escolar (RE). Escola Estadual Maria das Dores de Souza, Juiz de Fora, 20014.

MINAS GERAIS. Escola Estadual Francisco Bernadino. 2012. Disponível em: https://www.mg.gov.br/instituicao_unidade/escola-estadual-francisco-bernardino. Acesso em: 17 set. 2023.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. Educação Especial no Brasil: desenvolvimento histórico. *Cadernos de História da Educação*, n. 7, jan/dez. 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/1880/1564>. Acesso em 31 ago. 2023.

MITTANCK, Vanuza Alves. As mulheres de 1950: seu comportamento e suas atitudes. In: MUNDOS DE MULHERES & FAZENDO Gênero, 13, Florianópolis. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11**. Florianópolis: WWW. 2017. p. 1-10. Disponível em: http://www.en.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499470616_ARQUIVO_AS_MULHERESDE1950seucomportamentoesusatitudes.pdf. Acesso em: 04 mar. 2022.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. Cap. 1. p. 1-335. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4380048/mod_resource/content/1/Novos%20Dom%C3%ADnios%20da%20Hist%C3%B3ria-%20Ronaldo%20Vainfas%20e%20Ciro%20Flamarion.pdf. Acesso em: 10 jul. 2022.

MUSSE, Christina Ferraz. A trajetória do Diário Mercantil: alter ego da cidade de Juiz de Fora. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 31, 2008, Natal. **Congresso**. Juiz de Fora: Itercom, 2008. p. 1-15. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/r3-0491-1.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2023.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Schola Mater: a antiga Escola Normal de São Carlos, 1911-1933**. Editora da UFSCAR, 2002.

NETO, Francisco Lima. Correio Popular. Oftalmologia. Há 100 anos surgia o Penido Burnier. Disponível em: <https://correio.rac.com.br/campinasermc/ha-100-anos-surgia-o-penido-burnier-1.323771>. Acesso em: 18 jul. 2023.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Juiz de Fora: vivendo a história**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.

OLIVEIRA, Rita; SZYMANSKI, Luciana. “Crianças Anormais” e a invenção da deficiência. **Psic. da Ed.**, São Paulo, 52, 1º sem. De 2021, pp. 131-135. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psic/n52/n52a13.pdf>. Acesso em 02 ago. 2013.

PINTO, Jefferson de Almeida. Uma esmola pelo amor de Deus!": caridade, filantropia e controle social (Juiz de Fora, 1870-1930). **OPIS: Dossiê, História e Sensibilidades**, v. 8, n. 11, p. 275-298, 2008. Disponível em: DOI10. 5216/o. v8i11. 9365. Acesso em: 07 jun. 2023.

PLATAFORMA LATTES. Grupo de Estudos e Pesquisa: Corpo, Culturas e Diferença – GPCD. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/0156549363143538>. Acesso em 23 jul. 2023.

PREFEITURA, Juiz de Fora. JF 160 anos – Mostra homenagem mulheres de destaque na história da cidade. 2021. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=23629>. Acesso em 27 abr. 2023.

PREFEITURA, Juiz de Fora. A cidade. Juiz de Fora. Galeria de Prefeitos. 2021. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/institucional/cidade/prefeitos.php>. Acesso em: 27 abr. de 2023.

RAFANTE, Heulalia Charalo; LOPES, Roseli Esquerdo. Helena Antipoff e o desenvolvimento da Educação Especial no Brasil (1929-1961). **Revista HISTEDBR**, Campinas, nº 53, p. 331-356, out. 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640208/7767>. Acesso em 19 set. 2022.

RAFANTE, Heulalia Charalo. História e política da Educação Especial no Brasil: bases teórico-metodológicas e resultados de pesquisa. **Revista de Educação PUC-Campinas**, vo. 21, núm. 2, p. 149-161, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5720/572061625002/html/>. Acesso em 08 jun. 2023.

REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL UFSC. **Biblioteca Universitária**. Santa Catarina. 2022.

PAPROCKI, Jorge; ESTEVAM, Ephigenia; SOUZA, Ebe da Paixão; MANDIM, Andréia Puccini L. G. Pestalozzi. *Revista Pestalozzi*, v. 1, n. 1, 1957, Juiz de Fora.

PLANTA BAIXA. Escolas Reunidas Pestalozzi de Juiz de Fora. Acervo Helena Antipoff. 1966.

REY, Fernando González. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2005. 203 p.

ROGALSKI, Solange Menin. Histórico do Surgimento da Educação Especial. **Revista de Educação do Ideau – REI**, v. 5, n. 12, jul./dez., 2010. 13 p. Disponível em: https://www.passofundo.ideau.com.br/wp-content/files_mf/eca97c3f3c5bda644479e4c6a858f556168_1.pdf. Acesso em: 20 jul. 2023.

ROSSI, Ednéia Regina Rossi; FARIA, Jordana Ferreira de Faria. História da Educação Primária: Instituição do trabalho escolar (1950-1960). **Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v. 10, n. 29, p. 125-138, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/download/14175/7405/45343>. Acesso em 22 jul. 2023.

SANTANA, Camila Jansen de Mello de. Caridade a si ou ao outro? As práticas católicas como auto-salvação Charity for themselves or the others? The Catholic practices as self-salvation. **Revista Aulas**. São Paulo/SP, n. 4, p. 1-19, abr./jul. 2007. Disponível em: https://www.unicamp.br/~aulas/Conjunto%20I4_2.pdf. Acesso em: 19 mar. 2024.

SANTA ANNA, Jorge; CAMPOS, Suelen de Oliveira; CALMON, Maria Aparecida de Mesquita. Diferenças e Semelhanças entre arquivos e bibliotecas: o profissional da informação em evidência. **Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 29, n.1, 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/56639>. Acesso em 04 abr. 2023.

SANTOS, Elton Castro Rodrigues dos. AS ESCOLAS REUNIDAS COMO MODELO EDUCACIONAL SIMILAR AO GRUPO ESCOLAR EM MATO GROSSO (1910-1940). **História e Diversidade**, v. 5, n. 2, p. 18-18, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/historiaediversidade/article/view/226/220>. Acesso em: 23 jul. 2023.

SILVA, Luziel Augusto da; DE CARVALHO COSTA, Jean Carlo; DE SOUZA FERREIRA, Ana Paula Romão. O modelo de professora primária na trajetória docente de Maria Salete van der Poel. **Revista Educação & Formação**, v. 8, p. 1-20, 2023. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5858/585875444004/585875444004.pdf>. Acesso 14 mar. 2024

SÔNEGO, Márcio Jesus Ferreira. A fotografia como fonte histórica. **Historiæ**, Rio Grande, v. 1, n. 2, p. 113-120, 2010. Disponível em: [https://periodicos.furg.br/hist/article/download/2366/1248/6399#:~:text=Para%20Mauad%20\(2004\)%2C%20a,representar%20um%20estilo%20de%20vida](https://periodicos.furg.br/hist/article/download/2366/1248/6399#:~:text=Para%20Mauad%20(2004)%2C%20a,representar%20um%20estilo%20de%20vida). Acesso em: 16 abr. 2022.

SCOREL, S. Contexto: o sistema nacional de saúde. In: Reviravolta na saúde: origem e articulação do movimento sanitário [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999, pp. 51-65. ISBN 978-85- 7541-361-6. **Available from SciELO Books**. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/qxhc3/pdf/escorel-9788575413616-05.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2023.

STRABELLI, Adriana Regina; MAIOR, Giovanna Maria Magalhães Souto; AMARAL, Patrícia Maria Di Lallo Leite do; VIEIRA, Regina Stela Corrêa. Trabalhadoras Brasileiras no período de 1950 e 1964. **Vlex**, 2023, 63-77. Disponível em: <https://vlex.com.br/vid/trabalhadoras-brasileiras-no-periodo-697768545>. Acesso em: 23 jul. 2023.

SOUZA, Maria das Dores de. Relatório da Organização e Primeiro ano de trabalho nas Escolas Reunidas Pestalozzi de Juiz de Fora. In: PAPROCKI, Jorge; ESTEVAM, Ephigenia; SOUZA, Ebe da Paixão; MANDIM, Andréa Puccini L. G. **Pestalozzi**. Juiz de Fora: Escolas Reunidas Pestalozzi e Sociedade Pestalozzi de Juiz de Fora, 1957. p. 21-25.

SOUZA, Fabiano Farias de. Conjuntura política e econômica no Brasil (1950-1964): terreno fértil para o golpe de 1964. **Revista História e Cultura**, Franca-SP, v. 2, n. 1, p. 189-204, 2013. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:1QM1jQfF->

YEJ:<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6077211.pdf&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em 04 mar. 2023.

SUAREZ, Fernanda Chiozzini Martins; FARIAS, Rita de Cássia Pereira. Construção de Gênero na Década de 1950: Conformismo e Subversividade. **Revista Gênero**, Niterói, v. 17, n. 2, p. 151-167, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/35797>. Acesso em 23 jul. 2013.

TEIXEIRA, Anísio. Bases preliminares para o plano de educação referente ao Fundo Nacional de Ensino Primário. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v.38, n.88, out./dez. 1962. p.97-107. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/bases3.html>. Acesso em: 15 jul. de 2023.

YAZBECK, Dalva Carolina de Menezes. FORMANDO OS BONS TRABALHADORES: OS PRIMEIROS GRUPOS ESCOLARES EM JUIZ DE FORA, MINAS GERAIS. **Cadernos de História da Educação**, v. 2, 2003. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/331>. Acesso em: 15 jul. 2023.

ZAZZO, RENÉ. **Alfred Binet**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 142 p. il. – (Coleção Educadores/MEC). Disponível em: <https://www.netmundi.org/home/wp-content/uploads/2020/06/Alfred-Binet.pdf>. Acesso em 16 ago. 2023.